

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO, ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM LETRAS
LINGUÍSTICA E TRANSCULTURALIDADE**

ELCIA TATIANE PAZETO PUKS CAMPOS

**UMA LEITURA DISCURSIVA DO JORNAL *AJINDO*: RELAÇÃO DE PODER E
RESISTÊNCIA**

DOURADOS-MS

2013

ELCIA TATIANE PAZETO PUKS CAMPOS

**UMA LEITURA DISCURSIVA DO JORNAL *AJINDO*: RELAÇÃO DE PODER E
RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Letras da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade da Grande Dourados (UFGD/FACALE), como requisito à obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguística e Transculturalidade

Linha de pesquisa: Estudos de Língua(gens) e Discurso.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

DOURADOS-MS

2013

*Aos meus amores...
Campos e João Vitor.*

AGRADECIMENTOS

*“[...] Caminho por uma rua
que passa em muitos países.
Se não me veem, eu vejo
e saúdo velhos amigos”*
(ANDRADE, 2004, p. 142)

O caminho que escolhi era simples, mas sabia que não seria fácil percorrê-lo. Ao longo da estrada foram muitos que contribuíram para a construção deste trabalho. Muito obrigada:

À Deus, pela oportunidade de viver;

Ao meu esposo e filho, por estarem sempre ao meu lado;

À Margarida, irmã e amiga;

À minha família;

À Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti por acreditar em meu trabalho, sobretudo, pela confiança;

À Prof^a. Dr^a. Josiele Kaminski Corso;

Ao Prof. Dr. Abele Marcos Casarotto;

À Coordenação do Mestrado, professores e colegas.

“Qual tem sido hoje, na terra, o maior pecado? Não foi a palavra daquele que disse: "Pobres dos que riem aqui...?"

Seria porque não encontrava na terra nenhum motivo de riso? Então procurou mal. Até uma criança encontra aqui motivos”.

(Friedrich Nietzsche, 2002)

RESUMO

A presente dissertação tem como finalidade interpretar como circulam os discursos, no interior das comunidades indígenas de Dourados, MS, mais especificamente, aqueles construídos no jornal *AJIndo*. De circulação local e publicação mensal, impresso e eletrônico, o jornal *AJIndo* constitui o primeiro jornal inserido no dispositivo geral da informação escrito por jovens indígenas integrantes da Ação de Jovens Indígenas de Dourados - AJI, da Reserva. Especialmente, buscam-se compreender as práticas discursivas, em seu contexto social e histórico de produção do sentido, que determinam o que pode e o que deve ser dito. Fundamentado na Análise de Discurso Francesa (AD), representada por Michel Pêcheux, e nos métodos arqueogenalógico de Michel Foucault, mobilizaram-se conceitos de discurso, ideologia, formação discursiva, inter e intradiscurso – da AD; e os de enunciado, história, poder, resistência – de Foucault. O objetivo foi operacionalizar as análises do *corpus* construído (ou, melhor, em construção) a partir do tema “violência”, por meio da noção-conceito de trajeto temático. O *corpus* constitui-se em doze edições (16^a a 27^a edição que correspondem o eixo cronológico de maio de 2009 a setembro de 2011) de um conjunto de textos do jornal *AJIndo*, disponíveis *on-line*, composto de textos, enunciados e imagens. Sobretudo, as interpretações se fazem seguidas de reflexões teóricas em Jacques Guilhaumou, Denise Maldidier e dos Estudos Pós-coloniais de Boaventura de Sousa Santos. Isso posto, a leitura discursiva do jornal *AJIndo* caracteriza-se em apreender os discursos em sua coerência e contradições sociais e históricas de produção dos sentidos, ou seja, o discurso enquanto prática social.

Palavras-chave: índio; discurso; poder; resistência.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how discourses circulate in indigenous communities of Dourados, MS, specifically, those built in AJIndo Newspaper. Local circulation and monthly publication, printed and electronic, the AJIndo is the first newspaper inserted in the overall device of information written by young indigenous members of Indigenous Youth Action of Dourados (IYA), of the Indigenous Place. Especially, we will intend to understand the discursive practices, in their social and historical context of the meaning production, that determine what can and what must be said. Based on the French Discourse Analysis (DA), represented by Michel Pêcheux, and Michel Foucault's archeogenealogical methods, it was mobilized concepts of discourse, ideology, discursive formation, and inter intradiscourse – of DA; and the concepts of enunciation, history, power, resistance - of Foucault. The objective was to operationalize the analysis of the corpus built (or, better, in construction) from the poem "violence", through the notion-concept of thematic way. The corpus is made, mainly, of a set of texts of the AJIndo Newspaper, online available, composed of texts, enunciations and images. Above all, discourse analyzes are made followed by theoretical reflections on Jacques Guilhaumou, Denise Maldidier and Boaventura de Sousa Santos' Postcolonial Studies. That said, discursive reading of AJIndo Newspaper is characterized in apprehending the discourses in light of consistency and social and historic contradictions of meaning production, in other words, discourse as a social practice.

Keywords: Indigenous; discourse; Power; resistance.

LISTA DE ABREVIATURAS

1. AD: Análise do Discurso francesa
2. FD: Formação Discursiva
3. FD's: Formações Discursivas
4. FI: Formação Ideológica
5. FI's: Formações Ideológicas
6. ARE: Aparelhos Repressivos do Estado
7. AIE: Aparelhos Ideológicos do Estado
8. AAD 69: Análise Automática do Discurso (Michel Pêcheux)

LISTA DE SIGLAS

1. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
2. AJI: Ação de Jovens Indígenas de Dourados
3. FUNAI: Fundação Nacional do Índio
4. FUNASA: Fundação Nacional de Saúde
5. RID: Reserva Indígena de Dourados
6. GAPK: Grupo de Apoio aos Povos Guarani-Kaiowá e Aruak

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa dos Parques e Terras Indígenas no Brasil.....	19
Figura 02:	Mapa de Dourados.....	26
Figura 03:	Mapa da Reserva Indígena de Dourados.....	26
Figura 04:	Notícia “Sobre a violência”.....	84
Figura 05:	Reportagem “Falta de cuidado”.....	84
Figura 06:	Artigo “A violência nas escolas”.....	89
Figura 07:	Notícia “O que será do futuro?”.....	92
Figura 08:	Reportagem “Depois da agressão...”.....	93
Figura 09	Reportagem “Depois da agressão...”.....	94
Figura 10:	Artigo “Uma ponta de esperança pelo fim da violência”.....	94
Figura 11:	Artigo “Terra é vida?”.....	95
Figura 12	Artigo “Terra é vida?”.....	96
Figura 13:	Reportagem “Ou tem computador ou não tem professor”.....	98
Figura 14:	Capa da 21ª edição de 2010 “Violência contra as mulheres”.....	100
Figura 15:	Artigo “Afim, quem somos nós?”.....	102
Figura 16:	Reportagem “Drogas na adolescência”.....	104
Figura 17:	Reportagem “Triste descaso”.....	106
Figura 18:	Artigo “Caneta e diálogo”.....	107
Figura 19:	Artigo “Crianças em estado de emergência”.....	109
Figura 20:	Artigo “O trauma psicológico”.....	110

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01:	Notícia “Sobre a violência”.....	126
Anexo 02:	Reportagem “Falta de cuidado”.....	127
Anexo 03:	Artigo “A violência nas escolas”.....	128
Anexo 04:	Notícia “O que será do futuro?”.....	129
Anexo 05:	Reportagem “Depois da agressão...”.....	130
Anexo 06:	Artigo “Uma ponta de esperança pelo fim da violência”.....	131
Anexo 07:	Artigo “Uma ponta de esperança pelo fim da violência”.....	132
Anexo 08:	Artigo “Terra é vida?”.....	133
Anexo 09:	Reportagem “Ou não tem computador ou não tem professor”.....	134
Anexo 10:	Capa da 21ª edição de 2010 “Violência contra as mulheres”.....	135
Anexo 11:	Artigo “Afinal, quem somos nós?”.....	136
Anexo 12:	Reportagem “Drogas na adolescência”.....	137
Anexo 13:	Reportagem “Triste descaso”.....	138
Anexo 14:	Artigo “Caneta e diálogo”.....	139
Anexo 15:	Artigo “Crianças em estado de emergência”.....	140
Anexo 16:	Artigo “O trauma psicológico”.....	141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
LUGARES DE ONDE FALAMOS	18
1.1 O ÍNDIO SUL-MATO-GROSSENSE.....	18
1.2 INDÍGENAS DE DOURADOS (MS).....	25
1.3 JORNAL <i>AJINDO</i>	29
1.4 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA.....	30
1.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO <i>CORPUS</i> E DA ANÁLISE DE PESQUISA	34
CAPÍTULO 2	
REVISÃO DE LITERATURA.....	39
2.1 A ESCOLA FRANCESA DA ANÁLISE DO DISCURSO: UMA NOVA FORMA DE TRABALHAR A LINGUAGEM	39
2.2 CONCEITOS EM AD: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	44
2.2.1 Objeto de Estudo da AD Francesa: O Discurso	44
2.2.1.1 Ideologia em Karl Marx.....	47
2.2.1.2 Ideologia em Louis Althusser.....	49
2.2.2 Ideologia e Discurso: noções-conceitos fortes na AD Francesa	52
2.2.3 Formação Discursiva (FD)	56
2.3 DA TEORIA AOS FUNDAMENTOS DE PESQUISA.....	61
2.3.1 Michel Foucault e a AD Francesa: Algumas Considerações.....	61
2.3.2 Reflexões Acerca da Arqueologia e Genealogia Foucaultiana.....	65
2.3.3 Poder e Resistência.....	73
2.4 BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS: PARA UMA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E UMA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E PARA ALÉM DO PENSAMENTO ABISSAL	79
CAPÍTULO 3	
EXERCÍCIO DE LEITURA.....	83
3.1 O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DA “VIOLÊNCIA” NO JORNAL <i>AJINDO</i>	83

3.1.1 As variações discursivas de sentido que ressoam da palavra violência.....	83
3.1.2 Análise das materialidades linguística e imagética que constroem o discurso da violência no jornal <i>AJIndo</i>	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS.....	125

INTRODUÇÃO

Iniciamos nosso discurso, “Uma análise discursiva do Jornal *AJIndo*: relação de “poder e resistência”, a partir da posição-sujeito mestranda, o qual se coloca em relação à posição-sujeito orientador, os quais constituem lugares sociais que legitimam nossa prática discursiva ”dissertação”, sobretudo a prática social “Mestrado em Letras”. Ao assumirmos tais posições-sujeito, somos refêns da “ordem do discurso”¹. Não falamos o que queremos, onde e quando queremos. Estamos, a todo tempo, cerceados pela ação ideológica, interpelação do indivíduo em sujeito, e as relações de “saber/poder” que envolvem nossa prática discursiva.

Isso considerando, nossa posição-sujeito discursivo a que nos posicionamos, apresentamos os lugares de produção histórico, social, político, ideológico, teórico e metodológico de onde enunciamos.

Mato Grosso do Sul caracteriza-se por ser um Estado bastante heterogêneo, sobretudo em seus limites fronteiriços, entre índio e não-índio. Essa heterogeneidade revela-se como sendo geográfica, étnica, identitária, enunciativa, cultural e política, de modo a tornar comum, para os cidadãos sul-mato-grossenses, ver e conviver com indígenas e com os diferentes tipos de discursos que permeiam as relações sociais no Estado.

Acerca do limite fronteiriço do Estado, deparamo-nos imersos em um contexto sócio-histórico composto por diferenças culturais, étnicas, políticas, etc. bastante acentuadas, as quais se fazem sentir nas práticas discursivas que circulam pelas sociedades indígenas, especialmente as materializadas no jornal *AJIndo*.

A partir desse contexto social e histórico da relação entre índio e não-índio em MS, lemos e ouvimos, discursos que traduzem a relação indígena atual com o não-índio como sendo uma relação complexa, de grande conflito e violência, física e/ou simbólica. O jornal *AJIndo*, veículo de transmissão e de informação da comunidade indígena, sobretudo de seus membros jovens, constitui-se suporte privilegiado desses discursos (do conflito, da violência e, principalmente, da resistência).

A mídia - impressa, visual, radiofônica e eletrônica – constitui fonte inesgotável de produção discursiva - e obviamente de sentidos -, sob a forma de materialidades linguísticas e imagéticas, definindo posições-sujeito sociais, históricas, culturais, econômicas e étnicas dos

¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

indivíduos em relação ao seu grupo social, como também em relação aos outros grupos. Sob essa perspectiva, pode-se considerar que o jornal *AJIndo* integra a grande mídia do país, sobretudo no estado, materializando práticas sociais, discursivas e ideológicas do índio.

Considerando, então, nossa posição-sujeito discursivo, objetivamos, por meio dos estudos teóricos da Análise de Discurso Francesa (doravante AD), cuja paternidade é atribuída ao filósofo Michel Pêcheux (1969)², refletir as práticas discursivas de indígenas de Dourados, Mato Grosso do Sul, buscando compreender as relações de “poder” e de “resistência” que determinam o que é dito no jornal *AJIndo*. Para isso, mapeamos textos multimodais, da publicação, disponíveis *on-line*, que tratam do tema violência e suas variações.

Com isso, ao tomarmos o jornal *AJIndo* e construirmos o *corpus* de análise, penetramos no processo discursivo da mídia. No levantamento bibliográfico que realizamos, procuramos mapear as menções, em torno do *corpus* interpretado, doze edições do jornal *AJIndo*, 16^a à 27^a, as quais constituem parte de um vasto conjunto de *corpora*, ou seja, as diferentes formas de apresentação, materialidade linguística-imagética, do discurso da violência.

Acerca do exposto, esta proposta de pesquisa se justifica pelos seguintes questionamentos:

a) o jornal *AJIndo* constitui o primeiro jornal, impresso e eletrônico, inserido no dispositivo geral da informação, escrito por indígenas em Dourados, MS; logo, é um suporte que possibilita investigar como se constroem, no interior de comunidades indígenas de Dourados, as práticas discursivas que determinam “o que pode e o que deve ser dito” (PÊCHEUX, 1997, p. 160) acerca do tema violência, que tem ocupado as manchetes da mídia local e nacional, em especial as do próprio jornal *AJIndo*; b) [este jornal] permite uma compreensão significativa de certos problemas sociais a partir do tratamento que dá ao discurso enquanto prática social; c) a AD admite mobilizarmos conhecimentos em Ciências Humanas e Sociais: Filosofia (FOUCAULT, 1996; 2007), Sociologia (SANTOS, 2003; 2004; 2005; 2007) e História (GUILHAUMOU, 2009).

Propomos, então, problematizar discursos materializados no jornal *AJIndo* acerca da prática discursiva da violência, sob a ótica da AD, numa abordagem linguístico-discursiva-

² “Quatro nomes, fundamentalmente, estão no horizonte da análise do discurso derivada de Pêcheux e vão influenciar suas propostas: Althusser, com sua releitura das teses marxistas; Foucault, com a noção de *formação discursiva*, da qual derivam vários outros conceitos (interdiscurso; memória discursiva; práticas discursivas etc.); Lacan e sua leitura das teses de Freud sobre o inconsciente; Bakhtin e o fundamento dialógico da linguagem, que leva a AD a tratar da heterogeneidade constitutiva do discurso”. (GREGOLIN, 2007, p. 11).

imagética, e reflexões de autores, mais ou menos pontuais com a AD, essenciais para compreendermos o funcionamento do discurso de sujeitos sociais e históricos em nosso trabalho de dissertação, sobretudo, o funcionamento do discurso sobre/da violência no jornal *AJIndo*.

Para uma melhor compreensão da parte estrutural de nosso trabalho, após introdução, apresentaremos menções aos três capítulos que o constituem. Os capítulos representam reflexões acerca dos questionamentos levantados que organizam nosso trabalho de reflexões e de análise das questões levantadas para pesquisa.

O primeiro capítulo caracteriza-se, especificamente, em posicionar o leitor frente à proposta de pesquisa. Apresentamos o contexto sócio-histórico da produção discursiva indígena materializada no jornal *AJIndo*, isto é, o lugar social, histórico e cultural onde o discurso é produzido. Buscamos construir a identidade do índio sul-mato-grossense por meio de apontamentos da vida indígena no Estado de Mato Grosso do Sul, da cidade de Dourados, na Reserva indígena de Dourados – RID, até chegarmos ao jornal *AJIndo*. Após (re)conhecimento do lugar “real” de onde falamos e de quem falamos, o capítulo segue contextualizando o objeto teórico – o discurso – em relação ao lugar teórico–metodológico e ao modo de construção, e de elaboração do *corpus* de pesquisa.

Na sequência, capítulo dois, penetramos em noções/conceitos de discurso, ideologia e formação discursiva, a respeito da base teórica que conduz nosso trabalho: Análise de Discurso francesa (PÊCHEUX, 1990; 1997; 2008; 2009; 2010; 2011). Refletimos, num primeiro momento, o modo de como a AD lida com a linguagem, mais especificamente com seu objeto de estudo – o discurso; num segundo momento, para discutir o conceito de ideologia – ideologia e discurso, conceitos fortes na AD, propomos um resgate, acerca de reflexões, de como o conceito de ideologia foi operado por Karl Marx (2012) e Louis Althusser (1985). Por meio do trajeto histórico do modo pelo qual os autores aplicaram o conceito de ideologia em seus estudos, pudemos vislumbrar o lugar desse conceito dentro da Análise de Discurso, observando-se que, para a AD, a “ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa [...], efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique” (ORLANDI, 1998, p. 48). Por fim, discutimos a FD como lugar ideológico determinante para constituição do sentido, ou seja, produção do sentido pelo processo de contradição entre FD’s e FI.

Antes de prosseguirmos com a apresentação do segundo capítulo, faz-se necessário esclarecermos a respeito do fato de reunirmos, no trabalho de pesquisa, estudiosos sob

posições teóricas distintas, embora não contraditórias, como Michel Pêcheux, precursor da AD francesa, e Michel Foucault, em sua arqueogenealogia do saber-poder. Sabemos que são muitos os distanciamentos entre os dois estudiosos, em específico quando falamos em ideologia, presente em todas as etapas da interpretação, contudo, tomamos a ideia de que “[...] não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia [...]” (ORLANDI, 2009, p. 47). Logo, o discurso é ideológico. Mesmo que a ideologia não seja o foco dos estudos de Foucault e sim o discurso construído historicamente como prática social do sujeito, há a possibilidade de diálogo entre: Pêcheux, como nossa base teórica, e Foucault, como ferramenta metodológica e conceitual de análise discursiva. Resumiremos a abordagem desse aparato teórico em uma palavra: sujeito. Para ilustrar esse ponto, apresentamos a seguinte citação de Machado Bacchi (2010, p. 71), em artigo intitulado “*A ideologia de Marx e o discurso de Foucault: convergências e distanciamentos*”:

Trata-se da oposição à filosofia do sujeito, ou seja, da confrontação com o indivíduo tomado como ser isolado e centrado em sua própria consciência como fundamento do devir histórico. Realmente, com os conceitos de práxis e ideologia, Marx desloca o sujeito de seu autocentramento e o insere em amplas categorias socioeconômicas. Foucault, por sua vez, ao analisar os procedimentos de produção de verdade no discurso, debruça-se sobre processos históricos de objetivação do sujeito que pouco têm a ver com a razão libertadora do Iluminismo.

Na sequência, então, contemplamos os trabalhos de Michel Foucault (1996; 2007; 2010) com sua arqueologia e genealogia do saber-poder e Boaventura de Sousa Santos (2003; 2004; 2005; 2007) que refletem, por meio dos estudos pós-coloniais, o sujeito na pós-modernidade, como ferramentas metodológicas e conceituais significativas para analisarmos nosso objeto teórico: o discurso materializado no jornal *AJIndo*.

Por fim, o terceiro capítulo destina-se às interpretações das doze edições – 16^a à 27^a – que compõem nosso *corpus* de pesquisa. Apresentamos o trajeto temático do funcionamento do discurso da violência no jornal *AJIndo*, problematizando os diferentes sentidos que resgatamos, por meio da materialidade construída, textos multimodais, imagens.

Enquanto hipóteses a serem analisadas de que o jornal *AJIndo* integra a grande mídia do país, sobretudo no estado, materializando práticas sociais, discursivas e ideológicas do índio e sob a crença de que a produção discursiva dos indígenas de Dourados se caracteriza enquanto prática social, a qual possibilita ao indivíduo constituir-se enquanto sujeito social,

histórico e de direitos, em meio à relação entre índio e branco³ que se estabelece no estado, formulamos as seguintes problematizações que conduzem nossa pesquisa: quais as práticas discursivas que possibilitam a produção do discursos da violência, por indígenas de Dourados, MS, materializadas no jornal *AJIndo*?; quais as condições sociais e históricas de produção de sentido desses discursos?; que relações subexistem a produção discursiva dos indígenas: de poder e/ou resistência?

Portanto, acerca das questões levantadas e munidos de um aparato teórico-metodológico, os quais permitem analisarmos nosso objeto teórico – o discurso – em relação às condições materiais e históricas de sua existência, avançamos ao campo de batalha discursivo para arriscarmos uma reflexão em relação ao nosso objeto de estudo. Pensamos que a batalha da qual participamos caracteriza-se como uma batalha discursiva onde palavras se vestem de sentidos definidos pelo contexto sócio-histórico e ideológico que lhe é concedido as condições de produção e elaboração do sentido do discurso da violência por meio de práticas discursivas e sociais materializadas no jornal *AJIndo*.

³ A fim de sermos objetivos em nosso trabalho, refletimos somente a partir de uma relação racial entre índio e branco a “passagem do estado de natureza para o civil”. No entanto, essa reflexão poder ser pensada sob diferentes aspectos: sociais, étnicos, religiosos, linguísticos, entre outros.

CAPÍTULO 1

LUGARES DE ONDE FALAMOS

No presente capítulo, exibiremos a condição de produção, os lugares teóricos e metodológicos, do qual enunciamos. A partir de áreas de múltiplos interesses, apresentaremos o contexto social e histórico de produção de nosso objeto teórico: o discurso, especificamente, discursos materializados no jornal *AJIndo*, o qual é produzido no interior de uma comunidade indígena de Dourados - Mato Grosso do Sul. A proposta, então, é a de contextualizar nossa pesquisa, possibilitando ao leitor um melhor entendimento dos capítulos que se seguem.

1.1 O ÍNDIO SUL-MATO-GROSSENSE

O índio é todo indivíduo reconhecido como membro de uma comunidade de origem pré-colombiana, que se identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato.
(RIBEIRO, 2009, p. 29).

Ao refletirmos discursivamente a epígrafe de Ribeiro, a partir de uma posição social e histórica dada, interpretamos, por meio da materialidade que a constitui, a possibilidade de construirmos diferentes efeitos de sentido. Ao nos determos à materialidade “*o índio é todo indivíduo reconhecido como membro de uma comunidade de origem pré-colombiana [...]*” observamos o efeito de sentido que resgatamos na História e na memória é de que somos todos de origem pré-colombiana; logo, o índio é brasileiro.

No entanto, no fragmento que diz que o índio é o indivíduo “[...] *que se identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato*”, produz o sentido de que ele o deixa de ser. É construído, discursivamente, um novo ser brasileiro, o do imaginário nacional que não é o indígena. Para o indígena ser considerado brasileiro deve ser aceito pela comunidade nacional, unicamente a “branca”.

Para precisarmos a construção dessa questão, aproximamo-nos do pensamento de Góis em que diz:

[...] os indígenas são, no imaginário nacional, muito mais simbólicos do que reais, semelhante a uma mancha na história da qual se sabe mas não se quer relembrar. Simbólicos também porque ao longo de uma história do e sobre o Brasil, foram construídos, no cenário nacional, como símbolos de um lado do Brasil esquecido, ingênuo, primitivo: moram em aldeias, andam (semi) nus, têm línguas diferentes, vivem da caça e da pesca [...]. (GÓIS 2007, p. 25).

Ao articularmos a citação de Góis ao fato de os indígenas serem esquecidos e fazerem parte de um imaginário nacional, obtemos um dentre muitos sentidos que podemos construir ao longo da História e da memória.

Conta-nos a História, a partir do exposto, que antes da chegada dos colonizadores europeus, do descobrimento do Brasil em 1500, diferentes povos indígenas viviam em território brasileiro. Somavam, segundo historiadores, uma população de, aproximadamente, 4 milhões de índios de diferentes etnias e línguas. Cada povo cultivava sua crença, cultura, religião e língua, de acordo com o tronco linguístico ao qual pertenciam: tupi-guaranis (região do litoral), macro-jê ou tapuias (região do Planalto Central), aruaques (Amazônia) e caraíbas (Amazônia). Hoje o número populacional indígena é reduzido. Segundo o Censo 2010⁴ - IBGE - a população indígena no Brasil é de 896,9 mil, somando 305 etnias e fala 274 idiomas. O mapa⁵ abaixo (Figura-01) possibilita-nos visualizarmos a distribuição da população indígena no Brasil.



Figura 01 – Mapa dos Parques e Terras Indígenas no Brasil

⁴ Disponível em: < <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2194>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

⁵ Disponível em: <http://www.infoescola.com/mapas/mapa-dos-parques-e-terras-indigenas-no-brasil/>. Acesso em: 25 jun. 2013.

No período colonial, o território indígena foi palco de grandes disputas entre espanhóis e portugueses e da presença de jesuítas que hoje o estado de Mato Grosso do Sul foi arena dessas disputas e da presença dos jesuítas. Não apenas disputas por espaços de terras e a imposição de uma nova religião, mas de mão de obra, especificamente, para o cultivo de erva mate, nativa da região. Tais fatos são basilares para a heterogeneidade histórica e cultural sul-mato-grossense.

Tendo em vista que, para um analista de discurso, os discursos são construídos historicamente e lhes atribuímos sentidos, efeito de sentido a partir do contexto social em que é produzido, pensamos existirem diferentes discursos que constroem a imagem do índio brasileiro. Podemos dizer que são discursos de historiadores, antropólogos, sociólogos, linguistas; institucionais, jornalísticos, religiosos, entre outros, sob diferentes eixos temáticos: étnico, cultural, religioso, geográfico, jurídico, científico e linguístico, que abordam como tema o índio. Por isso, o “índio” e sua história não são estranhos aos nossos ouvidos e leituras. Existe, há muito tempo, um conjunto de discursos a respeito do que é “ser índio” no Brasil. O que é ser um “sujeito indígena” em um país “multicultural, multirracial, multiétnico, multilíngue no ancoradouro da discursividade da lei” (HONÓRIO, 2008, p. 78). Diríamos, ainda, multissocial – segundo Honório –, pois pensar a relação entre índio e não-índio e de que há diferentes sociedades no Brasil, é reconhecer que “há a sociedade indígena, a sociedade negra, entre outras, e a chamada nacional⁶ - as quais convivem sob a relação de poder estabelecida por um jogo desigual de forças” (HONÓRIO, 2008, p. 78). Em síntese, podemos dizer que:

No esteio dessa reflexão, de que o Brasil se constitui por um espaço que é multissocial, concebemos a sociedade como um *corpo social* (ORLANDI, 2004) heterogêneo em transformação, em movimento, porque sempre em relação. Nesse sentido, consideramos que as sociedades se definem pela relação, assim como os sujeitos que as constituem/se constituem nela. [...] No caso brasileiro que analisamos, demarcamos então um território conceitual: é-se sujeito num espaço de relações que se configura pelo fato de que aqui existem *sociedades e sociedade*: as reais ou fluídas e a imaginária. (HONÓRIO, 2008, p. 78-79).

⁶ A esse respeito, “(...) no caso do contato cultural entre índios e brancos, o silenciamento produzido pelo Estado não incide apenas sobre o que o índio faz, enquanto sujeito, mas sobre a própria existência do sujeito índio. E, quando digo Estado, digo Estado brasileiro branco. Estado este que silencia a existência do índio enquanto sua parte e componente da cultura brasileira. Nesse Estado, o negro chega a ter uma participação. De segunda classe, é verdade, mas tem uma participação, à margem. O índio é totalmente excluído. No que se refere à identidade cultural, o índio não entra nem como estrangeiro, nem sequer como antepassado. Esse processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E se produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes”. (ORLANDI, 1990, p. 56).

Considerando a multiplicidade de discursos que circulam na(s) sociedade(s) brasileira(s), podemos dizer que um dos discursos que constroem a imagem do “ser índio” no estado pode versar em dois campos distintos de estereótipos: em seu sentido pejorativo, confirmado, geralmente pela mídia, como sendo sujo, agressivo, bêbado, afetado por uma cultura que não a sua; e o discurso da história, colocando-os como vitimados da apropriação cultural, política e econômica pelos portugueses - o branco tem uma dívida para com os primeiros habitantes que viveram há milênios de anos antes da chegada dos invasores. São discursos, a nosso ver, que qualificam e desqualificam, a todo tempo, o índio enquanto cidadão brasileiro e, até mesmo, em seu modo de ser e viver segundo sua cultura. Sabemos, contudo, o quanto é prematuro refletirmos sobre a construção de discursos positivos e negativos a respeito do “ser índio” no Brasil, sobretudo por cremos existirem muitos outros que abordam a temática.

Isso considerado, a pluralidade de discursos construídos historicamente como “verdades” que circundam na sociedade brasileira constitui, para nós, o pensamento abissal⁷ da sociedade moderna. Os estereótipos designam uma dualidade de “bom e ruim”, “certo ou errado”, “visível ou invisível”, ocasionando uma “fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo”, (BHABHA, 1998, p. 105), neste caso, no discurso pós-colonial. Isso porque, no Brasil, segundo Ianni (2004, p. 180), “os grupos e classes raramente se expressam como povo, compreendido como uma coletividade de cidadão. E mais, não parece uma nação o país em que a população não se tornou povo”.

Refletir, então, a respeito do “ser índio” no Brasil é adentrar um universo de estereótipos construídos ao longo da história do país, sobretudo de práticas sociais, discursivas e ideológicas do homem que legitimam um determinado discurso e não outro como verdade. Em Mato Grosso do Sul (MS), os estereótipos construídos discursivamente não são diferentes. Eles criam complexas diferenças políticas, sociais, econômicas, culturais, étnicas entre índios e não-índios. Podemos dizer, assim, que as diferenças produzidas em MS

⁷ Como bem assevera o crítico social Boaventura de Sousa Santos, em seu ensaio, “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”. Mesmo que Santos não se dirija, nesse texto, diretamente a questões indígenas, e sim estuda a sociedade Ocidental Pós-colonial de modo mais amplo, podemos aproximar seu pensamento das divisões visíveis e invisíveis que permeiam a relação entre índio e não-índio no Brasil, em específico, os indígenas de Mato Grosso do Sul. Para isso, nos deteremos na noção-conceito de pensamento abissal de Santos. Para ele, “o pensamento abissal consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha. A divisão é tal que o “outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considerada como sendo o Outro”. (SANTOS, 2007, p. 03, grifo do autor).

são o efeito discursivo do silenciamento e do apagamento do índio em relação ao branco produzido no país.

Conforme dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)⁸, Mato Grosso do Sul concentra a segunda maior população indígena do Brasil⁹, dos quais dezenove mil Guarani-Kaiowá vivem em terras indígenas nas regiões de Dourados, Amambai e Caarapó, contando, ainda, com os povos Atikum, Guató, Guarani-Nhandewa, Kinikinau, Kadiwéu, Ofaié e Terena, distribuídos em 27 municípios. São dados, esses, que servem para dar uma dimensão da diversidade étnica, social e cultural de MS que proporcionam a construção e circulação de diferentes práticas sociais e discursivas.

Somando uma grande população, os indígenas vivem em reservas localizadas, na maioria das vezes, nas periferias das cidades. Pela proximidade com os municípios vizinhos, convivem com o não-índio, coexistindo em uma relação definida como necessária para sobrevivência: saem de suas reservas para fazer compras, pagar contas, realizar consultas médicas, trabalhar, etc. Apesar de essas palavras ensejarem certa harmonia na convivência, o que realmente presenciamos, nas várias materialidades que dizem sobre essa convivência, encontra-se grande ênfase nas diferenças sócio-históricas. Exemplo disso é a língua. Para os indígenas, a língua materna é essencial porque mantém os laços sociais e familiares e serve para interpretar e compreender sua tradição cultural e as leis que norteiam suas vidas. Ela transcende, portanto, a dimensão meramente política. Conforme salienta Graciela Chamorro: “[...] para os Guarani, o saber falar a língua do grupo é a condição, senão para “ser”, pelo menos no plano formal, para “ser mais”, para pertencer plenamente ao grupo e ser reconhecido ou reconhecida por ele” (2007, p. 39, grifo da autora).

A língua do não-índio, o português, é vista, por eles, como uma língua política; serve para que possam interagir e, assim, defender e/ou reivindicar seus direitos. A relação, no entanto, entre Língua Guarani e Língua Portuguesa, para esses indígenas, não se dá de modo tranquilo, e isso, acreditamos, reflete-se no que se diz e no que se produz discursivamente no próprio interior das comunidades indígenas do estado.

⁸ “De acordo com dados da FUNASA, as populações guarani kaiowá e ñandewa em MS chegaram a 37.317 pessoas, constituindo parte significativa do total da população guarani no Brasil, estimada em torno de 50 mil”. (AYLWIN, 2009, p. 34).

⁹ “O Jornal Nacional divulga, no dia dez de Agosto de 2012, segundo dados do IBGE, que o Brasil tem uma população de quase 900 mil índios. São 305 etnias e 274 idiomas. 42% dos índios brasileiros vivem fora de terras indígenas e menos de 13% dos domicílios habitados por eles são ocas ou malocas”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/08/brasil-tem-populacao-de-quase-900-mil-indios-aponta-ibge.html>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

Pensamos, portanto, que a Língua Portuguesa constitui parte integrante, se não necessária, para o estabelecimento do contrato social¹⁰ entre índio e não-índio em MS. Para os indígenas, ela é uma “ferramenta” que adquirem para exercer um poder – reivindicando seus direitos – e resistirem à invisibilidade humana em que se encontram discursivizados. A Língua Portuguesa, em seu funcionamento¹¹, caracteriza-se como necessidade de sobrevivência para os indígenas sul-mato-grossenses. É sinônimo de “poder” e de “resistência” que precisam para sobreviver em meio à sociedade não índia. Em síntese, compreender a questão discursiva da Língua, como “ferramenta” de poder e resistência entre índio e não índio, “nos interessa num momento em que se proliferam práticas discursivas decorrentes de um acontecimento específico e bem recente [...]. A introdução de políticas de ação afirmativa, sobretudo, as políticas públicas¹² de inclusão de índios na universidade” (HONÓRIO, 2008, p. 79). Para os índios serem incluídos na sociedade “nacional” de direito terão de abdicar sua língua materna, “expondo o confronto entre igualdade e desigualdade, identidade e diferença, inclusão e exclusão” (HONÓRIO, 2008, p. 82).

Fanon observa que povos colonizados tendem a ter a língua como veículo social. Para ele, “todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora da cultura metropolitana” (FANON, 2008, p. 34).

Assim, com a Língua Portuguesa, os indígenas constroem discursos que presidem suas práticas sociais diárias, muitas das quais materializadas no jornal *AJIndo*. Baseando-nos em Santos (2007), os indígenas, a partir das práticas diárias de sobrevivência, participam de um contrato social no qual, ao adentrarem a sociedade civil, deixam seu estado de natureza – sua Língua, sua cultura. Para nós, o índio, ao adentrar a sociedade civil e deixar seu estado de natureza é, simplesmente, deixar de sê-lo, passando, assim, a falar, agir e ser como branco, ou

¹⁰ Para Santos, “o contrato social, na modernidade Ocidental, em vez de significar o abandono do estado de natureza e a passagem à sociedade civil, significa a coexistência da sociedade civil com o estado de natureza, separados por uma linha abissal com base na qual o olhar hegemônico, localizado na sociedade civil, deixa de ver e declara como não existente o estado de natureza”. (2007, p. 08).

¹¹ “Para que as línguas funcionem discursivamente, é necessário considerar não só sua existência, mas as relações com os falantes que as empregam. Ao considerarmos estas relações, adotamos o proposto por Benveniste (1995) quando introduz a questão da subjetividade na linguagem”. MOTA, Sara dos Santos. *As línguas de fronteira sob a perspectiva do enunciador fronteiriço*. Disponível em: < www.ufsm.br/corpus/txts_profes/TXTS_SENALE/sara_mota.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2012.

¹² “As políticas de ações afirmativas [no Brasil], que se desenvolvem com o processo de redemocratização do Estado moderno, vêm se caracterizando historicamente, nessa nossa formação social, a partir de uma perspectiva social cujas bases se alicerçam, fundamentalmente nos princípios de igualdade [...]. Decorrentes de reivindicações de movimentos sociais, elas encontram maior difusão notadamente no campo da educação, e, nesse sentido, a escola funciona como um lugar de regulagem da ordem social e, ao mesmo tempo, como lugar que possibilita, diríamos, em tese, a mobilidade social de um corpo social excluído. Nesse contexto, tem-se promovido políticas que se propõem viabilizar às minorias étnicas, raciais ou sexuais, o acesso a instâncias consideradas fundamentais para a promoção da igualdade social”. (HONÓRIO, 2008, p. 82).

melhor, se subjetiva em sujeito não-índio, isto é, ser o que a lógica Ocidental define como correto.

Ao estabelecermos relações de sentido entre o pensamento de Santos (2007) e nossa reflexão, acreditamos que a passagem do estado de natureza dos indígenas para a sociedade civil é um processo que exclui para incluir. Ela caracteriza o discurso de que os indígenas, em seu estado de natureza, são invisíveis aos olhos da sociedade civil.

A partir desse contexto social e histórico da relação entre branco e índio em MS, são muitas as práticas discursivas que traduzem essa relação como complexa e de grande conflito, de violência física e/ou simbólica no estado.

Em meio aos discursos que circulam no estado, construídos pela mídia ou em pesquisas científicas que versam sobre o tema violência, esta é vista como resultante da situação em que se encontra a grande população indígena: confinada em pequenos espaços de terras, ocasionando o confinamento populacional e problemas sociais e econômicos. Isso resulta em condições precárias de sobrevivência e em lutas para a recuperação de suas terras ancestrais.

Percebemos, com isso, que a “violência” se configura um tema presente nos discursos que circulam no estado em relação aos índios. Ela é definida como consequência dos conflitos e da grande população nas reservas. Podemos dizer, então, que há uma dupla violência: a interna (entre os indígenas) – que pela proximidade com a sociedade não-índia fazem uso de álcool e drogas, favorecendo o aumento de suicídios e homicídios nas reservas; e a externa, que se constitui de práticas como roubo e perturbação nos espaços urbanos.

Ao aproximarmos a reflexão de Góis a respeito das transformações que estão ocorrendo no mundo do ponto de vista discursivo, em artigo intitulado “A Língua Portuguesa em Contexto de Fronteiras: Algumas Reflexões Discursivas e Pós-Coloniais (2009)”, de nossa discussão, podemos inferir, discursivamente, que esse novo modo de viver dos indígenas se deve ao fato de que muitas mudanças ocorrem no mundo nos últimos anos. O autor diz:

[...] não há novidade em dizer que muitas transformações sociais, políticas, econômicas estão ocorrendo no mundo, cuja tendência é se avolumarem nos próximos anos. Pelo menos nas últimas três décadas, uma das mais marcantes manifestações dessas mudanças é a emergência de grupos sociais historicamente excluídos da racionalidade construída no Ocidente, cujo ápice se deu com o advento, a partir do século XVI, daquilo que designaremos simplesmente por lógica ou racionalidade ocidental capitalista. De modo bem sucinto, o fenômeno social-político-econômico que motivou essa emergência foi, segundo alguns autores, a Globalização¹³. (GÓIS, 2009).

¹³ Santos trata o termo globalização como “globalização neoliberal”, e diz que no mundo existem outras iniciativas que fazem com que o termo seja incompleto/inadequado, preferindo globalizações.

Podemos dizer, a partir dessa citação, que os reflexos das mudanças ocorridas no mundo – a globalização, por exemplo – contribuem para formar o cenário discursivo atual dos indígenas de Mato Grosso do Sul, cenário que possibilita a construção de diferentes práticas discursivas a respeito do ser índio no estado e no Brasil, onde minorias¹⁴ excluídas são afetadas, social e culturalmente, pela lógica ocidental, em que “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal” (SANTOS, 2007).

Assim, os discursos que lemos e ouvimos a respeito do “ser índio sul-mato-grossense” – e em especial, os construídos historicamente –, de que conflito, luta, violência, pobreza, droga, homicídio, são discursos que, por meio do “simbólico, nos faz acreditar na possibilidade de tudo representar, tornando as águas turvas em transparentes [...]” (HONÓRIO, 2008, p. 80). A função do analista de discurso é trabalhar esses discursos em sua não transparência e trabalhá-los em suas descontinuidades e irrupções históricas de modo a fazê-los “ranger” sentidos, saber o “como” esses discursos funcionam, sobretudo os produzidos em comunidades indígenas de Dourados, MS.

1.2 INDÍGENAS DE DOURADOS (MS)

A reserva indígena da cidade de Dourados – RID – tem, aproximadamente, 15 mil índios¹⁵. Essa população está dividida por duas aldeias: Jaguapiri e Bororó, localizadas na periferia da cidade. A partir da materialidade imagética, o mapa da cidade de Dourados¹⁶ (Figura 02), percebemos que o limite geográfico entre a RID e o município de Dourados se faz por meio de uma linha imaginária: a área em amarelo define o perímetro urbano de Dourados, em vermelho os núcleos autônomos e a área verde a RID. Não há um espaço entre a cidade e a RID, confirmando o discurso de que a Reserva se localiza na periferia da cidade.

¹⁴ A fim de esclarecimentos, no caso das minorias étnicas, em geral, o movimento entre língua, cultura e história é o resultado das relações de poder e resistência que se travam nas sociedades. “Minorias étnicas não significam, no Brasil, minorias linguísticas, uma vez que são falas em torno de 170 línguas indígenas [...], não contabilizadas as línguas dos imigrantes e as de origem africana. Embora numerosas, essas “línguas” acabam sendo alijadas de exercerem o poder diante da chamada “língua nacional”. Isso não significa, todavia, que os grupos minoritários não se mobilizem para fazer com que suas vozes sejam ouvidas. (GÓIS, 2003; 2010).

¹⁵ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/indio/numeros.html>. Acesso em: 25 mai. 2012.

¹⁶ Disponível em: < <http://indinho-brasil.blogspot.com.br/2011/12/o-barril-de-polvora-da-questao-indigena.html>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

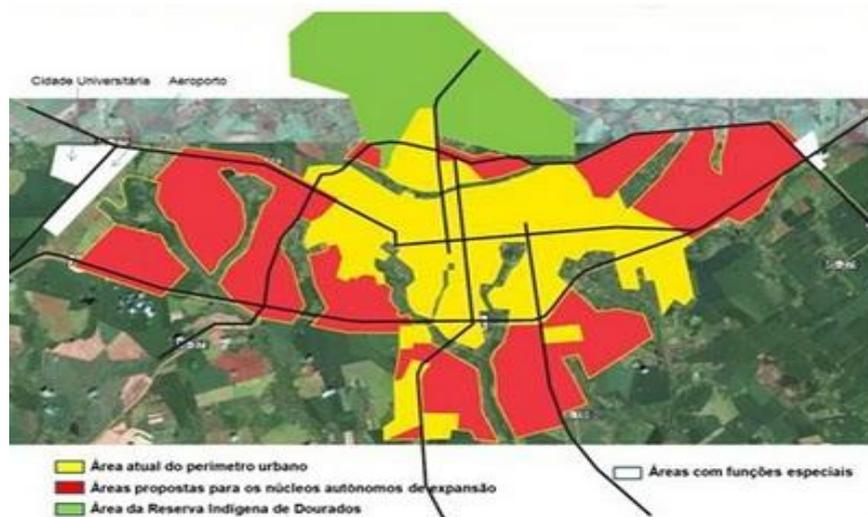


Figura 02 – Mapa de Dourados

No mapa da RID¹⁷ (Figura 03) a linha imaginária permanece. Não há um limite entre as aldeias Bororó e Jaguapirú, confirmando o discurso de que os indígenas sobrevivem em pequenos espaços de terras.

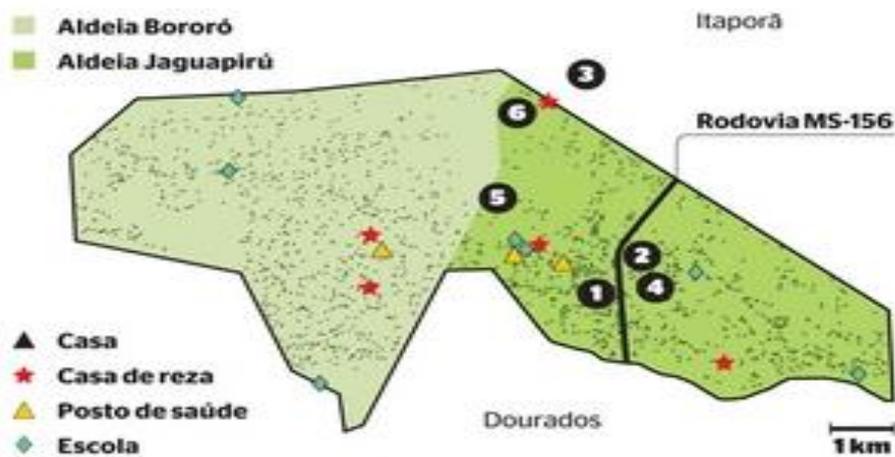


Figura 03 – Mapa da Reserva Indígena de Dourados

José Aylwin, em “Direitos dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, Brasil: confinamento e tutela no século XXI”, afirma que “a realidade que esta população indígena

¹⁷ Disponível em: < <http://indinho-brasil.blogspot.com.br/2011/12/o-barril-de-polvora-da-questao-indigena.html>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

vive na reserva é considerada por todos os analistas uma das mais críticas do País” (AYLWIN, 2009, p. 51). Aylwin pontua diversos fatores que confirmam sua afirmação:

[...] os níveis de pobreza, marginalidade, desintegração cultural, violência, discriminação de seus habitantes são dramáticos. A alta densidade populacional em área tão reduzida, a destinação de terras ao arrendamento para os fazendeiros cultivarem soja, impedindo o desenvolvimento da agricultura de subsistência [...]. (AYLWIN, 2009, p. 51).

Segundo dados de Aylwin, a realidade dos jovens indígenas na reserva de Dourados não é diferente da realidade dos jovens indígenas do restante do estado, se não mais problemática. Com isso, os discursos que constroem o ser índio em Dourados se repetem no discurso de nível nacional e estadual: as condições de pobreza, consumo de drogas, alcoolismo, suicídio, homicídio, conflito interno e externo, sobretudo, a “violência” entre os indígenas é apresentada com frequência entre os jovens. Para Aylwin:

A situação dos jovens da reserva de Dourados merece menção especial por sua especificidade. Dada a falta de defesa diante de fenômenos com que se defrontam como a pobreza, o confinamento, a violência intra-comunitária bem como a que vem fora dela, e os impactos culturais da sociedade externa à reserva de Dourados, eles se encontram em uma situação de vulnerabilidade. (2009, p. 55).

Ao refletirmos acerca da citação de Aylwin, interpretamos a construção discursiva de que os jovens praticam violência dentro e fora da reserva. E os problemas de fora – o contato entre índio e não-índio – refletem a constante violência interna entre eles, especialmente pelo contato com a sociedade nacional que os descaracteriza social e culturalmente. Um exemplo: o acesso a níveis mais elevados da educação, para os jovens, é cada vez mais difícil, o que resulta em menores expectativas de ingresso nas Universidades. Haja visto o número de indígenas da reserva de Dourados matriculados nas Universidades, “num total de 57 Terena, 23 Nandeva e 6 Kaiowá” (AYLWIN, 2009, p. 51). Com baixo índice de escolaridade, os jovens não conseguem adentrar o mercado de trabalho e, assim, muitos procuram outros meios legais e ilegais para sobreviver.

Esses dados refletem no que se diz na mídia. Manchetes contam sobre pequenos delitos envolvendo gangues indígenas. Através das gangues os indígenas praticam pequenos

furtos, roubos, enfrentam gangues rivais, etc. Além do envolvimento em furtos e roubos, consomem drogas e álcool, e, sob seu efeito, são levados a praticar o suicídio¹⁸.

Tais práticas ilegais por parte de alguns indígenas ocasionam uma violência simbólica, a qual dificulta a (con)vivência do restante da população fora da reserva. “Segundo jovens da Reserva de Dourados, a violência simbólica se manifesta de múltiplas formas – desprezo, desconfiança, violência, entre outras – impedindo-lhes de encontrar na cidade um espaço para eles” (AYLWIN, 2009, p. 55).

A problemática social da população indígena, especificamente a dos jovens da Reserva de Dourados, condiciona os limites entre experiências e expectativas de vida dos índios e circula em discursos construídos sobre a diferença entre aquilo que o estado realmente oferece, de um lado, e o que diz oferecer. Ao pontuarmos essa discussão entre experiências e expectativas de vida dos indígenas, isto é, o que os discursos constroem a respeito, aproximamos o pensamento de Góis, mesmo sabendo que o faz em outro contexto, para refletirmos discursivamente a questão:

[...] existe uma discrepância entre aquilo que a lógica ocidental capitalista propõe, por meio de diversas práticas discursivas e não discursivas, e aquilo que de fato oferece ou pode oferecer. Boaventura de Sousa Santos defende que, no Ocidente moderno, criou-se uma discrepância entre experiências e expectativas. Esse autor afirma que nas sociedades pré-modernas, era comum quem nascesse pobre, morresse pobre; quem nascesse analfabeto, morresse analfabeto. Na sociedade moderna, por sua vez, tornou-se possível ao pobre e analfabeto de nascimento, morrer rico e letrado, respectivamente. Essa mudança causada pela modernidade teve seus efeitos positivos, pelo menos nos últimos 150 anos, em que as expectativas foram, no Ocidente, sempre maiores do que as experiências. O problema está, ainda conforme Santos [...], justamente no fato de que o fosso criado entre experiências e expectativas tornou-se tão grande ao longo dos anos que atualmente vivemos num sistema em que “as experiências tendem a ser, mesmo que mediocres, melhores que as expectativas”, criando-se a ilusão de futuro. Santos (2003) exemplifica dizendo que “quando se fala em uma reforma da seguridade social, isso é para pior. Quando se fala em reforma da saúde, é para pior. Uma reforma da educação, naturalmente é para pior. Quem perde o emprego, não tem grandes expectativas de ter um emprego melhor”. (GÓIS, 2009).

A partir do que diz Góis, observamos que o resultado da discrepância entre aquilo que se faz e aquilo que se diz resulta no constante conflito de experiências e expectativas de vida dos indígenas.

¹⁸ “A falta de perspectiva leva-os também ao suicídio, muitas vezes sob o efeito de álcool e drogas. De fato, como foi apontado, o segmento etário em que os suicídios são mais frequentes na reserva de Dourados é o de 15 a 19 anos. Nos últimos anos, contudo, são cada vez mais comuns os suicídios entre 10 e 14 anos”. (AYLWIN, 2009, p. 56).

Isso posto, a partir do contexto social de vida dos indígenas de Dourados e dos discursos que circulam na RID, um grupo de jovens formou a Ação de Jovens indígenas de Dourados – AJI, para que, por meio de práticas discursivas e não discursivas, promovessem a mudança no cenário atual dos jovens e demais população indígena.

A AJI é uma Organização indígena não-governamental financiada com capital privado. Fundada em 2001 pela antropóloga Maria de Lourdes Beldi de Alcântara junto ao GAPK-Grupo de apoio aos povos Guarani-Kaiowá e Aruak¹⁹ com jovens guarani, kaiowá e terena, a AJI vem lutando por uma voz ativa na sociedade.

Um dos objetivos da AJI é fortalecer a socialização entre essas três etnias que compõe a Reserva Indígena de Dourados, tida como a mais populosa do país: são aproximadamente 15 mil indígenas confinados em 3,5 mil hectares, entre as cidades de Dourados e Itaporã. a sede da AJI está localizada na cidade de Dourados, a quatro quilômetros da Reserva Indígena²⁰.

Constituída com o objetivo de fortalecer a socialização entre as etnias Guarani, Kaiowá e Terena, fato que parece fortalecer a heterogeneidade indígena no estado, principalmente a RID, através da AJI os jovens participam de diferentes oficinas – teatro, música, fotografia, entre outras. Por meio de uma das oficinas, criaram o jornal *AJIndo*, com o objetivo de divulgar fatos que ocorrem dentro e fora da reserva. Com o jornal, almejam uma maior interação com sua própria comunidade e um melhor convívio social e cultural entre índios e não-índios.

1.3 JORNAL *AJINDO*

De circulação local e publicação mensal, impresso e *on-line*, o jornal *AJIndo* é material produzido pela AJI de Dourados, MS. De formato simples (tabloide) e fácil manuseio, o jornal não é organizado por cadernos (policia, cultural, social, política, esporte e funcional). Não há seções destacadas que diferenciam notícia, reportagem e matéria, tampouco segue uma estruturação para diferenciar os gêneros textuais que o constituem. Ele

¹⁹ O GAPK-Grupo de apoio aos povos Guarani-Kaiowá e Aruak é constituído da seguinte forma: coordenadora geral: Maria de Lourdes Beldi de Alcântara; coordenador local: Renata Carmi Armel; AJI Presidente: Diana Davilã da Silva Vice-presidente: Ana Claudia de Sousa; tesoureira: Indianara Ramires Machado Secretária: Jaqueline Gonçalves Porto. Disponível em: < <http://www.jovensindigenas.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

²⁰ Disponível em: < <http://www.jovensindigenas.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 15 mai. 2011.

define-se em ser um veículo de difusão e transmissão de informações que versam sobre o dia-a-dia da RID.

AJIndo publica sua 31^ª edição e é o primeiro jornal no estado escrito por indígenas, operando como prática social e discursiva na sociedade douradense.

Isso posto, “o jornal *AJIndo* se inscreve no dispositivo geral da informação do cotidiano indígena e contém, ele próprio, dispositivos que lhe são subordinados” (MOUILLAUD, 2002, p. 35), a partir de temáticas que circulam na mídia do estado e do país.

1.4 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA

Refletindo a respeito do que dissemos até aqui, as condições sociais e históricas de produção discursiva de nosso objeto de pesquisa, “a conjuntura históricossocial em que foi produzido e ao lugar político em que seu sujeito está inscrito” (INDURSKY, 2007, p. 12), permitiu-nos uma aproximação de nosso objeto, proporcionando um melhor entendimento de nosso trabalho. Sobretudo, pelo fato de que nossa proposta de pesquisa se define em realizar uma leitura discursiva de um jornal produzido por jovens indígenas de Dourados, MS, composto por temas relativos às vivências diárias da comunidade.

Por isso, a partir da materialidade jornalística e frente ao nosso objeto de análise, procuramos “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2009, p. 15).

Para agenciarmos o social, o político e o histórico à análise de nosso objeto, inscrevemo-nos no campo de estudos da Análise do Discurso Francesa – Michel Pêcheux –, a fim de mobilizarmos ferramentas conceituais que condicionam nossa empreitada de analistas do discurso, “na medida em que toma [a AD] como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história” (GREGOLIN, 2007b, p. 13).

Por sua vez, “a Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática [...]. Ela trata do discurso” (ORLANDI, 2009, p. 15). A AD é um campo disciplinar e/ou interdisciplinar de interpretação que nasce da problematização de conceitos como língua, história, ideologia, sujeito, entre outros, fundamentais à Linguística, à História e à Psicanálise. Seu interesse é o de desestabilizar tais conceitos, demonstrando que o

²¹ Disponível em: < <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-aj-indo>>. Acesso em: 05 de jul. 2013.

sentido não está na palavra; o sujeito não é dono e consciente do que diz; e a história pode ser contada de diferentes formas e não há apenas um sentido: há efeitos de sentido. A esse respeito mobilizamos a seguinte citação:

Há, aí, um deslocamento, a partir do qual não é mais possível pensar na transmissão de informação entre interlocutores. Pensar nesses termos conduz a uma concepção de sentido prévio, estabilizado, verdadeiro, único, sem lugar para a ambiguidade, para o desvio e o mal-entendido. Isso é recusado pela Análise do Discurso. Nesse quadro teórico, postula-se que o sentido sempre pode ser outro, e isto está na dependência do lugar em que os interlocutores se inscrevem. Ou seja, nada garante que um discurso produza o mesmo sentido tanto para quem o formulou como para quem o interpretou. (INDURSKY, 2007, p. 12).

A AD quer compreender a produção de sentidos não estabilizados, do ponto de vista social e histórico da linguagem, mesmo que para isso tenha de mobilizar conhecimentos outros. Podemos dizer que a AD, com isso, “é um campo de pesquisa cujo objetivo é compreender a produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens” (GREGOLIN, 2007b, p. 11). Lidando, portanto, com várias ciências, é que a AD se constitui como uma disciplina de entremeio, pois não só mobiliza os conceitos de outros campos disciplinares, como os faz replicar, ao questionar seu *status* científico, social, político.

Assim, para um analista do discurso, o ato de produzir e de ler textos nunca é plenamente livre; o autor e o leitor não são senhores plenamente conscientes do que dizem ou interpretam. A língua possui autonomia relativa²²: processos discursivos realizam-se nela como um lugar material. A AD considera, em síntese, que a língua não é transparente, muito menos que os sentidos são dados *a priori*; são construídos historicamente.

²² “A noção de autonomia relativa da língua caracteriza a independência de um nível de funcionamento do discurso em relação às formações ideológicas que aí se encontram articuladas, nível de funcionamento relativamente autônomo cuja teoria é feita pela linguística. O conceito que permite pensar esse nível de funcionamento é o de língua. A autonomia é relativa porque, na produção e na interpretação do que se chama “sequências discursivas”, isto é, dos discursos concretos, as fronteiras entre o que separa o que releva da autonomia relativa da língua e o que releva da determinação desses discursos “concretos” por formações discursivas [...] não pode ser definido a priori. Em outros termos, afirmamos que todo o discurso “concreto” é duplamente determinado: de uma parte, pelas formações ideológicas que relacionam esse discurso a formações discursivas definidas, de outra parte, pela autonomia relativa da língua; mas afirmamos que não é possível traçar a priori uma linha de demarcação entre o que releva de uma e de outra dessas determinações”. (HENRY, 1975, p. 94). Disponível em: <<https://www.celsul.org.br/Encontros/06/Mesas%2520Redondas/02.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2012.

Segundo Góis (2009, p. 02):

Em AD, quando um analista se propõe a ler um texto, não está interessado necessariamente em saber “o que o autor quis dizer com”, e sim “como este texto significa”. Quer compreender como, de que forma um determinado texto circula; circula onde; a quem se dirige; de que forma é lido; por que dessa forma e não de outra; e assim por diante. O resultado final esperado por um analista nunca é só a interpretação de um texto, deseja-se compreendê-lo [...].

E para percorrermos a historicidade dos sentidos que permeiam os discursos, esta pesquisa, ao se fundamentar teoricamente na AD francesa, também é feita, sobretudo, a partir dos métodos arqueológico e genealógico de Michel Foucault. Segundo perspectiva foucaultiana, “o discurso é tomado como uma prática social, historicamente determinada, que constitui os sujeitos e os objetos” (GREGOLIN, 2007b, p. 13). Em síntese, as reflexões dos estudos de Foucault em nosso trabalho faz-se importante para compreendermos as relações de poder e resistência que estabelecem que algo seja dito dessa forma e não de outra e por um determinado sujeito e não outro.

Falamos em poder e resistência, sob a perspectiva foucaultiana, é adentrar um campo de estudos das ciências humanas, sociais, da linguagem, da história, que determinam o modo de pensar e agir do homem em seu meio, isto é, o constitui enquanto sujeito histórico, social e cultural. Permite-nos, desse modo, defender a ideia de que toda produção e manifestação discursiva é sempre produto dos jogos de poder e resistência regidos pelas práticas ideológicas que configuram suas relações sociais; para nós, o jornal *AJIndo* não se faz diferente.

Antes de prosseguirmos, ater-no-emos à noção do que seja “histórico” em nossa pesquisa, a qual se encontra intrinsecamente relacionada à noção de discurso – prática social. Haja vista que tais noções – de historicidade e de discurso enquanto prática social – são construídas de um lugar específico, em que os sentidos são produtores e produzidos por e pelos discursos. Para precisarmos esta posição, observemos esta citação:

Os discursos estabelecem uma história. A história, em nossa perspectiva discursiva, não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem é tampouco evolução, mas produção de sentidos [...]. Ela é algo da ordem do discurso. Não há história sem discurso. É, aliás, pelo discurso que a história não é só evolução mas sentido, ou melhor, é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história. (ORLANDI, 1990, p. 18).

Para analisarmos os discursos mobilizados em nosso trabalho, acerca da materialidade jornalística, buscamos “descrever dispersões; pesquisar se entre esses elementos, que seguramente se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, [...] correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum” (FOUCAULT, 2007, p. 42) possibilitando emergirem novos discursos, até então silenciados pela história linear²³ e/ou tradicional. A respeito dos jogos de poder e resistência que permeiam a produção discursiva no jornal *AJIndo*, refletimos no que diz Foucault (1996, p. 8-9):

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Por isso, defendemos a ideia de que a relação entre o homem e sua história social se constrói pelo discurso. “A mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive” (ORLANDI, 2009, p. 15).

Ao concebermos o discurso enquanto produção de sentido em relação ao social e o histórico em que é produzido, buscamos, também, aproximar nossas reflexões acerca da perspectiva pós-colonial, a qual é definida por Santos do seguinte modo:

a perspectiva pós-colonial parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Daí o interesse desta perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz. (SANTOS, 2004).

Contextualizar nosso objeto de pesquisa a partir da teoria do discurso, da perspectiva metodológica foucaultina e dos estudos pós-coloniais, é expô-lo a uma arena de batalhas em que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Para Orlandi, há uma relação necessária entre o objeto de estudo e a metodologia a que ele é submetido, sobretudo “quando definimos o objeto através da metodologia, nos comprometemos ao mesmo tempo com uma teoria e com um corpo de definições de acordo com os quais produzimos as correspondentes técnicas de análise” (2009, p. 16). É a partir do

²³ Foucault (2007, p. 08) diz que “a “história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais”.

discurso como objeto de pesquisa que queremos compreender a produção discursiva, materializada em textos e imagens no jornal *AJIndo*.

Justificamos, assim, a escolha de fazermos uma leitura discursiva do jornal *AJIndo* – de Dourados, MS – a partir da perspectiva francesa de análise do discurso, que admite mobilizarmos, para isso, conhecimentos em Ciências Humanas e Sociais: Filosofia (FOUCAULT, 1996; 2007), Sociologia (SANTOS, 2003; 2004; 2005; 2007) e História (GUILHAUMOU, 2009), dos quais refletimos, teoricamente, conceitos de/sobre discurso, formação discursiva, inter e intra-discurso, memória, história, poder e resistência, entre outros, relativos aos conhecimentos dessas disciplinas, que nos permitem abordagens filosóficas, sociológicas e históricas em nossas interpretações. Nosso objetivo, por hora, não é o de “conhecer as preocupações dessas disciplinas [...], e sim o de incluir os conhecimentos que essas disciplinas tornam disponíveis para nossa própria elaboração de saberes” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 39) na prática de analistas de discurso.

1.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO *CORPUS* E DA ANÁLISE DE PESQUISA

Adentrar na temática do *corpus* e da análise do objeto de pesquisa de nosso trabalho exige que algumas reflexões sejam feitas em particular. Por isso, é chegado o momento de esclarecermos o modo de “como” analisamos nosso objeto o discurso. Para tanto:

Toda análise linguística supõe a *constituição de um corpus*, isto é, de um conjunto determinado de textos sobre os quais se aplicará um método definido. Se a escolha do *corpus* é necessariamente arbitrária, determinada por critérios que são a consequência do objetivo da análise, é preciso (convir) que esse *corpus* se apresente com propriedades que o tornem válido. Assim, da totalidade dos enunciados de uma época, de um locutor, de um grupo social, que constitui o *universo do discurso*, se extrai um conjunto de enunciados limitados no tempo (necessidade de uma homogeneidade sincrônica) e no espaço (necessidade de uma homogeneidade da situação de comunicação). Considera-se então que esse *corpus* é *representativo* do conjunto dos discursos (DUBOIS: 1997, p. 106. Itálicos do autor). E como mostram Guilhaumou e Malidier: “a constituição do *corpus* já faz parte da análise. (COLINNOT; MAZIERE: 1997, p. 201; nota 3 apud GÓIS, 2007, p. 61; nota 33).

Assim, toda análise, linguística ou não, pressupõe um *corpus*²⁴. No entanto, em nosso trabalho de dissertação, sabemos que o modo de a AD proceder e trabalhar seu *corpus*, nos

²⁴ “A delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos. Em geral distinguimos o *corpus* experimental e o de arquivo. Quanto à natureza da linguagem, devemos dizer que a análise do discurso interessa-se pelas práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra, etc.”. (ORLANDI, 2009, p. 62).

dias atuais, difere da AAD69 (PÊCHEUX, 1998). Desde então, “vemos que a AD ampliou seu campo de investigação: do interesse pelo discurso doutrinário ou institucional, ela passou ao que poderíamos chamar a história social dos textos” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010, p. 162). Dizemos que a AD permite analisarmos discursos da vida cotidiana, políticos, institucionais, religiosos, jurídicos, midiáticos, imagens, som, entre outros.

Para um analista de discurso saber qual aporte teórico utilizar em sua análise é preciso que o material bruto (textos, imagens, etc.) de que ele disponibiliza, conhecido ou não, seja “lido, relido, trabalhado, ruminado, revisitado, no tempo, no silêncio, com paciência, em síntese, para ver as coisas é preciso olhar muitas vezes” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 39). Nesse momento, o analista está construindo seu *corpus* de pesquisa por meio de uma “prática de leitura, apreendendo discursos no interior de sua coerência e de suas contradições, naquilo que faz deles sistemas de explicação” (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 38), ou seja, em seu acontecimento. O analista se vê refém de uma relação entre teoria e prática. Prática e teoria e/ou teoria e prática permitem ao analista abordar conhecimentos de outras disciplinas para a apreensão de sentidos que serão materializados ao longo de sua análise. Segundo Góis:

A AD defende, na análise de dados, a relação dialética e bilateral entre teoria e prática, não havendo, portanto, uma separação precisa entre elas. Ou, melhor, segundo Leandro Ferreira (2004): “É assim que a análise interfere na teoria, redefinindo-a em muitos casos, bem como a teoria fornece caminhos e pistas ao analista em sua prática, singularizando-a, caso a caso”, nos valem dos dispositivos analíticos da AD como “instrumentos” de leitura, procurando instaurar novas formas de leitura enquanto disciplina de interpretação [...]. Isso significa, ainda, que não seguimos um padrão rígido pré-determinado de análise do *corpus* porque este procurou se harmonizar com diversos pressupostos teóricos da AD, dentre os quais destacamos os conceitos de sujeito (inclusive a noção de “sujeito coletivo”), de identidades, de memória, de sentido, etc., que irão se materializando ao longo da análise dos resultados. (2007, p. 62).

O *corpus*, então, na AD, é construído pelo analista de discurso. Em grande medida o *corpus* resulta de uma construção do próprio analista. Ele não está pronto, acabado para a análise e não é dado *a priori*. Assim, “sua construção e análise estão intimamente ligadas” (ORLANDI, 2009, p. 62) e em constante relação, de ir e vir, entre teoria e prática.

O jornal *AJIndo* faz-se um dispositivo material e imaterial, tratando “tanto de discursos quanto de práticas, de instituições, quanto de táticas moventes: é assim que Foucault chega a falar, segundo o caso, de dispositivos de poder, de saber [...]” (REVEL, 2005, p. 39). Ele materializa acontecimentos discursivos, possibilitando interpretarmos discursos, que

circulam na sociedade indígena e não-indígena²⁵ de Dourados, especificamente, sob suas emergências e circunstâncias determinantes de produção históricas e sociais. O acontecimento do discurso, “não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010, p. 164).

Concluimos, assim, que em nossa pesquisa buscamos construir um *corpus* fundamentado e organizado acerca do grande arquivo produzido pelo jornal *AJIndo*. Um arquivo composto por textos de diferentes gêneros que circulam na sociedade Douradense. Refletimos que,

o arquivo, antes de ser “[...] a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado” [...], é tratado por Foucault como “[...] o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (ibidem, p.147). É o arquivo que agrupa todas as coisas ditas em diferentes tipos de relações e que dá existência ao que Foucault chama *sistema de enunciabilidade* [...]. O filósofo deixa clara a impossibilidade de descrição do arquivo por completo ou mesmo de regiões inteiras do arquivo, uma vez que este é o horizonte maior de organização das possibilidades de relacionamentos que garantem o exercício da função enunciativa, controlando o aparecimento e desaparecimento dos enunciados. (VOSS, 2011, p. 61).

De modo especial, trabalhamos a noção-conceito arquivo definida por Guilhamou e Maldidier (2010, p. 162), como algo que “nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco. [...] Ele não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes”. Em síntese, o arquivo não é um amontoado de textos, documentos, institucionais ou não, conservados em algum lugar. Ele é um monumento que permite ao analista do discurso exercer seu papel de arqueólogo, historiador e sociólogo em busca sentidos dispersos no tempo e no espaço. Analisar o discurso como monumento, um efeito de regras sociais, históricas e de poder, permite ao analista produzir uma análise que busque compreender e interpretar sentidos em sua historicidade, admitindo a compreensão do que levou a produção de um determinado discurso e não de outro. Em síntese, o analista, investido

²⁵ “No esteio dessa reflexão, de que o Brasil se constitui por um espaço que é multissocial, concebemos a sociedade como um *corpo social* (ORLANDI, 2004) heterogêneo em transformação, em movimento, porque sempre em relação. Nesse sentido, consideramos que as sociedades se definem pela relação, assim como os sujeitos que as constituem/se constituem nela. Pelo pressuposto de Viveiros (2002, p. 297), segundo o qual “a sociedade é uma condição universal da vida humana”, postulamos ainda que o “ser humano” torna-se sujeito no “social”. Um social que se apresenta como um “espaço de relações”. No caso brasileiro que analisamos, demarcamos então um território conceitual: é-se sujeito num espaço de relações que se configura pelo fato de que aqui existem *sociedades e sociedade*: as reais ou fluidas e a imaginária”. (HONÓRIO, 2008, p. 78-79).

em um determinado aparato teórico-metodológico de análise, trabalha o discurso enquanto monumento para reconstruir práticas, condições sociais e históricas de seu funcionamento.

Mobilizamos, com isso, a noção-conceito de “trajeto temático”²⁶ proposto por Guilhaumou (2009) e descrito por Charadeau e Maingueneau (2008) para nos ajudar, enquanto ferramenta metodológica de análise. Por sua vez, “nossa prática atual de análise do discurso retoma as preocupações dos historiadores das mentalidades [...]: trabalhando ao mesmo tempo sobre a longa duração e o acontecimento” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010, p. 162).

Havendo a possibilidade de trabalharmos com o método trajeto temático de curto ou longo eixo cronológico (CHARADEAU; MAINGUENEAU, 2008), decidimos limitarmo-nos a analisar enunciados²⁷, segundo a perspectiva foucaultiana do termo, “como uma função que confere à frase, à proposição ou ao ato de fala o estatuto de discurso” (NAVARRO, 2008, p. 92) e trabalhá-los seguindo a noção-método de trajeto temático “de curta duração [(da 16^a a 27^a edição do jornal *AJIndo*, disponíveis *on-line*, correspondendo o eixo cronológico de maio de 2009 a setembro de 2011)] para nele alongar a apresentação e, assim, valorizar a riqueza dos recursos representativos” (CHARADEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 481).

Para tanto, os enunciados que serão mobilizados no decorrer das análises versam em torno do seguinte trajeto temático: a “violência”. A noção-método de trajeto temático em nossa pesquisa se configura como um método de leitura do arquivo, no qual interpretarmos e compreendermos feixes de enunciados dispostos ao longo da história, enquanto acontecimento discursivo, que determinam a produção de sentidos da materialidade discursiva. No entanto, “[...] a análise do trajeto temático fundamenta-se em um vai e vem de

²⁶ Para Guilhaumou (2009, p. 29), “quando o acontecimento, e em seu interior uma regularidade de enunciados, manifesta-se em uma vasta sequência cronológica, é necessário recorrer, em história do discurso, à noção de trajeto temático. Entramos assim em uma multiplicidade de feixes de enunciados articulados ao redor de vários atos configurantes, dispostos ao longo de um eixo temporal. [...]”. “A expressão trajeto temático aparece no campo da análise do discurso associada à História, no início dos anos 1980. Ela está ligada, nos trabalhos de historiadores linguistas sobre as linguagens do século XVIII e da Revolução francesa (GUILHAUMOU, 1981, 1984), a uma nova maneira de ler o arquivo. É assim que, no interior da descrição configuracional, a caracterização de um trajeto temático ocupa um lugar central. Ela procede, em razão da tríplice funcionalidade da história do enunciado do arquivo, de uma sequência de enunciados significativa do itinerário de um assunto, da formação de um conceito e da organização de um objeto. Ela não se relaciona ao simples estudo da progressão temática efetuada pela análise textual. Somos confrontados com uma descrição discursiva complexa, que nos mergulha, através de leitura de arquivos, em uma multiplicidade de redes de enunciado”. (CHARADEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 480).

²⁷ “A descrição dos enunciados nessa proposta foucaultiana se coloca diante de nós como uma possibilidade de fazer análise de discurso. Primeiramente, isso se deve ao modo como concebe o discurso enquanto efeito de regras históricas, ou seja, relaciona, de qualquer forma, a materialidade linguística e a exterioridade histórica que a afeta. Depois porque concebe essa materialidade linguística como pertinente para a própria análise do desempenho da função enunciativa”. (VOSS, 2011, p. 62).

atos languageiros de uma grande diversidade e atos linguagem que podemos analisar linguisticamente e nos quais os sujeitos podem ser especificados” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2010, p. 165). Especificamente, eles em suas descontinuidades e contradições produzem efeito de poder e resistência no que é dito no jornal.

CAPÍTULO 2

REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura configura-se a parte do relatório em que apresentamos reflexões da base teórica e metodológica mobilizadas em nossa pesquisa. Apontaremos noções-conceito que permitiram uma maior compreensão do objeto de pesquisa.

Neste capítulo, fazemos considerações quanto à base teórica que governa nossa dissertação. Precisamente, sob a ótica de Michel Pêcheux, iniciador da Escola Francesa de Análise de Discurso refletiremos acerca da teoria e método da AD a partir de noções-conceito de como ela lida com seu objeto, sobretudo, da relação entre língua, discurso e ideologia; Michel Foucault, refletindo pontos de encontro e distanciamentos que os estudos do filósofo mantêm com a AD – por meio de apontamentos acerca dos métodos arqueológico e genealógico, conceitos de poder e resistência; Boaventura de Sousa Santos, “sociologia das ausências”, “sociologia das emergências” e “pensamento abissal”, a fim de pensarmos o discurso como prática social pós-colonial.

Em síntese, objetivamos configurar a paisagem teórico-metodológica necessária para a compreensão e fundamentação de nosso trabalho.

2.1 A ESCOLA FRANCESA DE ANÁLISE DO DISCURSO: UMA NOVA FORMA DE TRABALHAR A LINGUAGEM

A Análise de Discurso não pretende instituir-se especialista da interpretação, dominando "o" sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito de interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro).
(PÊCHEUX, 1998, p. 53).

O processo de constituição de um campo do saber se solidifica de maneira complexa, articulado como um espiral, combinando entrecruzamentos, reuniões e dissociações de séries textuais, de construções de questões, de estruturações de rede de memória e de produções de escrita. E para a AD não foi diferente. O terreno de construção da AD não foi, e continua não sendo equilibrado, tranquilo, uma simples união de áreas do conhecimento e pronto, uma nova forma de lidar com a linguagem nasceria. Ao contrário, foi e continua a ser uma arena de

lutas. No entanto, “o que foi chamado de “três épocas da AD” por Pêcheux revela os embates, as reconstruções, as retificações operadas na constituição do campo teórico da análise do discurso francesa” (GREGOLIN, 2007, p. 66).

A “análise do discurso designa um campo que se desenvolveu na França nos anos 1960-1970” (MAZIÈRE, 2007, p. 07), arquitetado pelo filósofo Michel Pêcheux²⁸, que propõe uma nova forma de lidar com a linguagem até então trabalhada. Segundo Orlandi:

a proposta intelectual em que se situa a Análise do Discurso é marcada pelo fato de que a noção de leitura é posta em suspenso. Tendo como fundamental a questão do sentido, a Análise do Discurso se constitui no espaço em que a Linguística tem a ver com a Filosofia e as Ciências Sociais. Em outras palavras, na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história. (2009, p. 25).

Para dar conta da questão do sentido determinado pela língua, a AD problematiza três aportes teóricos para sua constituição: Linguística (releitura que Michel Pêcheux faz de Saussure); Marxismo (releitura que Althusser faz de Marx); e Psicanálise (releitura que Lacan faz de Freud). A esse respeito, “a articulação dessas três regiões do conhecimento nos estudos do discurso é que resulta na posição crítica assumida nos anos 60 em relação à noção de leitura, de interpretação, que problematiza a relação do sujeito com o sentido (da língua com a história)” (ORLANDI, 2009, p. 25).

Mesmo articulando diferentes áreas do conhecimento, a AD não se define um campo de conhecimentos distintos que se relacionam entre si; no fundo, é mais do que uma relação, é saber o “como” a AD concebe, em seus estudos, esses campos. Pêcheux e Fuchs reforçam, por sua vez, o “como” esses saberes se relacionam:

I. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; II. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e mecanismos de enunciação ao mesmo tempo; III. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. (2010, p. 160).

Maingueneau (1997) define, por sua vez, essa “relação” entre saberes distintos, diferentes continentes filosóficos e teóricos, uma conjuntura intelectual que constituiu a AD. A esse respeito, mobilizamos a seguinte citação:

²⁸ “Michel Pêcheux nasceu em Tours em 1938 e morreu em Paris em 1983. Ele é fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso que teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem”. (ORLANDI, 2005, p. 10).

A conjuntura intelectual é aquela que, nos anos 60, sob a égide do estruturalismo, viu articularem-se, em torno de uma reflexão sobre a escritura, a linguística, o marxismo e a psicanálise. A Análise do Discurso na França é, sobretudo, - e isto desde 1965, aproximadamente - assunto de linguistas [...], mas também de historiadores [...] e de alguns psicólogos [...]. (GRIZE, 1981, p. 30 apud MAINGUENEAU, 1997, p. 10).

No entanto, a partir dessa conjuntura intelectual e a busca em ultrapassar o estudo da frase, fechada nela mesma pelos estudos estruturalistas da Linguística, a AD tem como proposta analisar as condições de possibilidades do discurso, a partir do pressuposto de que todo discurso é determinado e/ou determinante pela rede sócio-histórica que o constitui. Não mais analisar o co-texto e sim o contexto de sua produção. Para Amaral (2005, p. 02), a AD se configura da seguinte maneira:

A AD se apropria e redefine conceitos tidos como de natureza eminentemente linguística, tais como: linguagem, língua, discurso, texto, sujeito; e institui outras noções conceituais necessárias ao processo de análise, como por exemplo: condições de produção, historicidade, formação discursiva, formação ideológica (ideologia). Desta forma, a AD investe na elaboração e na sustentação de um quadro teórico-metodológico que lhe permita atribuir-se e reconhecer-se como uma área específica e necessária ao conhecimento da prática social.

Dessa forma, a AD “concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ela objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação” (ORLANDI, 2005, p. 10). Dito de outro modo, “o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos é, portanto, o discurso” (BRANDÃO, 2004, p.11). Em síntese, o discurso é efeito de sentido entre interlocutores, não um dado empírico de um sujeito, mas um processo discursivo inscrito em relações sociais, ideológicas e históricas permeadas pela relação do simbólico com o político. Para Gregolin, “[...] desde a sua fundação, na análise do discurso derivada de Pêcheux, o discurso é entendido como um conceito que não se confunde com o discurso empírico de um sujeito (*parole* saussureana), nem com o texto (o *discurso* não está na manifestação de seus encaixamentos)” (GREGOLIN, 2003, p. 65).

Piovezani e Sargentini (2011, p. 101) nos dizem em artigo “*Especificidades de uma disciplina de interpretação*”, que “a existência epistemológica da AD, portanto, a supor a existência da língua não como puro sistema (o programa de um órgão mental!), mas um real específico, que forma o espaço contraditório do desdobramento da discursividade”.

A partir desta reflexão de que a AD não se caracteriza em ser um sistema, concluímos que a AD trabalha com o real da língua. Esse real específico da língua em que se confrontam

as discursividades, proposto pela AD, segundo Orlandi (2009, p. 16), “visa pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem” de modo que são os discursos condutores das práticas sociais do homem em seu meio social e histórico em uma dada condição de produção desses discursos. Podemos dizer, então, que “ao analisarmos o discurso, estaremos inevitavelmente diante da questão de como ele se relaciona frente à situação que o criou. A análise vai procurar colocar em relação o campo da língua (suscetível de ser estudada pela Linguística) e o campo da sociedade (apreendida pela história e pela ideologia)” (GREGOLIN, 1995, p. 17), de modo que estaremos diante de sua condição de produção.

A condição de produção de um discurso determina que um dizer só pode ser dito daquela forma e não de outra, sem que o sujeito – a forma sujeito do discurso afetado pela ideologia – perceba que está sendo porta-voz de discursos “outros”. Sobretudo, “o dizer está ligado às condições de produção. Há um vínculo ligando o dizer com sua exterioridade” (ORLANDI, 2005, p. 11). Ou seja, o dizer de um sujeito está implicitamente ligado ao lugar social que ocupa. Além do lugar social, histórico e ideológico, a memória faz parte integrante das condições de produção discursiva.

Sendo assim, a memória, “por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, a memória é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2009, p. 31). O interdiscurso é um conjunto de discursos ditos e esquecidos, sempre em funcionamento, que possibilita a construção e materialização de um discurso. Não é algo resultante de um aprendizado, ele é efeito das conexões feitas por sujeitos, por meio da ideologia e do inconsciente, ao longo do tempo, que produzem sentidos.

Em meio a dizeres outros, ditos e esquecidos, a AD não vê o sentido como espelho da palavra, um simples reflexo dela, e sim construído historicamente em meio a discursos, falados e escritos, dispersos no tempo e no espaço em uma ou várias formações discursivas. Dito de outro modo, “trabalhar com o sentido e sua opacidade conduz a examiná-lo da ou das Formação(ões) Discursiva(s) com que tais sujeitos se relacionam, o que conduz a considerar não “o sentido”, mas “os efeitos de sentido” (FERREIRA; INDURSKY, 2007, p. 12).

Segundo Ferreira e Indursky, “[...] a formação discursiva (FD), para a Análise do Discurso (AD), é o lugar de constituição do sentido e este postulado desraísta a ideia de transparência da linguagem” (2007, p. 12). A esse respeito:

Segundo Pêcheux, as palavras não têm um sentido ligado a sua literalidade, o sentido é sempre uma palavra por outra [...]. Pêcheux pensa o sentido como sendo regulado no tempo e no espaço da prática humana, *de-centralizando* o conceito de subjetividade [...]. (ORLANDI, 2005, p. 11, grifo da autora).

A AD se configura, então, como disciplina da interpretação, colocando o olhar leitor diante da opacidade da linguagem. O texto²⁹ para a AD, por exemplo, é um lugar de encontro de diferentes discursos, dizeres, ou seja, é a união de diferentes efeitos de sentido para o analista. Quando o analista lê um texto, por sua vez, ele não quer compreender seu sentido primeiro, quer problematizá-lo, articulando-o com a história e com o contexto social em que foi produzido, buscando, assim, sentidos outros que permeiam a produção discursiva que compõe o texto. Podemos dizer, então, que “empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar a construção do sentido de um texto e o modo de articulação desse texto com a história e a sociedade que o produziu” (GREGOLIN, 1995, p. 20). Para uma melhor reflexão desta questão, apresentamos a seguinte citação:

O discurso é um suporte abstrato que sustenta os vários textos (concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas das estruturas semio-narrativas. Através da análise do discurso é possível realizarmos uma análise interna (o que este texto diz?, como ele diz?) e uma análise externa (por que este texto diz o que ele diz?). (GREGOLIN, 1995, p.17).

Em síntese, “um discurso não se encontra todo reunido no mesmo texto, um discurso está disperso por muitos textos, oriundos de diferentes “autores”, escrito em distintos espaços e em épocas diversas” (FERREIRA; INDURSKY, 2007, p. 10). Dito de outro modo, “a prática de leitura proposta por Pêcheux, que constitui propriamente a Análise do Discurso, expõe o olhar leitor à opacidade do texto, objetivando a compreensão do que o sujeito diz em relação a outros dizeres, ao que ele não diz”. (ORLANDI, 2005, p. 11).

Por isso, ao refletirmos que a AD propõe uma nova forma de lidar com a linguagem, “à medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas” (MAINGUENEAU, 1997, p. 11), estamos

²⁹ Não é todo e qualquer texto (oral ou escrito) que serve de material de análise para AD. “De imediato, é preciso explicitar as razões pelas quais uma conversa de bar, por exemplo, não se constitui, em princípio, em objeto da AD, embora, por outro lado, esta seja possível de estudos que se filiam a outras formas de “análise do discurso”. Poder-se-ia adiantar que a AD (convencionar-se-á, para evitar equívocos, abreviar assim o termo “escola francesa de análise do discurso”) se apoia crucialmente sobre os conceitos e os métodos da linguística, mas este não é, com toda evidência, um traço bastante discriminador. Na verdade, é preciso levar em consideração outras dimensões; a AD relaciona-se com textos produzidos: - no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação; - nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc.; - que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 13-14).

mobilizando um modo diferente de trabalhá-la do ponto de vista discursivo inscrito em uma perspectiva sócio-histórica de produção e reprodução de sentidos entre interlocutores. Para Brandão (2004, p. 11), de igual modo para nós,

a linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado da ideologia. [...]. Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que as constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção. Esse será o enfoque a ser assumido por uma nova tendência linguística que irrompe na década de 60: a análise do discurso.

Assim, é pela não transparência da linguagem que trabalha a AD. Esse modo de lidar com a linguagem, sob análises de formas materiais, caracteriza o discurso enquanto objeto social e histórico em que “o sujeito “não é “mestre” de sua morada e estrategista em seus atos” (PIOVEZANI; SANGENTINI, 2011, 103). Pelo contrário, o discurso é resultado de práticas sociais operadas pelo funcionamento discursivo inscritas no campo do simbólico.

2.2 CONCEITOS EM AD: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

2.2.1 Objeto de estudo da AD francesa: o discurso

“Seria inútil pretender descrever como um objeto este que se tenta hoje: apenas se pode falar do interior dessa tentativa”.
(PÊCHEUX, 2010, p. 311)

Discorreremos, agora, sobre esse objeto de estudo chamado discurso, que possibilitou um deslocamento das noções de sujeito, história e língua. Esse deslocamento tem um “efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure” (PÊCHEUX, 2008, p. 45). Para Pêcheux, foi “um desafio intelectual engajando a promessa de uma revolução cultural que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social” (2008, p. 45).

Com seu objeto de estudo – “o discurso” – encaminhado e uma proposta diferente de lidar com ele, Pêcheux inicia sua trajetória cheia de formulações e reformulações nos estudos discursivos. A esse respeito, diz o autor:

não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes de trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada [...]. (PÊCHEUX, 2008, p. 56).

Preocupado com usos que se faz da linguagem humana, Pêcheux inicia seus estudos engendrando seu objeto a partir de um estudo para além da frase³⁰. O autor, contudo, para construir a noção de discurso, faz uma leitura crítica de Saussure, reconhecendo nele o ponto de origem da ciência linguística: o corte epistemológico saussureano.

Ferdinand de Saussure, considerado o pai da Linguística Moderna, juízo ao *Curso de Linguística Geral*, obra considerada marco inaugural da nova ciência, tem a língua como seu objeto de estudo. Para ele, a língua é a condição da fala, sendo esta tomada como objeto secundário. A partir da ruptura entre língua e fala, proposta por Saussure, Pêcheux questiona o caráter social da língua, operando deslocamentos em que “o discurso é tido como uma reformulação da fala saussureana, desembaraçada de suas implicações subjetivas” (MALDIDIÉ, 2003, p. 22). Na AD, a concepção de língua é deslocada: é aberta, heterogênea e vinculada ao histórico. A esse respeito, Maldidier enuncia que, para Pêcheux,

o conceito de *discurso* é forjado a partir de uma reflexão crítica sobre o corte fundador operado por Saussure e não sobre sua superação. Baseando-se na língua (compreendida como sistema no sentido saussureano), o discurso reformula a fala, esse “resíduo filosófico”, cujas implicações subjetivistas devem ser eliminadas. Ele supõe, segundo a fórmula althusseriana, uma “mudança de terreno”, ou seja, conceitos exteriores à linguística. (2011, p. 44, grifo da autora).

Para Pêcheux,

o deslocamento conceptual introduzido por Saussure consiste precisamente em separar essa homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, deixa de ser compreendida como tendo a *função* de exprimir sentido; ela se torna um objeto do qual uma ciência pode descrever [...]. (2010, p. 60, grifo do autor).

³⁰ “O fato de a AD tomar uma unidade de análise maior do que a frase fez que o estudo do "texto" passasse a ocupar lugar central nos estudos linguísticos. E, exatamente por tomar esse objeto complexo, a AD seguiu várias direções, com diferentes concepções epistemológicas e metodológicas. O que as unifica, no entanto, é o fato de tomarem o seu objeto do ponto de vista linguístico e de procurarem, no texto, o estudo da DISCURSIVIZAÇÃO”. (GREGOLIN, 1995, p. 14, grifo da autora).

O que Pêcheux pretende com seu objeto teórico é propor uma inversão de como observar os sentidos produzidos pelo discurso por meio de sua exterioridade. Sentidos que só serão apreendidos a partir do contexto social e histórico de produção discursiva e não um objeto a ser descrito. Em síntese, “tudo o que, fora a linguagem, faz que um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui” (MALDIDIER, 2003, p. 23). Embora pareça simples, é necessário salientar que este modo de explicar a exterioridade do discurso, seu contexto social e histórico de produção de sentidos, é meramente didático para a AD. Sobretudo, considerando-se que a exterioridade é constitutiva do próprio discurso e nele está materialmente inscrita, confirmando, desse modo, a heterogeneidade discursiva. Para tanto, não se parte do sentido produzido e sim trabalha o modo de constituição do sentido no discurso, seu funcionamento, sua movência. Esses são os novos rumos percorridos por Pêcheux em *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (2008). “A noção de acontecimento povoa um universo em alguma medida oposto ao que pressupõem os limites da estrutura: a enunciação é, no limiar de sua existência material, *nova* enquanto acontecimento discursivo” (VOSS, 2011, p. 25).

Para a AD, o sentido sempre pode ser outro, desqualificando a noção logicista de um sentido prévio: “escapando a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido” (PÊCHEUX, 2008, p. 51). Por isso, a AD concebe a língua enquanto materialidade discursiva, fornecendo uma estrutura na qual se desenvolvem os processos discursivos e ideológicos que caracterizam o discurso em um dado momento. Pêcheux, assim, põe o discurso “entre a linguagem (vista a partir da linguística, do conceito saussureano de *langue*) e a ideologia” (HENRY, 2010, p. 35).

Ao refletirmos acerca da trajetória teórica e metodológica da AD, concluímos que a língua foi o empreendimento precursor para trabalhar o discurso, sobretudo, pelo fato de que a língua “compreende como base sobre a qual se desenvolvem os processos discursivos-ideológicos” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 49) dos estudos discursivos de Pêcheux. Ele “pensa o discurso como lugar em que se estabelece a relação entre língua e história” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 48). Fiorin, a esse respeito, assevera:

O discurso deve ser visto como objeto linguístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso nem sobre os elementos funcionais e sociais que o atravessam. Esses dois pontos de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáticos e semânticos geradores de sentido; de outro, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de

certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos. (1990, p. 177, apud GREGOLIN, 1995, p. 18).

A partir do exposto, o conceito de discurso para a AD não vai ao encontro do conceito de língua, a qual concebe o sentido fixo à palavra. Ao contrário, ele é definido como sendo um objeto teórico que produz sentidos entre sujeitos inscritos historicamente em um determinado contexto social. Podemos dizer, então, que não há discurso sem a língua. Esse modo de trabalhar o discurso define o objeto de análise da AD.

Partimos do pensamento de que “a espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 163). Sobretudo, “é sobre a base linguística que se desenvolvem os processos discursivos, mas, ao mesmo tempo, todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe” (PÊCHEUX, 2009, p. 93).

Dito de outro modo, por meio do pressuposto de que todo processo discursivo está em relação à ideologia, é que a AD trabalha suas inquietações aproximando-se do conceito de ideologia de Louis Althusser (1985). Esse autor, não preocupado em estudar a linguagem a partir da perspectiva estruturalista, trabalhou de forma isolada ideologia e linguagem sem determinar uma relação e/ou ligação entre as duas. De acordo com Renata Silva, “esse aspecto, ideologia e linguagem, não-desenvolvido em Althusser foi retrabalhado posteriormente por Michel Pêcheux ([1975] 1995, 1997)” (2009, p. 158). Para expressar essa ligação entre linguagem e ideologia, Pêcheux “introduziu aquilo que ele chama de discurso, tentando desenvolver uma teoria do discurso e um dispositivo operacional de AD” (HENRY, 2010, p. 36) a partir de reflexões da teoria althusseriana.

Para contextualizarmos como a AD trabalha o conceito de ideologia, refletiremos como funciona o termo “ideologia” operado por Karl Marx e Louis Althusser. No entanto, não é nosso objetivo trabalhar teoricamente o conceito de ideologia desses autores e sim fazermos alguns apontamentos a respeito. Nossa proposta se resume, portanto, em compreendermos o “como” a AD concebe a noção-conceito de ideologia a partir desses autores.

2.2.1.1 Ideologia em Karl Marx

Neste item, apresentaremos um resumo do conceito de “ideologia” tal como aparece, principalmente, em Chauí (1980) e Althusser (1985), visitando as leituras que fizeram a cerca do conceito de ideologia em Marx.

Marx identifica a primeira concepção de ideologia “como a separação que se faz entre a produção das ideias e as condições sociais e históricas em que são produzidas” (BRANDÃO, 2004, p. 20). Não compreendendo a ideologia do ponto de vista das ideias, a consciência que determina o comportamento social das classes sociais, Marx insere um novo estudo da ideologia, marcado pela obra *Ideologia Alemã*, em que a história dos homens se apresenta como um “conhecimento dialético e materialista da realidade social” (CHAUÍ, 1980, p. 34). Chauí acrescenta:

Marx diz que a história pode ser examinada sob dois aspectos: história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos, contudo, são inseparáveis; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão mutuamente. A história da natureza, ou ciência natural, não nos interessa aqui, mas teremos que examinar a história dos homens, pois quase toda ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração completa dela. (1980, p. 34).

A ideologia é formulada por Marx a partir da concepção de história por ele retrabalhada, diferentemente de uma visão filosófica³¹. Para Marx, a história “não é uma sucessão contínua de fatos no tempo e nem de causas e efeitos [...], mas um processo dotado de uma força ou de motor interno que produz os acontecimentos” (CHAUÍ, 1980, p. 36) entre os homens. Esse motor interno, para ele, se realizaria pela contradição entre as duas classes sociais antagônicas, ele serviria de instrumento de dominação de classes, isto é, a hegemonia do pensamento da classe dominante.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas ideias são, portanto, as ideias dominantes da sua época. (MARX; ENGELS, 2007, p. 26).

³¹ “Sabemos que Marx concebe a história como um conhecimento dialético e materialista da realidade social. Sabemos também que entre as fontes dessa concepção encontra-se a filosofia hegeliana, criticada por Marx, mas conservada em aspectos essenciais por ele”. (CHAUÍ, 1980, p. 35).

Para Marx e Engels (2007), justificar o fato de o pensamento da classe dominante determinar o comportamento das classes sociais, eles argumentam que existem duas forças antagônicas representadas pelas classes sociais: a superior e a inferior. A classe superior exerce o poder de dominação, de repressão, o pensar; a inferior, no outro extremo, é dominada, reprimida, não sabe/pode pensar, portanto, executa e obedece ordens. Em síntese, a classe dominante detém o poder da ideologia.

Segundo Brandão (2004, p. 22), “o termo para Marx parece estar reduzido a uma simples categoria filosófica de ilusão ou mascaramento da realidade social [...]. A ideologia a que ele se refere, é, especificamente, a ideologia da classe dominante”. Com isso, podemos dizer que, para Marx, as ideias da classe dominante passam a ser ideias de todos e que são um “conjunto lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas e regras que prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem e como devem pensar” (CHAUÍ, 1980, p. 113), isto é, a ideologia funcionando.

2.2.1.2 Ideologia em Louis Althusser

Depois de um breve resumo sobre a noção de ideologia em Marx apresentada por Chauí e Brandão, faremos, a seguir, algumas considerações sobre como Althusser trabalha a ideologia.

Ideologia não é, para Althusser, um simples reflexo da base material³², mas possui, ela mesma, sua própria materialidade e adquire um papel decisivo na reprodução das relações sociais. Para ele, “não é no campo das ideias que as ideologias existem, elas têm existência, e é nessa existência material histórica que devem ser estudadas, e não enquanto ideias” (ALTHUSSER, 1985, p. 08).

Para desenvolver a primeira tese de que “só há prática através de e sob uma ideologia” (ibidem), Althusser trabalha as ideologias sob diferentes posições de modo que cada uma delas exerça determinado poder em relação à classe social a que se opõe. Para a classe dominante manter-se no poder e continuar a exercer a dominação sobre a outra classe, é necessário que se reproduzam as relações de produção para que a ideologia da classe dominante continue exercendo seu papel. Althusser vai de encontro ao postulado de Marx, – para quem a sociedade de sua época estava dividida em duas classes: a burguesa e o

³² “O termo base não deve ser entendido no sentido de base econômica, em relação a uma superestrutura, mas, antes, no sentido de que a existência do animal humano social e falante constitui o pressuposto de base de todo modo de produção econômica possível ou, mais precisamente, o suporte das relações sociais que correspondem a esse modo de produção”. (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 74-75).

proletariado, contradizendo uma em relação à outra – e postula que há diferentes ideologias e que elas ocupam posições sociais distintas, assegurando a reprodução de suas condições materiais e políticas de exploração. A exploração é mascarada pela ideologia, e é pelo mascaramento que os valores da classe dominante são universalizados e assimilados pelo proletariado.

Para exemplificarmos a forma da classe dominante explorar a classe dominada, pensamos, mesmo sabendo que a proposta de (re)pensar o estudo da ideologia, no momento, se faz por meio de apontamentos em Althusser, que a citação de Fiorin faz-se pertinente para uma melhor compreensão da problemática levantada.

Numa formação social, temos dois níveis de realidade: um de essência e um de aparência, ou seja, um profundo e um superficial, um não-visível e um fenomênico. Para entender a existência desses dois níveis, vamos acompanhar a análise que Marx faz do salário. No nível da aparência, o salário apresenta-se como o pagamento de um trabalho realizado. Nesse nível, a relação de trabalho é uma troca entre indivíduos livres e iguais. [...] No entanto, se sairmos do nível da circulação de bens (aparência) e passarmos para o da produção (essência), veremos que não há uma troca igualitária e que o operário não vende seu trabalho, mas sua força de trabalho, o ato de produzir, enquanto a força de trabalho é a capacidade de trabalhar, de produzir. [...] O salário, ao aparecer como o pagamento do trabalho e não da força de trabalho, apaga a distinção entre tempo de trabalho necessário e tempo não-pago, fazendo das relações de trabalho, no nível aparente, uma troca igualitária. [...] Tudo isso denota que, no nível fenomênico, a realidade se põe invertida. (FIORIN, 2007, p. 26-27).

Concluimos, então, que a prática da ideologia se faz pela ação ativa e repressora do Estado, o qual, por intermédio de seus aparelhos, intervém ou pela ideologia ou pela repressão. O Estado é composto por dois tipos de aparelhos que viabilizam sua posição:

I - Aparelho Repressivo de Estado – ARE – (compreendendo o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as prisões, etc.); II- Aparelho Ideológico de Estado – AIE – (compreendendo instituições distintas tais como: a religião, a escola, a família, o Direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação) [...]. (BRANDÃO, 2004, p. 23).

O ARE funciona pela repressão; em contrapartida, o AIE, por ser predominantemente ideológico, reprime de forma atenuada, dissimulada ou simbólica, faz a mesma repressão (ou pior, porque velada) pelas ideias. Os ARE e AIR funcionam por meio de repressão e/ou ideologia, forçando a classe dominada a submeter-se às relações e condições de produção. Em outros termos:

essa distinção funcional – à base da violência ou da repressão – parece só *funcionar* para os AIE, pois o ARE mantém sua concretude de instrumento unificado e homogêneo em si mesmo, apesar de toda as reiteraões de seu duplo funcionamento “maciçamente prevalente ou secundário”: a classe dominante *detém* o ARE e dele *dispõe*, enquanto é apenas *ativa* nos AIE. (ALTHUSSER, 1985, p. 27, grifo do autor).

Constituídas pela sociedade civil e situadas ao lado do ARE, a religião, a escola, a família, o Direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação, os AIE funcionam não pela repressão, e sim pela ideologia. Os aparelhos ideológicos não reproduzem pacificamente a ideologia dominante, e sim, são, eles próprios, palco da luta de classes e o lugar de onde podemos observar essas lutas.

Com isso, o termo ideologia nos estudos althusserianos é afetado por duas determinações: puramente filosófica e prática social, em que ambas condicionam a interpelação do indivíduo em sujeito. Althusser não emprega seu interesse teórico nos estudos “da ideologia” como Marx, a ideologia da classe dominante desprovida de história, e sim “das ideologias”, provida de uma história própria, determinada pela luta de classes. “Trata-se de estudar a ideologia como conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção” (ALTHUSSER, 1985, p. 08).

Por meio da segunda tese - “[...] o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão, para que “realize por si mesmo” os gestos e atos de submissão, [os quais] se constituem pela sua sujeição” (ALTHUSSER, 1985, p. 104), a categoria de sujeito é pensada por Althusser. Desse modo, a interpelação do indivíduo em sujeito ocorre sem que o indivíduo perceba. Althusser postula que o processo de interpelação ideológica produz duas evidências: a do sujeito e a do sentido. A evidência na qual pensamos, ou temos a ilusão, de que sempre fomos sujeitos livres, “como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que você e eu somos sujeitos [...] é um efeito ideológico [...]” (ALTHUSSER, 1985, p. 94, grifo do autor).

Para Althusser, “a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela *categoria de sujeito*³³ e de seu funcionamento” (1985, p. 93, grifo do autor). Dito de outro modo:

³³ “A categoria de sujeito é uma “evidência” primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês, como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.)”. (ALTHUSSER, 1985, p. 94).

Dizemos: a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo, e imediatamente, - acrescentamos que a *categoria de sujeito não é constitutiva de toda ideologia, uma vez que toda ideologia tem por função (é o que a define) “construir” indivíduos concretos em sujeitos*. É este jogo de dupla constituição que se localiza o funcionamento da ideologia, não sendo a ideologia mais do que seu funcionamento nas formas materiais de existência deste mesmo funcionamento. (ALTHUSSER, 1985, p. 93-94, grifo do autor).

Althusser mostra que “a ideologia não é uma pura falsa consciência [...], é o modo através do qual os homens vivem suas relações em relação às suas condições de existência” (MALDIDIER; NORMAND; ROBIN, 2010, p. 81), sem propor uma teoria geral das ideologias. Para ele, “como o dizia São Paulo admiravelmente, é no “Logos”, leia-se na ideologia que apreendemos o “ser, o movimento e a vida” (ALTHUSSER, 1985, p. 94). A ideologia funcionando é o homem funcionando em meio a suas práticas sociais diárias (ser pai, ser filho, ser empregado, ser médico, ser pobre, ser rico, entre outras ao nosso redor). Ela é o “motor” gerador de evidências de modo a pensarmos que o mundo é sempre de um jeito e não de outro, que somos sempre sujeitos livres para pensar e agir, “praticando interruptamente os rituais do reconhecimento ideológico³⁴, que nos garantem que somos de fato sujeitos concretos individuais, inconfundíveis e (obviamente) insubstituíveis” (ALTHUSSER, 1985, p. 95). Com efeito, a ideologia é a prática diária do ser humano, como ele (con)vive em sociedade.

2.2.2 Ideologia e Discurso: noções-conceitos fortes na AD francesa

A "ideologia" é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social. (GREGOLIN, 1995, p. 17).

Depois de fazermos alguns apontamentos sobre o conceito de ideologia em Marx e Althusser, precisaremos a noção-conceito de ideologia é trabalhada nos estudos da AD: “a teoria marxista de ideologia de Althusser (1971) foi a principal fonte da abordagem na teoria social do discurso junto ao seu método de análise” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 51). Pêcheux

³⁴ “Tomando um exemplo bastante “concreto”, quando nossos amigos batem à nossa porta, quando perguntamos, através da porta fechada, “quem é?” eles respondem (“é evidente”) “sou eu!”. Com efeito reconhecemos que “é ele” ou “é ela”. Abrimos a porta, e “verdadeiramente era ele quem batia”. Tomando um outro exemplo, quando reconhecemos na rua alguém do nosso (re) conhecimento, demonstramos que o reconhecemos (e que reconhecemos que ele nos reconheceu) dizendo-lhe “alô, como vai?” apertando-lhe a mão (prática ritual material do reconhecimento ideológico da vida cotidiana [...]). (ALTHUSSER, 1985, p. 95).

extraiu reflexões dos estudos de Althusser para elaborar a teoria materialista do discurso, por meio de suas duas teses fundamentais: “só há prática através de e sob uma ideologia” e “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”; estas levam à formulação central: “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (PÊCHEUX, 1997, p. 93). Relendo Althusser, Pêcheux observou que o filósofo abordou as materialidades da ideologia, que, para ele, se “apresentavam de diferentes modalidades: “um discurso verbal interno (a consciência)” ou “um discurso verbal externo” (SILVA, 2009, p. 169), embora as deixasse em suspenso.

Pêcheux engendrou, então, por meio do discurso, os dois sujeitos – o da linguagem e da ideologia – que Althusser trabalhou de forma isolada. A esse respeito:

Pêcheux trata, precisamente, de discernir mais claramente as relações entre esses dois sujeitos, ou seja, as relações entre as “evidências do sentido (ou da significação)”, e coloca o discurso entre a linguagem (vista a partir da linguística, do conceito saussureano de *langue*) e a ideologia. [...] Como Althusser, e junto com ele, renunciou à possibilidade de desenvolver uma teoria geral da ideologia (ou das ideologias). Ele voltou sua atenção para outros problemas que havia encontrado pelo caminho: o das ligações entre o objeto de análise e da teoria do discurso e o objeto da linguística. (HENRY, 2010, p. 36).

Partindo do pressuposto de que é pelo discurso que a ideologia se materializa como prática social do sujeito e para o sujeito, Pêcheux considera a noção de formação ideológica³⁵ para trabalhar o funcionamento do discurso. No entanto, “uma sociedade possui várias formações ideológicas, e a cada uma delas corresponde uma "formação discursiva" [...]” (GREGOLIN, 1995, p. 17).

Para Pêcheux, o conceito de formações ideológicas deriva do que, para Althusser, são os AIE: “Um AIE pode ser concebido por um complexo de formações ideológicas inter-relacionadas cada qual correspondendo a uma posição de classe no interior do AIE” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 52). Os AIE são lugares onde se situam as lutas de classes, destacando que as posições políticas e ideológicas em confronto organizam-se em estruturas denominadas formações ideológicas, as quais mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação, sobretudo, “um conjunto complexo determinado de formações ideológicas” (PÊCHEUX e FUCHS, 2010, p. 163). Para Pêcheux:

os aparelhos ideológicos de Estado, não são [...] instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção

³⁵ “Formação ideológica se constitui em “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”. (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 163).

existentes: ... “este estabelecimento [dos aparelhos ideológicos de Estado] não se dá por si só, é, ao contrário, o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes...”, o que significa que os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista). *De onde, a expressão “reprodução/transformação que empregamos.* (2009, p. 131, grifo do autor).

É o modo de reprodução e de transformação das relações de produção entre os homens³⁶, em relação ao funcionamento da ideologia, que levam Pêcheux a desenvolver a tese de que o funcionamento das classes sociais assimétricas, luta de classes, asseguradas pela materialidade complexa dos AIE, consistem na realização da interpelação do indivíduo em sujeito, ou melhor, sujeito de seu discurso. Mas, para que isso se exerça, a luta de classes passa por um enorme movimento histórico em que o homem é protagonista de sua história, ou seja, “a ideologia em geral permite pensar “o homem” como “animal ideológico”, pensar sua especificidade enquanto parte da natureza” (PÊCHEUX, 2009, p. 138), construtor de sua história. Portanto, para esclarecermos esse ponto, o autor conclui:

a história, ainda uma vez, isto é, a história da luta de classes, isto é, a reprodução/transformação das relações de classes – com os caracteres infra-estruturais (econômicos) e superestruturais (jurídico-políticos e ideológicos) que lhes correspondem. É no interior desse processo “natural humano” (*omnihistórica*) - enunciado esse que faz eco à expressão de Freud: “o inconsciente é eterno”. (PÊCHEUX, 2009, p. 138, grifo do autor).

Em meio à reprodução/transformação das relações de produção, a AD trabalha a noção de sujeito interpelado pela ideologia. Essa noção é caracterizada de tal modo que cada sujeito é “conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra classe social” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 162). Esse efeito de que o sujeito é sempre dono de seu discurso se dá pelas evidências de sentido que funcionam por meio dos processos ideológicos. Ideologia e inconsciente têm o “papel de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas” (PÊCHEUX, 2009, p. 139, grifo do autor). Eis o motivo de Pêcheux “elaborar uma teoria materialista do discurso – uma teoria não subjetivista da subjetividade” (ORLANDI, 2009, p. 46), isto é, ele trabalha a evidência de um sujeito de plenos poderes sobre si, relacionando a evidência do efeito do sujeito com a evidência do sentido da linguagem. Dito de outro modo:

³⁶ Para Pêcheux, “a produção transformação das relações de produção são relações entre homens, no sentido de que não são relações entre coisas, máquinas, animais não-humanos ou anjos”. (PÊCHEUX, 2009, p. 138).

Todas as evidências, inclusive *aquelas que fazem com que uma palavra designe uma coisa ou possua um significado (portanto inclusas as evidências da transparência da linguagem)*, a evidência de que você s e eu somos sujeitos – e que isso não constitui um problema- é um efeito ideológico. (PÊCHEUX, 2009, 139, grifo do autor).

Com isso, “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2009, p. 46). A noção de sujeito ideológico, para Pêcheux, “parte da interpretação da oposição “entre o sistema pré-consciente-consciente” e o “sistema inconsciente”, baseado na primeira tópica freudiana” (PÊCHEUX, 2009, p. 161, grifo do autor). Ele define que o sujeito, para ser ideologicamente afetado pelas evidências da história e da linguagem, é caracterizado por dois tipos de esquecimentos inerentes ao seu discurso. São eles:

O esquecimento um, o sujeito tem a ilusão de que é o criador absoluto do seu discurso, a origem do sentido, apagando tudo que remeta ao exterior de sua formação discursiva; no esquecimento dois, o sujeito tem a ilusão de que tudo que ele diz tem apenas um significado que será captado pelo seu interlocutor. Há o esquecimento de que o discurso caracteriza-se pela retomada do já dito, tendo o sujeito a ilusão de que sabe e controla tudo o que diz. (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 168-169).

A partir do pressuposto de que “ideologia e inconsciente estão materialmente ligados” (ORLANDI, 2009, p. 46), os esquecimentos um e dois fazem com que o sujeito, sem perceber, seja feito, constantemente, refém da ideologia, segundo “uma posição dada, numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, inscrita numa relação de classes” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 164).

Concluimos que “este é o trabalho da ideologia: produzir evidências colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2009, p. 46). Portanto, para a AD é inconcebível a existência de discursos não-ideológicos. Todo discurso é ideológico. Essa observação é relevante para interpretarmos os discursos materializados no jornal *AJIndo* enquanto práticas discursivas: a ideologia funcionando. Tal constatação nos permite dizer que ideologia e discurso são instâncias diferentes, que se interligam constantemente, mas não se confundem.

2.2.3 Formação discursiva (FD)

Para refletirmos o conceito de FD nos estudos da AD em nosso trabalho, convém, antes, precisarmos a origem deste conceito. O conceito de FD é trabalhado, primeiramente, pelo filósofo Michel Foucault³⁷ em *Arqueologia do Saber* (2007). A esse respeito, mobilizamos a seguinte citação:

Para Foucault a formação discursiva é vista como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria etc. Dito de outro modo, para o filósofo francês o que garante a unidade de um discurso clínico, por exemplo, não é sua linearidade formal – sintática ou semântica –, mas algo comparável a uma diversidade de instâncias enunciativas simultâneas (protocolos de experiências, regulamentos administrativos, políticas de saúde pública. (BARONAS, 2004, p. 55).

Para Foucault, quando “se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão [...], diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*” (FOUCAULT, 2010, p. 43). Podemos dizer que “o pensamento de Foucault o leva a conceituar formação discursiva sugerindo aquilo que é regular em meio à dispersão dos acontecimentos” dos enunciados (VOSS, 2011, p. 27).

Em Pêcheux, “o conceito de FD aparece pela primeira vez em seu artigo “A semântica e o corte saussureano: língua, linguagem e discurso” (BARONAS, 2004, p. 51). Ele mobiliza o conceito de FD, introduzido por Foucault, retrabalhando-o, de forma que a “noção de FD representa na AD um lugar central da articulação entre língua e ideologia” (BRANDÃO, 2004, p. 48). A esse respeito:

A noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise do Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidade no funcionamento do discurso. (ORLANDI, 2009, p. 43).

³⁷ “Nos escritos foucaultianos, a noção de formação discursiva aparece pela primeira vez em *A arqueologia do saber*, texto que, posteriormente, nos *Ditos e escritos*, o próprio Foucault diz que teria sido escrito como introdução de *As palavras e as coisas* e que depois fora transformado num livro que tenta teorizar sobre a história da chamada ciências do homem. Contudo, não numa história tradicional, contínua na qual os seres humanos marcham em busca de um *télos*, de um devir, mas numa história descontínua que descreve o momento mesmo de irrupção dos acontecimentos discursivos, tornando-os inteligíveis em termos de regras que os governam e os regulam”. (BARONAS, 2004, p. 49, grifo do autor).

A partir do exposto, em que a FD permite a compreensão dos processos de produção dos sentidos, ela é definida por Pêcheux como sendo:

Aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*[...]. Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões etc..., recebem seu sentido na formação discursiva na qual são produzidas. (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifo do autor).

O modo de como Pêcheux trabalha o conceito de FD não pode ser concebido como sinônimo do conceito de Foucault³⁸, e sim aproximado, segundo algumas diferenças. Para Voss, a diferença se estabelece porque

o que distingue, à primeira vista, esse conceito de FD em Foucault daquele de Pêcheux é o caráter não antagônico e não estável das condições de existência das FD. Enquanto para Pêcheux, as FD, como maquinarias discursivas, determinariam os efeitos de sentido do discurso segundo os condicionantes ideológicos de uma classe social específica que estaria em conflito com outra que lhe seria antagônica, Foucault não se preocupa em mostrar o discurso fluindo no ritmo das ideologias. A FD, para Foucault (2008b), pode até ser esse conjunto disperso de enunciados do qual é possível deprendermos uma regularidade. (VOSS, 2011, p. 27).

Concluimos, então, que o que possibilita diferenciarmos o modo de como Foucault e Pêcheux trabalham o conceito de FD está ligado ao fato de que Pêcheux concebe a ideologia como condição para as FD's, e Foucault, não. No entanto, para Voss, essa não é a única e principal diferença, sendo que

a diferença primordial está nos objetivos e finalidades dos trabalhos realizados por ambos, Pêcheux e Foucault. À medida que Pêcheux apresentava preocupações primeiramente ligadas à elaboração de uma Teoria Geral das Ideologias amparada em Althusser e que deriva, então, sua teoria do discurso, a preocupação de Foucault é filosófica e se instala na problemática da epistemologia científica, sobre o modo como os saberes se instituem socialmente e sobre os mecanismos sociais que permitem a circulação dos saberes. Pêcheux quer fixar uma ciência social não ideológica que possa analisar a manifestação das ideologias. Foucault quer instituir,

³⁸ “Aproximando as duas abordagens de FD feitas por Foucault e Pêcheux, Courtine vê o conceito de FD ligar contraditoriamente dois modos de existência do discurso como objeto de análise: o nível do enunciado: diz respeito ao sistema de formação dos enunciados que englobaria um feixe complexo de relações funcionando como regra. Enquanto regra, esse sistema determinaria o que pode ser dito por um sujeito falante situado num dado lugar, numa dada conjuntura, no interior de uma FD, sob a dependência do interdiscurso desta última. Esse nível é o lugar da constituição da “matriz do sentido” de uma FD determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados. Esse nível se situa no plano das “regularidades pré-terminais”, aquém da coerência visível e horizontal dos elementos formados; o nível de formulação: refere-se ao estado terminal do discurso onde os enunciados manifestam certa coerência visível horizontal. Trata-se do intradiscurso em que a sequência discursiva existe como discurso concreto no interior do “feixe complexo de relações” de um sistema de formação”. (BRANDÃO, 2004, p. 51-52).

na esteira de outros pensadores, um novo modo de conceber o olhar da história sobre a constituição dos saberes. (2011, p. 72).

Percebemos que Pêcheux constitui a FD o lugar ideológico marcado historicamente em que se estabelecem os sentidos, dito de outro modo, ele reconhece que “a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido (sua “matriz, por assim dizer)” (PÊCHEUX, 2009, p. 148).

O sentido, construído a cada dizer pelo sujeito, depende da FD em que é produzido “porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma FD e não em outra” (ORLANDI, 2009, p. 43), ou seja, um sentido e não outro. “As FD’s, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas” (ORLANDI, 2009, p. 43). Por isso, o analista de discurso sustenta a posição de que os sentidos não estão nas palavras, e sim nas FD’s em que são produzidas, determinada por uma formação ideológica³⁹. Elas “são aquilo que o sujeito “pode” e “deve” dizer em uma situação dada em uma conjuntura dada. O dizer está, pois, ligado às suas condições de produção” (ORLANDI, 2005, p. 11).

A AD não trabalha a FD de forma independente, isolada em seu funcionamento⁴⁰ com outra FD. De acordo com Orlandi:

É preciso não pensar a FD como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluídas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em sua relação. (2009, p. 44).

Uma FD ao se relacionar com outras FD’s o faz por meio da exterioridade contraditória constitutiva do todo complexo das formações ideológicas. A esse respeito, Pêcheux e Fuchs (2010, p. 166) afirmam que “o ponto da exterioridade relativa de uma

³⁹ “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc..., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” [...]. (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

⁴⁰ “Formalmente, a noção de FD envolve dois tipos de funcionamento: a) a paráfrase: uma FD é constituída por um sistema de paráfrase, isto é, é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade. A essa noção, Orlandi (1986) contrapõe uma outra: a de polissemia, atribuindo a esses conceitos opostos o papel de mecanismos básicos do funcionamento discursivo. A paráfrase é o mecanismo de fechamento, de delimitação. b) o pré-construído: constitui um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos da linguística. Introduzido por Henry (1975), o termo designa aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, é o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já aí. O pré-concebido remete assim às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: “O que cada um sabe”, e simultaneamente “o que cada um pode ver em uma situação dada”. Isso equivale a dizer que se constitui, no seio de uma FD, um sujeito universal que garante o que cada um conhece, pode ver ou compreender”. (BRANDÃO, 2004, p. 48-49).

formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz no próprio interior desta formação discursiva (representações, imagens ligadas a práticas etc.)”.

Por meio dos “processos discursivos – interdiscurso, efeito de pré-construído – que uma FD se relaciona com outras FD’s, portanto, leis “internas”, cujo funcionamento remete a um exterior” (PÊCHEUX, 2009, p. 234). Para não conceituarmos de forma equivocada, igualá-los um sempre “já dito em outro lugar”, os conceitos de interdiscurso e pré-construído nos estudo da AD, Possenti⁴¹ afirma:

O pré-construído não é da ordem do interdiscurso (não releva dele), a não ser naquilo que é por demais óbvio, ou seja, sem a necessária relevância. Ou é relevante apenas se se entender por interdiscurso o que veio antes (mas então algo fala antes, mas não necessariamente alhures...). O pré-construído parece ser da ordem de cada FD ou daquelas com as quais cada uma está em posição de franca aliança. Isso é ainda mais claro quando pré-construídos se articulam na forma de discurso transversal, dado que tanto a equivalência quanto a implicação só se dão – só funcionam – no interior de FDs definidas (científicas ou ideológicas) – isto é, jamais em uma FD antagonista. Em outras palavras, o “todo complexo” põe à disposição um conjunto X de pré-construídos, mas, para cada sujeito, ou para cada “comunidade” de sujeitos (ou, ainda, para cada FD), só são selecionáveis os pré-construídos aceitáveis para essa FD. Dizendo de outro modo, só estão disponíveis, para cada FD, os pré-construídos cujo sentido é evidente para essa FD. (2003, p. 255).

O interdiscurso caracteriza-se, sem ser da ordem de cada FD, no jogo do processo discursivo de fornecer evidências, as quais ocorrem pelo fato de que a FD está interligada a uma memória⁴² discursiva que rege a trama de repetições, contradições e reformulações ligada à “rede que possibilita as diferentes formulações possíveis de um enunciado” (MAINGUENEAU, 1997, p. 115). A esse respeito, Maingueneau enuncia que a rede de reformulação do enunciado em uma FD, se faz sob dois eixos:

[...] “o “vertical”, do pré-construído, do domínio de memória e o “horizontal”, da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo, já que o sujeito enunciativo é

⁴¹ Para compreendermos a diferença entre o pré-construído e o interdiscurso na produção dos sentidos em uma dada FD, Possenti propõe o seguinte exemplo: “para um enunciativo tucano/governista/liberal, que disse/ouve durante vários anos que o governo FHC foi bem sucedido, que conseguiu estabilizar a economia, que organizou uma base parlamentar sólida, que foi ouvido no exterior como estadista etc., a expressão o sucesso... (do governo FHC) será pura evidência. Mas, para um opositor (para um sujeito dominado por outra FD), trata-se de uma sequência não enunciativa. Ou que ele só poderá proferir pondo-a à distância – marcando-a de alguma forma como sendo do Outro (pretendo sucesso, sucesso entre aspas, o que eles chamam de sucesso etc.). De fato, o que “pertence” a uma FD ou é retomado, afirmado, ou, alternativamente, negado. Mas o que pertence a outra FD, mesmo fazendo parte do interdiscurso (o que é óbvio, dada a definição), só pode ser recusado, ironizado, parodiado, tornado simulacro”. (POSSENTI, 2003, p. 256).

⁴² “O domínio de memória representa o interdiscurso como instância de construção de um discurso transversal que regula, tanto o modo de doação dos objetos de que fala o discurso para um sujeito enunciativo, quanto o modo de articulação desses objetos”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 115).

produzido como se interiorizasse de forma ilusória o pré-construído que sua formação discursiva impõe. (MAINGUENEAU, 1997, p. 115).

No entanto, para o analista de discurso, todo dizer é afetado pelas redes de formulações, vertical e horizontal, inscritas em uma FD. O dizer é atravessado por outros dizeres: “uma FD não é uma “única linguagem para todos” ou para “cada um sua linguagem”, mas que numa FD o que se tem é “várias linguagens” em uma única” (BRANDÃO, 2004, p. 49).

Courtine e Marandin (1981) nos dizem:

Uma FD é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica. (apud BRANDÃO, 2004, p. 49).

Concluimos que a FD é ponto nodal de interpretação do discurso para o analista. Ao interpretar uma FD, o analista consegue relacionar língua e ideologia, ou seja, ele resgata efeitos de sentido que permeiam a relação que se estabelece entre elas.

Com efeito, ao analisarmos os discursos materializados no jornal *AJIndo*, refletimos, a partir do exposto, que estamos imersos em uma rede complexa de FD's (religiosa, política, econômica, epistemológica, cultural, étnica, entre outras), na qual uma FD se (inter)liga a outra(s) por meio de interdiscursos e pré-construídos em constante contradição ideológica: índio e branco. Dizemos, então, que as FD's inscritas no jornal “não devem ser concebidas como um bloco compacto que se apropria a outros (*o* discurso comunista contra *o* discurso democrata-cristão, por exemplo), mas como uma realidade “heterogênea por si mesma” (MAINGUENEAU, 1997, p. 112).

Com isso, os conceitos de formação ideológica e formação discursiva, por Pêcheux mobilizados, não só esclareceram o modo pelo qual ideologia e discurso estão ligados, mas também apontaram que o discurso, sob a ótica da AD francesa, enquanto materialidade ideológica, sempre insere-se em uma determinada FD, que, por sua vez, pertence a alguma FI.

2.3 DA TEORIA AOS FUNDAMENTOS DE PESQUISA

“Ao olharmos com um pouco mais de profundidade as bases epistêmicas que constituem as mais diversas Ciências Humanas e Sociais na atualidade podemos perceber a existência de um diálogo epistêmico bastante intenso entre elas. Ciências que até pouco tempo atrás primavam por certo purismo epistêmico, procurando salvaguarda-lo a todo custo com hipóteses ad hoc e com Isso Construindo o que Lakatos (1970) denomina de “cinto de proteção”, atualmente vêm tentando compatibilizar aquilo que seria inconciliável”.

(BARONAS, 2005, p. 08).

2.3.1 Michel Foucault e a AD francesa: algumas considerações

Em muitos textos, senão milhares, de diferentes áreas do conhecimento (Educação, Direito, História, entre tantas outras áreas), encontramos, direta ou indiretamente, a presença de ideias, conceitos e métodos dos estudos de Michel Foucault⁴³. No entanto, é em trabalhos das Ciências Humanas e Sociais, por meio dos métodos arqueológico e genealógico, que o filósofo está mais presente.

Nos trabalhos da AD francesa⁴⁴ não é diferente. Por isso, é chegada a hora de falarmos de Michel Foucault como parte integrante da empreitada teórica-metodológica de nosso trabalho e colocarmos a perspectiva foucaultiana para funcionar.

Por isso que, no decorrer do primeiro capítulo, desta dissertação, procuramos elaborar alguns notas da história da constituição da AD francesa – teoria, método, conceitos “que têm em Michel Pêcheux seu centro de gravitação” (GREGOLIN, 2007, p. 10), sobretudo, pouco falamos em Foucault.

Segundo Gregolin (2007, p. 10), “se a ele [Pêcheux] foi atribuído um gesto fundador [da AD francesa] [...] é porque suas propostas provocaram o surgimento de outros trabalhos que com ele dialogaram polemicamente”. Uma das polêmicas se deu entre Pêcheux e Foucault, os quais “tramaram os fios de uma teoria do discurso que propôs um novo olhar

⁴³ “A primeira obra de caráter teórico de Foucault foi a *Arqueologia do Saber* quando já havia produzido *A História da Loucura*⁴³, *O Nascimento da Clínica* e *As Palavras e as Coisas*⁴³. Foucault assim como Pierre Bourdieu, formulou seu projeto teórico enquanto projeto de pesquisa histórica. Sua teoria é consequência de sua pesquisa. *Arqueologia* é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Sua *História da Loucura* abriu novos horizontes à História e à Epistemologia, mostrando como o pensamento se forma a partir de uma prática do discurso e de uma prática social. Para Michel Foucault era impossível estabelecer uma barreira entre o engajamento político e o engajamento intelectual. Foucault escreveu primeiro seus livros históricos para depois trabalhar com questões teóricas especificamente”. (COLLING, 2011, p. 01).

⁴⁴ “É possível ler, nessa imensa trajetória [constituição da AD francesa], a convulsão que se instalou no campo francês das ciências humanas e daí espalhou-se para inúmeros lugares – e encontrou no Brasil um terreno fértil para a construção de pesquisas brasileiras em análise do discurso filiadas a essa tradição”. (GREGOLIN, 2007, p. 11).

para o sentido, o sujeito e a História” (GREGOLIN, 2007, p. 10). Pêcheux (1983) mobilizou conceitos de Foucault (re)trabalhando-os na teoria do discurso e não os tomando como seus. Sobretudo, tal feito não seria possível. Foucault não é analista do discurso⁴⁵ e nunca pretendeu ser. “Ele não se considerou um analista do discurso, não procurou se enquadrar nessa corrente de pensamento – por exemplo, ser um cofundador juntamente com Michel Pêcheux [...]” (DORNE, 2011, p. 13). Ao contrário de Pêcheux:

Foucault descreve saberes, não ciências ou disciplinas. Para ele, importam muito mais as relações heterogêneas que, filiadas a práticas discursivas, sistematizam a distribuição dos saberes que a sistematicidade lógica e causal que liga os acontecimentos a um mesmo fio condutor. (VOSS, 2011, p. 62).

Foucault não teve como objetivo refletir como se constroem os efeitos de sentidos entre interlocutores, e sim saber quais foram as práticas discursivas e não discursivas que levarem a irrupção de um determinado saber e não outro ao longo da história. Ao percorrermos a historicidade da AD, entre encontros e desencontros entre Pêcheux e Foucault, sob um materialismo-histórico althusseriano⁴⁶, “podemos ver a construção de um campo do saber que movimentou teorias, deslocou conhecimentos estabilizados, derrubou certezas e implantou questionamentos [...]” (GREGOLIN, 2007, p. 11). Em síntese, para Gregolin:

O campo do saber que se denomina como *análise do discurso de linha francesa* constituiu-se a partir de uma relação tensa entre as obras de Michel Pêcheux e Michel Foucault, que se inicia no final dos anos 1960 e se estende até os falecimentos de Pêcheux (1983) e de Foucault (1984). (2007, p. 11, grifo da autora).

Os trabalhos de Foucault não são estranhos aos da AD. As mudanças de rumos e a chamada fase de (re)construção em “1980, leva Pêcheux aproximar-se de Foucault e da Nova

⁴⁵ “[...] Foucault, diante dos questionamentos que levantava em suas pesquisas, não buscou objetivamente, como o fez Pêcheux, construir uma “teoria do discurso”, mas nem por isso esse tema lhe foi menos caro e presente no empreendimento dele. Como ressalta Gregolin (2006), as temáticas de Foucault sempre foram amplas, contudo sempre na perspectiva da relação entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental”. (DORNE, 2011, p. 26).

⁴⁶ “Gregolin (2006) explicita que as teses mais radicais do althusserianismo, assim como as futuras retificações, serão mobilizadas para a reflexão de Pêcheux quanto a discurso, ideologia, sujeito e sentido. A relação de Althusser com Foucault também é forte e bastante polêmica, visto que Foucault mobilizará e desestabilizará muitos conceitos e entendimentos de seu mestre para poder construir o solo epistemológico de sua teoria. Não obstante, como aponta Gregolin (2006), no período em que Althusser foi um nome não benquisto na academia e entre os intelectuais franceses, Pêcheux continuou a falar da importância dos ensinamentos daquele filósofo nos trabalhos dele, e Foucault, a fazer visitas à clínica em que Althusser ficou internado por dez anos (até 1990), em decorrência de, em 1980, num acesso de loucura, ter assassinado a esposa, Hélène. A partir daí começamos a vislumbrar que, embora assentados sobre projetos epistemológicos diferentes e em pensamentos por vezes bem distintos, Michel Pêcheux e Michel Foucault possuem pontos de entrelaçamento (GREGOLIN, 2006)”. (DORNE, 2011, p. 24).

História”(GREGOLIN, 2007, p. 13). Conceitos como formação discursiva⁴⁷, prática discursiva, arquivo, acontecimento discursivo, enunciado, ordem do discurso e o tratamento até então dado ao *corpus* delineiam uma nova AD. Dito de outro modo:

É o momento em que Pêcheux conclama os analistas do discurso a “partirem os espelhos”, em que a leitura do trabalho da “nova história” (e, especialmente, de Courtine, 1981) propicia uma interpretação “sem filtro” das propostas de Foucault. Um caminho promissor desenhava-se para a análise do discurso, que propõe reunir o *real da língua e o real da história*. (GREGOLIN, 2007, p. 13, grifo da autora).

Partir os espelhos nos autoriza esboçar, então, uma AD foucaultiana⁴⁸, de modo que “a própria disciplina se justifica pela conjunção de diferentes dispositivos e campos teóricos, principalmente pelo fato de não haver um esquema padrão de empreendimento de análise” (DORNE, 2011, p 25). Para que isso seja possível, “cabe a cada analista, em vista do *corpus* que o encontra, construir um suporte metodológico que consiga dar conta da descrição e, especialmente, da interpretação do material que tem em mãos” (DORNE, 2011, p. 26).

Em nossa pesquisa, o pensamento de Foucault contribui para pensarmos e trabalharmos o funcionamento do discurso de diferentes formas: como prática social, lutas, gerador de saber e poder, jogos estratégicos entre enunciadores e interlocutores, transbordando a noção de efeito de sentidos entre interlocutores. A esse respeito, Brandão (2004, p. 37) assevera as diferentes maneiras de se trabalhar o discurso a partir do pensamento foucaultiano:

a) a concepção do discurso considerado como prática que provém da formação dos saberes, e a necessidade, sobre a qual insiste obsessivamente, de sua articulação com as outras práticas-não discursivas; b) o conceito de “formação discursiva”, cujos elementos constitutivos são regidos por determinadas “regras de formação”; c) dentre esses elementos constitutivos de uma formação discursiva, ressalta-se a distinção entre enunciação (que em diferentes formas de jogos enunciativos singulariza o discurso) e o enunciado (que passa a funcionar como a unidade linguística básica, abandonando-se, dessa forma a noção de sentença ou frase gramatical com essa função); d) a concepção de discurso como jogo estratégico e polêmico: o discurso não pode mais ser analisado simplesmente sob seu aspecto linguístico, mas como jogo estratégico de ação e reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquivas e também como luta (1974, p. 06); e) o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder; f) a produção desse

⁴⁷ Embora o termo FD ter sido concebido a partir de um lugar central entre língua e ideologia para Pêcheux, ele será trabalhado como sendo a dispersão de enunciados no tempo e no espaço, ditos em algum lugar, ou seja, sob a perspectiva foucaultiana do termo.

⁴⁸ “Nesse contexto, procuramos não nos deixar limitar por uma suposta corrente foucaultiana, mas, ao contrário, julgamos necessário considerar as possibilidades de (re)leitura de outros (campos) teóricos juntamente com nosso próprio suporte teórico-metodológico”. (DORNE, 2011, p. 26).

discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder.

Ao aproximarmos a AD dos estudos foucaultianos, o discurso se define como heterogêneo para o analista de discurso, tramando diferentes práticas discursivas, não discursivas e sociais que se articulam para produção e reprodução dos processos discursivos inscritos em rituais “ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano” (GREGOLIN, 2007, p. 181). A AD busca analisar discursos (orais ou escritos) do cotidiano, jornalístico, político, discursos de diferentes esferas sociais que permeiam as atividades do homem em sociedade. Dito de outro modo, são as diferentes práticas discursivas e modos de produção do discurso que fazem com que um dizer signifique uma coisa e não outra; que um dizer só possa ser dito dessa forma e não de outra; determinando que um sujeito dado tenha o direito de dizer um discurso em um determinado lugar (institucional ou não) e não outro.

A partir disso, “buscar Foucault na AD é pensar o discurso em seu desdobramento, na relação saber-poder para, no âmbito dessa relação, enxergarmos as ações sobre/do sujeito” (SILVA, 2004, p. 159), operacionalizando o projeto indicado pelo filósofo. Para tanto, consideramos, como método de análise do objeto “discurso”, em nosso trabalho, os seguintes princípios do trabalho de Foucault:

a) o princípio de inversão, isto é, em vez de enxergar a originalidade, a origem, a continuidade, é preciso ver o “jogo negativo de um recorte e de uma rarefação no discurso”; **b) o princípio de descontinuidade**: porque os discursos são rarefeitos não significa que para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalçado; por isso, os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem; **c) o princípio de especificidade**: o discurso não pode ser tomado como um jogo de significações prévias; ao contrário, ele deve ser entendido como uma prática, e é nessa prática que os acontecimentos discursivos encontram o princípio de sua regularidade; **d) o princípio de exterioridade**: o discurso não poder ser tomado a partir de seu “núcleo interior e escondido” mas, a partir do próprio discurso, de sua aparição, de sua regularidade, deve-se passar à análise das condições de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras; **e) o princípio da não evidência do sentido, da não transparência do dizer**: nem tudo é sempre dito pois o dizer tem de submeter-se à *ordem do discurso*, aos dispositivos que regulam, em certa época e certa sociedade, os saberes e os poderes. (GREGOLIN, 2007, p. 193, grifo da autora).

Segundo esses princípios, trabalhados nos métodos arqueológico e genealógico de Foucault, queremos “compreender questões históricas e discursivas” (GÓIS, 2007, p. 35) de como são produzidos os discursos que circulam no jornal *AJIndo*. Em síntese, a arqueologia e

a genealogia de Foucault permitem-nos percorrer a historicidade dos discursos em suas discontinuidades e irrupções, em meios às relações de poder e resistência que os constituem ao longo da história.

2.3.2 Reflexões acerca da Arqueologia e Genealogia foucaultiana

O trabalho teórico do filósofo Michel Foucault se configura, para nós, uma caixa de ferramentas, na qual buscamos operacionalizar conceitos pertinentes para nosso trabalho. No entanto, nosso objetivo é fazer alguns apontamentos do modo como Foucault articulou os métodos arqueológico e genealógico em seus escritos do saber-poder e de que modo podemos trabalhar esses métodos na AD. Como diz o filósofo:

Todos os meus livros [...] são se você quiser, caixinhas de ferramentas. Se as pessoas quiserem abri-las, se servir desta frase, daquela ideia, de uma análise como de uma chave de fenda ou uma torquês, para provocar um curto-circuito, desacreditar os sistemas de poder, eventualmente até mesmo os que inspiraram meus livros [...] pois tanto melhor. (FOUCAULT apud ERIBON, 1990, p. 220).

Isso considerado, vamos nos servir dessa “caixinha de ferramentas” foucaultiana, utilizando, como ferramentas, os métodos arqueológico, resumido num primeiro momento, e genealógico, num segundo.

Os métodos arqueológico e genealógico correspondem a duas das três fases⁴⁹ da trajetória epistemológica de Foucault: “saber”, “poder” e “subjetividade”. Com o método arqueológico, Foucault “buscou compreender a transformação histórica dos saberes que possibilitam o surgimento das ciências humanas e, na fase genealógica, tentou compreender as articulações entre os saberes e poderes” (GREGOLIN, 2007, p. 60).

⁴⁹ “**Arqueologia do Saber** – interroga as práticas discursivas (modos de fabricação de discursos) que articulam o saber. Análises centradas na questão do homem; pesquisas sobre a constituição histórica das “ciências do homem” na modernidade. A Arqueologia realiza uma história dos saberes através de análises de discursos. O método arqueológico pressupõe a verdade como uma produção histórica. Através dos jogos de verdade as instituições impõem e mantêm as práticas discursivas. **Genealogia do Poder** – análise do poder e sua importância para a constituição dos saberes. Interroga as relações múltiplas, as estratégias e as técnicas racionais que articulam o exercício do poder. Para Foucault os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diversos da rede social. O poder jurídico do Estado é um dos poderes. *Vigiar e Punir e História da Sexualidade I* se caracterizam pela análise de uma “microfísica do poder” onde este é concebido como um conjunto pluralizado de relações e se identificam com a produção histórico-social da verdade. **Tecnologias do Eu ou Ética** – Último período de reflexão de Michel Foucault, onde privilegia o que chamou de práticas de si, de técnicas de si, pelas quais o indivíduo se constitui como sujeito moral na Grécia, Roma e no cristianismo primitivo. Interroga as formas e as modalidades da relação de si consigo mesmo, pelas quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito. É a estilização da relação consigo e com os outros que está em jogo. Toda uma arte de viver, baseada na dominação de si, vai aos poucos, sendo construída. Se Arqueologia e Genealogia são análises da modernidade, Ética retorna à Antiguidade Clássica”. (COLLING, 2011, p. 01, grifo da autora).

No entanto, “sabemos que, na tradição da Análise de Discurso francesa, é comum a utilização do termo discurso para designar as relações entre qualquer produção textual humana e a história ou as ideologias” (VOSS, 2011, p. 62). Para Foucault, os discursos são construídos ao longo da história por meio de práticas discursivas e não discursivas que disseminam os saberes⁵⁰, os quais estão constantemente cerceados por diferentes tipos de poderes que obedecem a regras de funcionamento. Foucault, propondo um modo específico de trabalhar o discurso, como sendo um conjunto de enunciados de diferentes campos que constituem os saberes de uma época, o define da seguinte forma:

chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e atemporal, que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico, fragmento de história, unidade e descontinuidade da própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicações do tempo. (FOUCAULT, 2010, p. 132).

Considerando o que Foucault diz, ao conceituar o discurso, Voss diz que:

Evidentemente, ao falar de discurso, Foucault (2008a) não diz sobre a política, a religião, as artes ou a mídia. Ele persegue a emergência dos saberes que definiram objetos próprios em torno das doenças psicopatológicas, que deliberaram os modos pelos quais os médicos atuam diante das doenças e também que dispuseram o leque de conceitos que poderiam, em dada época, aparecer e se modificar na história natural, na análise das riquezas e nos estudos gramaticais. (2011, p. 62).

Para Foucault, o enunciado é uma unidade mínima de análise do discurso. Para o filósofo:

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles fazem “sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou

⁵⁰ “Foucault distingue nitidamente o “saber” do “conhecimento”: enquanto o conhecimento corresponde à constituição de discursos sobre classes de objetos julgados cognoscíveis, isto é, à construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos independente do sujeito que os apreende, o saber designa, ao contrário, o processo pelo qual o sujeito do conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer”. (REVEL, 2005, p. 77).

escrita). Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”. (FOUCAULT, 2010, p. 98).

Ele “não é do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem [...], mas é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem” (FOUCAULT, 2010, p. 97). O papel do “arqueólogo é investigar o funcionamento do enunciado para compreender a formação discursiva que possibilitou seu aparecimento e não outros na constituição do saber de uma época” (SILVA, 2004, p. 161). Logo, a formação discursiva assume a postura de analisar “como um saber vai se constituindo a partir das práticas discursivas, como elas engendram os saberes e como cada formação discursiva constrói os objetos de que fala” (SILVA, 2004, p. 161). Em síntese, o enunciado é a unidade ímpar em que se pode analisar o funcionamento de um determinado discurso de uma época, em consequência, possibilita identificar, se possível, por meio de diferentes tipos de enunciados, qual formação discursiva permitiu seu dizer e não outro, ou seja, a subjetivação de um saber pelo sujeito e não outro. Isso considerando, Foucault investe no enunciado o estatuto de acontecimento discursivo⁵¹. Para ele, “todo e qualquer enunciado possui o estatuto de acontecimento discursivo e deve ser tratado como tal” (VOSS, 2011, p. 70). A esse respeito:

[...] o acontecimento discursivo não é concebido, por Foucault [...], como o grande acontecimento, por exemplo, midiático. A descrição do acontecimento não tem a ver com a tentativa de avaliar e selecionar os acontecimentos mais “espetaculares”: aqueles que tecem grandes revoluções ou mudanças históricas, isto é, o acontecimento que marca o ponto da “origem”. Cada enunciado é um acontecimento que possui sua singularidade e sua relação com a história. O acontecimento é novo e velho ao mesmo tempo: ele cria sempre com base no já-dado e nem todo acontecimento tem o mesmo estatuto diante dos enunciados que o cerceiam [...]. (VOSS, 2011, p. 69).

⁵¹ “O conceito de acontecimento discursivo em Pêcheux (2006) é o exemplo que o autor dá no desenvolvimento de sua fala. Ao tratar do enunciado “*On a gagné*” (do francês, “ganhamos”) do modo como foi pronunciado por conta da vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais francesas de 1981, dá-se a entender que o *acontecimento* discursivo diz respeito, estritamente, ao grande acontecimento social midiaticizado. E talvez esse fosse realmente o entendimento para Pêcheux, ou não. Todavia, na acepção foucaultiana, o enunciado na condição de acontecimento discursivo não se relaciona apenas com essa propriedade de difusão coletiva e instantânea: não é somente aquilo que produz, para além da memória, uma grande e importante memória”. (VOSS, 2011, p. 69-70).

Por isso o interesse primeiro de Foucault em uma arqueologia⁵². Por meio dela, ele conseguiria descrever enunciados dispersos no tempo e no espaço em meio a discursos inscritos em práticas discursivas que definiram um determinado saber em uma determinada formação discursiva. “O arqueólogo elege como seu material o discurso e os objetos que determinados discursos, em cada época, podem dispor, ou apresentar, isto é, um objeto se torna inteligível e alguém pode apropriar-se de certos objetos para falar deles” (ARAÚJO, 2001, p. 55 apud SILVA, 2004, p. 161).

Buscando entender o homem moderno, Foucault articula o discurso enquanto prática social para compreender as relações discursivas que determinam o agir e pensar, ou seja, as práticas discursivas de uma determinada sociedade. “O que interessa é tratá-lo [o discurso] como prática que determina a historicidade dos enunciados” (SILVA, 2004, p. 162).

O filósofo objetiva pensar o saber junto às relações discursivas, não as comparando com outros saberes e sim, multiplicando as possibilidades de dizeres, ou seja, o que determina um dizer e não outro. Foucault assevera que:

O horizonte ao qual se dirige a arqueologia não é, pois, uma ciência, uma racionalidade, uma mentalidade, uma cultura; é um emaranhado de interpositividades cujos limites e pontos de cruzamentos não podem ser fixados de imediato. A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim repartir sua diversidade em figuras diferentes. (2007, p. 180).

A proposta de investigação arqueológica de Foucault foi a de mobilizar saberes ao longo da história, “operando com diferentes dimensões (filosófica, econômica, científica, política etc.) a fim de obter as condições de emergência dos discursos de saber de uma dada época” (REVEL, 2005, p. 16). Dito de outro modo:

A análise arqueológica individualiza e descreve formações discursivas, isto é, deve compará-las, opô-las umas às outras na simultaneidade em que se apresentam, distingui-las das que não têm o mesmo calendário, relacioná-las no que podem ter de específico com as práticas não discursivas que as envolvem e lhes servem de elemento geral. Bem diferente, ainda nisto, das descrições epistemológicas ou “arquitetônicas” que analisam a estrutura interna de uma teoria, o estudo arqueológico está sempre no plural: ele se exerce em uma multiplicidade de registros; percorre interstícios e desvios; tem seu domínio no espaço em que as unidades se justapõem, se separam, fixam suas arestas, se enfrentam, desenham entre si espaços em branco. (FOUCAULT, 2010, p. 177).

⁵² Na fase arqueológica, “o termo “arqueologia” é trabalhado em três obras de Foucault – *Nascimento da clínica* (1963), *As palavras e as coisas* (1966) e *Arqueologia do saber* (1969)” (REVEL, 2005, p. 16, grifo do autor).

Por meio do método arqueológico, Foucault se propõe a estudar o “como” os saberes de uma época se constituíram e o “modo” como eles se organizaram em sociedade ao longo da história. Ao longo da história, não no sentido evolutivo, contínuo do termo, sobretudo, em recortes históricos precisos que possibilitam uma investigação de “como o saber foi se constituindo e as condições de possibilidade de seu aparecimento” (SILVA, 2004, p. 160). “Nessa fase, Foucault teve como norte para suas pesquisas uma concepção de história diferente daquela tradicional” (VOSS, 2011, p. 26). Para Foucault:

[...] a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisas diversas do que dizem: em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto [...]. (2010, p. 08, grifo do autor).

A história, para Foucault, não é aquela que segue o fluxo contínuo das águas de um rio, sempre em um mesmo curso; ao contrário, é uma história descontínua na qual acasos desconfiguram a normalidade dos acontecimentos, em constante reformulação no tempo. No entanto, “na arqueologia, reencontra-se a ideia da *arché*, isto é, do princípio, da emergência dos objetos de conhecimento, e a ideia de arquivo – o registros desse objeto” (REVEL, 2005, 17).

O arquivo “não é a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização [...], mas o jogo das regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados [...]” (REVEL, 2005, p. 18). Por meio do arquivo, podemos analisar os enunciados em sua irrupção histórica. Ele não é o começo da análise arqueológica, e sim o ponto de chegada a partir do qual o arqueólogo busca compreender as regras de funcionamento do discurso: seu aparecimento e desaparecimento, sua permanência e seu pleno apagamento. Da dispersão à singularidade, “analisar os fatos de discurso no elemento geral do arquivo é considerá-los não absolutamente como *documentos* [...], mas como *monumentos*” [...] (REVEL, 2005, p. 18, grifo do autor). Conceber o arquivo como monumento é desmontá-lo, deslocar as regras de formação dos discursos que nele estão, as práticas discursivas que possibilitaram o acontecimento do enunciado. As regras e as condições de aparecimento, acontecimento das coisas ditas para que o arqueólogo reconheça a

singularidade de cada enunciado, ou seja, “o efeito de raridade⁵³ do enunciado. Tal raridade permite entrever que aquilo que é dito exclui outros dizeres, que o enunciado tem uma existência que se mostra na dependência de uma formação discursiva” (SILVA, 2004, p. 168). Em síntese, “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 1996, p. 148).

A partir do exposto, “o arquivo – o *a priori* histórico que sustenta as possibilidades de sentidos – não rege a história de forma imanente e contínua, mas abre possibilidade de rupturas e deslocamentos” (VOSS, 2011, p. 26).

Então, Voss define o percurso do trabalho do arqueólogo:

(a) o de descrever o desempenho da função enunciativa, localizando as condições de existência dos enunciados e as relações que estes estabelecem entre si; (b) agrupar os enunciados em séries enunciativas coexistentes num mesmo campo associado e, a partir disso, definir o funcionamento de um discurso remetendo-o às mesmas regras de formação; (c) delinear, baseando-se nos conjuntos de enunciado já descritos, domínios de existência de uma formação discursiva (seja por meio de seus objetos, e suas modalidades enunciativas, de seus conceitos ou de suas teorias); e (d) localizar essa formação discursiva no interior do arquivo. (2011, p. 61).

A partir do modo como o arqueólogo procede em seu trabalho, “a arqueologia [...] não pode ser considerada uma ferramenta de “interpretação”; não busca um outro discurso mais oculto [...]; busca analisar o “lugar” do sentido dentro da FD analisada” (GÓIS, 2007, p. 36, grifo do autor). Sobretudo, ela mostra os lugares para onde os saberes se deslocaram e se dispersaram ao longo do tempo, impulsionados por práticas discursivas inscritas em determinadas FDs. A arqueologia, então, é o estudo histórico dos saberes. Histórico porque data seu momento de partida e chegada, delimitando seu espaço de análise. De acordo com Góis, quando o analista de discurso busca trabalhar o método arqueológico foucaultiano, “[...] significa que ele irá se afastar de noções como continuidade, linearidade, causalidade, soberania do sujeito, próprios da história tradicional [...]” (2007, p. 36) e buscar, na história, as regras, normas, os acasos, as discontinuidades dos dizeres que permitiram determinadas ocorrências de certos enunciados e não outros, buscando compreender como um determinado saber se constituiu, sócio-historicamente, enquanto discurso pelo sujeito.

⁵³ “A intuição inicial de Foucault não é a estrutura, nem o corte, nem o discurso: é a raridade, no sentido latino dessa palavra; os fatos humanos são raros, não estão instalados na plenitude da razão, há um vazio em torno deles para outros fatos que o nosso saber nem imagina; pois é o que poderia ser diferente; os fatos são arbitrários, no sentido de Mauss, não são óbvios, no entanto parecem tão evidentes aos olhos dos contemporâneos e mesmo de seus historiadores que nem uns nem outros sequer o percebem”. (VEYNE, 1998, p.239 apud GÓIS, 2007, p. 36).

Se Foucault, na fase arqueológica, propôs um estudo do discurso por meio de práticas discursivas que constituíram um determinado saber em uma época dada, na fase genealógica sua proposta é a de estudar quais foram “as relações” políticas que regularam as práticas discursivas e não discursivas, permitindo um saber e não outro. Em síntese, a genealogia não é uma ruptura com a arqueologia, a qual concebia o discurso como condutor de práticas discursivas, e sim complementar, uma vez que permite compreender como o saber-poder se relacionam por meio de práticas discursivas e não discursivas (as escolas, as fábricas, as prisões, entre outras práticas não discursivas): "Se a arqueologia contempla as práticas discursivas, procurando explicar práticas não-discursivas que tornam possíveis e regulam as práticas discursivas, com o método genealógico Foucault tentará explicar como ocorre a regulação do surgimento dessas práticas discursivas" (GÓIS, 2007, p. 37). Em síntese:

O método genealógico é, portanto, uma tentativa de desassujeitar os saberes históricos, isto é, de torná-los capazes de oposição e de luta contra “a ordem do discurso”; isso significa que a genealogia não busca somente no passado a marca de acontecimentos singulares, mas ela se coloca hoje a questão da possibilidade dos acontecimentos: “ele deduzirá da contingência que nos fez ser o que somos, a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos. (REVEL, 2005, p. 52-53).

A transição do método arqueológico para genealógico⁵⁴ é marcado pela Aula Inaugural pronunciada por Foucault em 2 de dezembro de 1970 no *Collège de France*, resultando na obra *A ordem do discurso* (1996). A esse respeito, mobilizamos a seguinte citação:

Ao mesmo tempo em que pensa a produção dos saberes, em *A ordem do discurso* Foucault delineia sua passagem para uma análise genealógica, por meio da qual dedicar-se-á a investigar como se formam, através de, apesar de, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discurso; qual foi a norma específica de cada uma dessas séries e quais foram as suas condições de aparição, de crescimento, de variação. Para Foucault, a partir desse momento, as descrições críticas (que implicam em uma verificação constante) e genealógicas devem alternar-se, apoiar-se uma nas outras e se complementarem [...]. (GREGOLIN, 2007, p. 115, grifo da autora).

⁵⁴ “Muitos críticos, como Dreyfus e Rabinow (1995, p. 289) consideram que a *arqueologia* compreende o “período discursivo” de Foucault, no qual ele elaborou um método para lidar apenas com sistemas de pensamentos materializados em práticas discursivas. Já no período *genealógico*, mais voltado à questão do poder, [ele] analisa os sistemas de ações que governam outras ações. Esses críticos consideram, portanto, que a discussão sobre o discurso ficou eclipsada a partir da *genealogia* – ao focalizar com mais vigor as questões relacionadas ao poder. Diferente é a opinião de Revel (2005), para quem o discurso sempre esteve presente, em toda a obra de Foucault. Assim, para essa autora, a partir soa estudos *genealógicos* ele enxergará o discurso por meio da análise de outras práticas (como o sistema de aprisionamento, o sistema escolar, o sistema fabril etc.) e no interior da relação entre saber e poder”. (GREGOLIN, 2007, p. 115-116, grifo do autor).

O método genealógico, por sua vez, permite-nos pensar nos perigos e nas tramas políticas que envolvem os discursos, aqueles discursos que buscamos por meio de uma arqueologia, inscritos historicamente, e que se configuraram enquanto saber para uma determinada sociedade.

Por esse motivo, o método genealógico busca, na história, as condições políticas⁵⁵ que controlam, cerceiam, selecionam a produção dos discursos em sociedade. Dito de outro modo:

A ideia é a de que há restrição no ato de falar, que são tanto interna quanto externa. Há uma política de silenciamento daquilo que oferece perigo, que transgride a norma. Nem tudo pode ser dito, e o que ameaça a ordem deve ser proibido. Atuam aqui procedimentos de exclusão que incidem sobre o objeto como tabu, sobre o ritual da circunstância, sobre o direito individual ou exclusivo do sujeito que fala em regiões como a sexualidade e a política, por exemplo. Há também procedimentos de separação e de rejeição que se estabelece entre razão e loucura em um certo período da história ocidental. (SILVA, 2004, p. 169-170).

Em busca de uma explicação para o funcionamento do poder, por meio do método genealógico, Foucault entende que “o poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que funciona” (MACHADO, 1982, p. 191). Os poderes, para Foucault, funcionam por meio de práticas discursivas e não discursivas que controlam o saber em sociedade, possibilitando a manifestação das diversas posições do sujeito. No entanto, para ele, o poder não pode ser considerado uma “dominação global e centralizada que se difundiria e repercutiria nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo uma existência própria” (MACHADO, 1982, p. 191).

A partir de Foucault, refletimos o modo de como o poder (poderes) se exerce no discurso; dito de outro modo, queremos entender, por meio da genealogia foucaultiana – relação saber-poder –, “o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?” (FOUCAULT, 1996, p. 08), e ainda, qual poder é esse que envolve o discurso na trama da história e da verdade⁵⁶? No entanto, nas palavras de Foucault:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto

⁵⁵ “Não há saber neutro. Todo saber é político [...]. O saber funciona na sociedade doado de poder”. (MACHADO, 1982, p. 199).

⁵⁶ “Para Foucault, é fundamental estudar o poder para se determinar como a verdade se constitui, como os discursos são produzidos e como eles funcionam. [...] a verdade é um produto assim como o são as riquezas; a (construção da) verdade é essencial para a manutenção do poder; os discursos científicos e as instituições que produzem a verdade são o lugar da verdade; a verdade funciona como um sistema de exclusão; a mídia é, em nossa sociedade Ocidental, um dos lugares produtores de verdade e de ausências, etc.”. (GÓIS, 2007, p. 42).

não há nada de espantoso, visto que o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (1996, p. 10).

Ao nos aproximarmos do modo de pensar os métodos arqueológico e genealógico de Foucault, considerando o que foi exposto, tudo que era pronto, dado, embutido, insuspeitável e inquestionável se torna suspeito a priori. A própria confiança é desconfiada. Em que acreditar? Somos todos suspeitos e reféns do discurso? Somos autorizados a dizer o que pensamos e dizê-lo onde queremos? Ou somos efeito de algo que nos cerca e nos cerceia, controlando nossos dizeres – o poder?

Essas e outras questões são levantadas e problematizadas ao longo da trajetória arqueológica e genealógica dos estudos de Foucault, tendo como protagonista dessa historiografia o sujeito. Um sujeito que fala, pensa, produz, reproduz, age em sociedade, é ele que o filósofo quer entender. Entender o sujeito, por meio de seus discursos, segundo o filósofo, é nos posicionarmos frente às práticas discursivas e não discursivas, sociais, políticas, econômicas, históricas, em síntese, sob a imensidão de discursos silenciados pela História tradicional que, em sua continuidade, deixou-os em suspenso.

Assim posto, concebemos Foucault em nossa pesquisa, a partir da ideia de que ninguém é autônomo e livres para falar. Que os discursos que pronunciamos fazem parte da história das descontinuidades, dos desvios, das falhas, dos equívocos. Entendemos, a partir de Foucault, que nada é límpido e inofensivo, nem mesmo o discurso. Por isso, partimos dessas premissas para levantar questionamentos e inquietações na prática de analista de discurso.

2.3.3 Poder e resistência

Após esse resumo dos métodos arqueológico e genealógico foucaultianos, dispomos a compreender “como funcionam os efeitos de poder e resistência”, ainda nos amparando no pensamento foucaultiano. Para tanto, defendemos a ideia de que poder e resistência são partes integrantes, se não condição, para a produção discursiva do jornal *AJIndo*. Em síntese:

Nossa leitura de Foucault objetiva uma explicitação de suas contribuições sobre o poder e algumas rotas que sua visão do poder pode nos oferecer para enriquecermos nossa análise dos discursos atuais, sobretudo no novo cenário social, marcado pelo aparecimento de novas práticas de poder e, conseqüentemente, pelo surgimento de novas subjetividades. (SILVA, 2004, p. 160).

Foucault, ao trabalhar o poder, não pretendeu a construção de uma teoria, e sim analisá-lo em suas diferentes formas e lugares de um determinado complexo social em que o sujeito é resultado do efeito do poder: “Foucault explica que em suas pesquisas não tinha como objetivo central analisar os mecanismos de poder (tampouco elaborar uma teoria do poder), mas compreender as diferentes formas com que os sujeitos são constituídos” (ALVIN, 2010, p. 195). Para Foucault (2010, p. 29), “o indivíduo é uma produção do poder e do saber”. A esse respeito:

[...] o poder não se aplica a indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo aos indivíduos ou estraçalhando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos ou discursos de desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui. (FOUCAULT, 2010, p. 183-184).

No entanto, Foucault não pretendeu analisar um poder; ao contrário, analisou os poderes a partir das periferias, das margens onde os micropoderes irrompem em uma microfísica⁵⁷, conectando-se uns aos outros como “algo que circula, que funciona em cadeia” (FOUCAULT, 2010, p. 183). Em síntese, “não mais um poder circunscrito ao estado ou aos aparelhos, não mais analisá-lo na consideração das lutas de classes, mas explicar seu funcionamento comparando-o a uma rede que se estende ao corpo social, produzindo seus efeitos” (SILVA, 2004, p. 160). Segundo palavras de Foucault:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e o delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento. [...] Não analisar o poder no plano da intenção ou da decisão, não tentar abordá-lo pelo lado interno, não formular a pergunta sem resposta: “quem tem o poder e o que pretende, ou o que procura aquele que tem o poder?”, mas estudar o poder onde sua intenção – se é que há uma intenção – está completamente investida em práticas reais e efetivas [...], onde ele se implanta e produz efeitos reais. [...] Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; [...]. (2010, p. 182-183).

⁵⁷ “O que Foucault chama de “microfísica do poder” significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados: a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos”. (MACHADO, 1982, p. 189).

Como se vê, os poderes devem ser analisados de baixo para cima, da periferia ao grande poder do Estado⁵⁸, sem a intenção de buscar “um” poder único, exercido por alguns indivíduos, o qual comandaria todos os outros, e deste poder supremo percorrer seu prolongamento.

O poder “nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem” (FOUCAULT, 2010, p. 183), ele é invisível a olho nu, é inominado. Funciona por meio de múltiplas práticas sociais concretas: o conhecimento, o Direito, a Política, a Economia, a Religião, dentre outras, assumindo diferentes formas na rede social. Em síntese, Foucault “quer dar conta deste nível molecular de exercício do poder, sem partir do centro para a periferia, do macro para o micro” (MACHADO, 1982, p. 190).

Dito de outro modo:

Distante da dicotomia do poder em um nível macro ou micro, o poder deve ser observado nas formas mais regionais e concretas, atingindo materialmente a vida dos sujeitos, no nível do “próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micropoder ou subpoder” (MACHADO, 2008, p. 12). Conforme Machado (2008), esse entendimento irá refletir-se tanto no espaço da análise como no nível em que ela se efetua, uma vez que os procedimentos técnicos de poder incidem num controle minucioso e detalhado no corpo, nos gestos, atitudes, comportamentos, discursos, etc. (DORNE, 2011, p. 72).

Ou seja, o que interessa a Foucault é analisar os dispositivos⁵⁹ de poder que controlam a produção do saber de uma sociedade, produzem verdades e domesticam os corpos⁶⁰ ao longo da história social. Os dispositivos estão espalhados pela sociedade e agem de forma diferenciada. Dito de outro modo, “os dispositivos são heterogêneos: trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas moventes: é assim que Foucault chega a falar, segundo o caso, de “dispositivos de poder”, de “dispositivos de saber”, “dispositivos disciplinares [...]” (REVEL, 2005, p. 39), entre outros.

⁵⁸ “Não se trata, porém, de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinada sociedade. O que Foucault pretende é se insurgir contra a ideia de que o Estado seria o órgão único de poder, ou de que a rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento de seu modo de ação, o que significaria destruir a especificidade dos poderes que a análise pretende focalizar”. (MACHADO, 1982, p. 191).

⁵⁹ “O termo dispositivo aparece em Foucault nos anos 70 e designa inicialmente os operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder”. (REVEL, 2005, p. 39).

⁶⁰ “Houve, no curso da idade clássica, toda uma descoberta do corpo como objeto e alvo do poder: as análises de Foucault nos anos 70 buscaram antes de tudo compreender como se passou de uma concepção do poder em que se tratava o corpo como uma superfície de inscrição de suplícios e de penas a uma outra que buscava, ao contrário, formar corrigir e reformar o corpo”. (REVEL, 2005, p. 31).

Foucault analisa o poder a partir de uma premissa que vai além da noção de que o Estado é detentor majoritário do poder repressivo e dominador, “das ideologias que o acompanham, do edifício jurídico da soberania” (REVEL, 2005, p. 39) e de “uma concepção negativa que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido de que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, opressão [...]” (MACHADO, 1982, p. 193). No entanto, o filósofo quer mostrar que se fosse só pelo modo negativo, repressivo, o poder não se manteria, “[...] o aspecto negativo do poder – sua força destrutiva – não é tudo e talvez não seja o mais fundamental para Foucault” (MACHADO, 1982, p. 193). Para Foucault o poder exerce seu lado positivo, nele há uma positividade. “É preciso refletir sobre seu lado positivo, isto é, produtivo transformador. [...] O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma “positividade”⁶¹ (MACHADO, 1982, p. 193, grifo do autor).

Se até o momento percorremos o modo como Foucault analisou o funcionamento do poder ao longo da história (discursos, saberes, conceitos, práticas discursivas e não discursivas), foi para compreendermos como funciona o poder no discurso dos indígenas de Dourados, sobretudo discursos materializados no jornal *AJIndo*. Como diz o filósofo, “a historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido” (FOUCAULT, 2010, p. 05).

Sob uma relação de poderes e não de sentido, o indivíduo procura identificar-se e individualizar-se a todo momento em sociedade, por intermédio do discurso. O discurso materializa as diferenças sociais, políticas, econômicas, raciais, epistemológicas, religiosas: diferenças entre pobres e ricos; brancos, negros e indígenas; inteligentes e leigos; cristãos ou não; etc. O indivíduo está, então, em busca de um “eu” que garante sua identidade enquanto sujeito. Essa identificação e individualização se realiza por meio dos mecanismos exercidos pelo poder no discurso, ou seja, “o poder é produtor de individualidade” (FOUCAULT, 2010, p. 29) e nos subjetiva a acharmos que somos sempre sujeitos.

Ao lidar com o objeto discurso em nossa pesquisa e ao concebê-lo como poder e resistência, visualizamos em Foucault o aporte teórico que nos possibilita ler o jornal *AJIndo* enquanto um dispositivo de poder que se exerce pelo discurso. O discurso é o “poder” e a “resistência” de que dispõem os indígenas. Portanto, o jornal é uma prática real, “por isso

⁶¹ “Foucault utiliza el término “positividad” para referirse al análisis discursivo de los saberes desde un punto de vista arqueológico. Determinar la positividad de un saber no consiste en referir los discursos a la totalidad de la significación ni a la interioridad de un sujeto, sino a la dispersión y la exterioridad. Tampoco consiste en determinar un origen o una finalidad, sino las formas específicas de acumulación discursiva. La positividad de un saber es el régimen discursivo al que pertenece, las condiciones de ejercicio de la función enunciativa [...]”. (CASTRO).

nosso interesse em estudar o poder a partir de sua expressão externa e visível, em outros termos, em suas práticas reais e efetivas [...]” (GÓIS, 2007, p. 42). Por exemplo: constituindo o cenário dos dispositivos de poder do século XXI, "os poderes midiáticos, as multinacionais e as novas instituições globais (OMC, FMI, Banco Mundial) são mecanismos de dominação fundamentais do mundo global” (ALVIN, 2010, p. 196). No entanto, o jornal em questão exercita um poder marginal, um micropoder, perante estes exemplos de dispositivos de poder dominante. Ele é um dispositivo periférico, um de muitos micropoderes que são exercidos às margens de uma racionalidade ocidental hegemônica, estabelecendo que poucos fazem parte do mundo globalizado e a diferença e a individualidade se materializam nos discursos de sujeitos subjetivados.

O jornal se configura uma prática não-discursiva externa e visível, uma resistência que possibilita aos jovens exercerem um poder, em meio às práticas discursivas, contra-hegemônico. Não estamos, a partir disso, considerando que só há resistência do poder contra-hegemônico ao hegemônico, ao contrário, “[...] há resistência no interior dos discursos hegemônicos e há comando no interior dos discursos contra-hegemônicos. Cabe ao analista de discurso esmiuçar os sentidos presentes aí” (GÓIS, 2007, p. 140). Para Alvin, "segundo Foucault (1995), é fundamental investigar as resistências contra os dispositivos de poder, pois somente através do estudo das resistências é possível fazer a história do funcionamento do maquinário do poder” (ALVIN, 2010, p. 196).

Isso considerado, perguntamos: contra o quê e quem o jornal *AJIndo* se coloca? Que poderes exerce e contra quais poderes pretende resistir e lutar? Que poderes são esses que subjetivam os indígenas a se posicionarem enquanto sujeitos donos de seus discursos? Dessas perguntas, surgem possibilidades de respostas que só conseguiremos atingir se percorrermos as discontinuidades da história, os acasos, os silêncios, para interpretarmos o presente. Considerarmos o objeto discurso enquanto “monumento e nele agenciamos uma massa de elementos a serem relacionados equacionados” (GREGOLIN, 2007, p. 174) em sua historicidade. História que construiu um presente que resiste e luta contra discursos do falso ou verdadeiro, certo ou errado, céu ou inferno. Em síntese, percorrermos a historicidade dos acontecimentos, dos discursos, das práticas discursivas e não discursivas dos indígenas, nos quais os poderes exerceram e constituíram saberes, verdades e individualidade, é fazermos emergir lutas e resistências que compõem as histórias dos discursos, sobretudo porque “o poder, na verdade, não se exerce sem que custe alguma coisa” (FOUCAULT, 2010, p. 217). Para exercê-lo é preciso lutar e resistir, no interior mesmo desse poder, a outros mecanismos de poder que funcionam na rede social.

Enquanto analistas de discursos, concebemos o discurso como sendo dotado de poder, resistência e luta no contexto sócio-histórico em que é produzido e reproduzido, por meio dos dispositivos de poder o discurso não é outro se não um dispositivo que luta e resiste no interior mesmo desse poder. No interior dos discursos dos jovens, analisamos como poder e resistência se configuram nesses discursos enquanto práticas sociais. No entanto, “[...] onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que se distribuem por toda a rede social” (MACHADO, 1982, p. 192).

Se o jornal faz-se um dispositivo de poder, como mencionamos, ele é resistência e/ou resultado das relações de poder: “a resistência se dá, necessariamente, onde há poder, porque ela é inseparável da relação de poder. Tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela é, às vezes, o resultado dessas relações” (REVEL, 2005, p. 74).

Analisar os discursos, materializados no jornal *AJIndo*, sob a perspectiva foucaultiana de poder e resistência, isso considerando, “[...] é sair em busca das oposições: insanidade contra a sanidade, criminalidade contra a lei, mulheres contra a opressão masculina, população contra medicina, crianças contra os pais, etc.” (ALVIN, 2010, p. 197). Em síntese:

É analisar as lutas transversais e que não respeitam as fronteiras nacionais; lutas que não criticam apenas o acúmulo de riqueza, mas o excesso de opressão política que a concentração de riqueza implica; são ainda imediatas, pois não visam o inimigo “mor” e a construção de uma utopia futura (tal como o comunismo), mas sim enfrentar os pontos locais e reais em que os poderes atuam; inauguram uma nova relação com a individualidade, pois, por um lado, enfatizam o valor da diferença e reivindicam o direito à singularidade e, por outro, criticam as forças que separam e impedem a vida comum, ou seja, não são a favor nem contra o indivíduo, mas são contra o “governo das individualidades”. Tais lutas realizam uma crítica dos “regimes de saber”, ou melhor, sobre a maneira como os saberes são monopolizados e impedidos de circular livremente e, finalmente, são lutas contra as respostas “científicas” e administrativo-burocráticas para a pergunta “quem somos nós?”. Reivindica-se, portanto, o direito de encontrar mecanismos próprios de identificação e de construção subjetiva. (ALVIN, 2010, p. 197).

Faremos, então, uma leitura discursiva do jornal *AJIndo* de um lugar de enunciação que concebe o objeto discurso enquanto “luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica” (MACHADO, 1982, p. 192), ou seja, enquanto poder e resistência.

Portanto, como forma de aprimorar e conduzir produtivamente nossa leitura discursiva do jornal *AJIndo*, a qual está pautada teoricamente na AD francesa e metodologicamente acerca dos estudos arqueogenalógico foucaultiano, também refletiremos sob os preceitos dos estudos Pós-colônias do sociólogo Boaventura de Souza Santos. Em específico, a reflexão se caracteriza por dois artigos de Santos, “*Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*” e “*Para além do pensamento abissal*”, os quais possibilitam pensarmos,

socialmente, o funcionamento do discurso. Sobretudo para Santos (2007), é a partir das margens ou das periferias que as estruturas de poder e de saber são mais visíveis.

2.4 BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS: “PARA UMA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E UMA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS” E “PARA ALÉM DO PENSAMENTO ABISSAL”

Refletirmos o objeto discurso numa “época de globalizações, isto é, de intensificação dos fluxos econômicos, políticos, culturais e simbólicos em nível mundial, onde pessoas e os coletivos [...] justificam as suas identidades” (MENDES, 2005, p. 503), nos ajuda a articular os conceitos de “sociologia das ausências”, “sociologia das emergências” e “pensamento abissal”, por Boaventura de Sousa Santos trabalhados em dois de seus artigos: “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências” (2003) e “Para além do pensamento abissal” (2007). Em síntese, Santos permite refletirmos o contexto social de produção de nosso objeto o discurso. Ao concebermos o discurso enquanto prática social e considerando-se que só é possível a produção de efeitos de sentidos relacionando-o ao social e ao histórico em que é produzido, aproximamo-nos de suas reflexões para melhor entendimento das questões levantadas em nosso trabalho.

A noção-conceito de pensamento abissal auxilia-nos a pensar as formas visíveis e invisíveis da produção discursiva de uma sociedade. Para uma melhor compreensão, mobilizamos a seguinte citação em que Santos define o conceito de pensamento abissal:

O pensamento abissal consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha. A divisão é tal que o “outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considerada como sendo o Outro”. (SANTOS, 2007, p. 03, grifo do autor).

Ao refletirmos, discursivamente sobre essa citação, pensamos que em uma sociedade há discursos produzidos deste lado da linha, os quais são construídos como verdadeiros, por isso, visíveis, e os do outro lado da linha, os inexistentes. E os inexistentes, por não existirem, não são falsos e nem verdadeiros, no entanto produzem sentidos. São discursos, em sua não existência, construídos por meio de práticas sociais inscritas na história, resultando em experiências de sujeitos sociais e históricos de um mundo globalizado. Para Santos (2005, p.

26), a globalização “[...] é um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”. A partir disso, não seria mera coincidência dizer que o discurso é parte integrante, se não, condição para a relação entre homem e seu contexto social, político, econômico, religioso, entre outros, no qual participa, seja sob uma relação de antagonismo ou não. Segundo Góis (2007):

Santos (2006) conceitua globalização, ou melhor, globalizações, enquanto conjuntos de relações sociais constituídos por relações de poder diferentes e desiguais e desse modo, qualquer processo de globalização é também um processo de localização. A globalização é tanto um processo de integração/inclusão quanto um processo de exclusão: pode envolver homogeneização e hibridação ou diferenciação/nativização. A globalização não é, em conformidade com Santos, um fenômeno único monolítico. O conceito cobre muitos fenômenos diferentes e até contraditórios. O autor identifica quatro principais modos de produção da globalização: localismos globalizados, globalismos localizados, cosmopolitismo e herança comum da humanidade. Os dois primeiros modos são formas hegemônicas de globalização e, enquanto tal, estão na origem de novas formas de regulação social global. Os dois últimos modos são formas de globalização contra-hegemônicas e, desse modo, apontam para a possibilidade de formas de reinvenção da emancipação social. (GÓIS, 2007, p. 46).

O processo de globalização parte da lógica do certo ou errado, seguido de resultados eficientes, não permitindo espaço e nem tempo para “experiências subalternas de resistência locais ou que foram localizadas e assim tornadas irrelevantes ou inexistentes pelo conhecimento abissal moderno” (SANTOS, 2007, p. 27). Com isso, as experiências do mundo são demasiado localizadas para serem pensadas em um presente tão constante e fugidio e um futuro perene, embora elas somem uma grande maioria. Para Santos:

[...] a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. [...] a riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim, e outras semelhantes. [...] para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos. No fim de contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. (2003, p. 238).

Para tanto, para que as experiências sejam pensadas e não mais tornadas invisíveis pelo pensamento abissal, refletimos o objeto discurso a partir dos conceitos de sociologia das ausências e emergências. Segundo Santos (2003, p. 245): “O objetivo da sociologia das ausências é expandir o presente, ou seja, transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças”. Logo,

Enquanto a dilatação do presente é obtida através da sociologia das ausências, a contração do futuro é obtida através da sociologia das emergências. A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das atividades de cuidado. (SANTOS, 2003, p. 254).

As experiências desperdiçadas, as quais não fazem parte do presente e nem de um futuro do pensamento abissal, experiências de vida e histórias, materializadas em práticas discursivas e não discursivas, não fazem parte do debate da razão indolente⁶² do mundo globalizado. A razão indolente, segundo Santos (2003, p. 240), “atua sob várias formas, uma delas é o conhecimento hegemônico – tanto filosófico quanto científico”. O conhecimento hegemônico se identifica como sendo a “única forma de racionalidade no mundo” (idem, p. 240).

Ao contextualizarmos essa afirmação em nosso trabalho, concluímos que para os indígenas a língua portuguesa seria uma forma de racionalidade brasileira. No entanto, ela se configura como ferramenta identitária, um poder que permite a apreensão do conhecimento pelo sujeito dito brasileiro. O indivíduo, desse modo, assujeitado, se caracteriza como brasileiro e pratica um modo de conhecimento social, econômico, político, cultural, étnico ou religioso. Seja o conhecimento científico ou filosófico que pratique o sujeito, ele está excluindo e desperdiçando outros conhecimentos e se identificando como pertencente a este lado da linha – Norte, ou o outro lado da linha – Sul⁶³. Mesmo sabendo que sua “visibilidade assenta na invisibilidade de outras formas de conhecimento” (SANTOS, 2007, p. 05), o sujeito se identifica e pertence a apenas um lado da linha, identifica-se como pertencente a uma determinada formação discursiva e ideológica. No contexto sudoeste de Mato Grosso do Sul, os indivíduos se identificam como sendo brancos ou índios. Discursivamente, no entanto, sabemos que os discursos são constantemente interpenetrados por outros discursos, o que faz com que os Eus desses dois lados da linha estejam sempre suscetíveis a dizer o discurso do Outro. Sempre há delimitações, inversões e deslocamentos (PÊCHEUX, 1990).

⁶² “No artigo para uma “sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, Santos diz que a indolência criticada ocorre em quatro formas diferentes: a razão impotente, aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria; a razão arrogante, que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade; a razão metonímica, que se reivindica como a única forma de racionalidade ou, se faz, fá-lo apenas para torná-lo em matéria-prima; e a razão proléptica, que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente”. (SANTOS, 2003, p. 239-241).

⁶³ “Santos (2004) coloca as relações entre Norte/Sul no centro da reinvenção da emancipação social e afasta-se do pensamento pós-moderno e pós-estruturalista dominante, por não tematizarem a subordinação imperial do Sul ao Norte”. (GÓIS, 2007, p. 46).

Pensamos que os discursos, materializados no jornal *AJIndo*, são resultado de um processo social de poder e resistência, sob um contexto dual de forças e poderes: de um lado os discursos hegemônicos e, de outro, os contra-hegemônicos. A cada análise, o analista se vê imerso nas práticas de globalização que percorrem o mundo pós-moderno, e o jornal *AJIndo* é parte que integra o cenário global. Ele se configura o reflexo de lutas, em que poder e resistência subjazem à produção discursiva nele materializada, determinando o que pode ou não ser dito. Por isso a importância de refletirmos o discurso acerca dos conceitos de “sociologia das ausências”, “sociologia das emergências” e “pensamento abissal” por Santos trabalhados.

CAPÍTULO 3

EXERCÍCIO DE LEITURA

Na análise da materialidade discursiva, procuraremos compreender quais as condições de produção, o contexto social, histórico e ideológico que permitiram a materialização e o funcionamento do discurso a respeito da “violência” no jornal *AJIndo*.

Para isso, mobilizaremos ferramentas conceituais pertinentes da AD Francesa para refletirmos a partir de um lugar epistemológico que problematize o sentido, o discurso e a história, não os vendo, respectivamente, como imanente, homogêneo e linear, mas sim como rupturas, irrupções e descontinuidades. A análise é o lugar onde teoria e prática estão em constante relação.

Constitutivos de nosso *corpus* de pesquisa, apresentaremos, ao longo deste capítulo, resultados das análises de excertos do jornal *AJIndo*, 16^a a 27^a edição, os quais se encontram nos anexos para uma leitura na íntegra.

3.1 O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DA “VIOLÊNCIA” NO JORNAL *AJINDO*

3.1.1 As variações de sentido que ressoam da palavra – discurso – “violência”

Ao percorrermos, numa primeira leitura, as edições do jornal *AJIndo*, nosso desejo primeiro foi ter contato com a materialidade reunida. Fizemos uma leitura subjetiva, buscando nas chamadas editoriais e/ou imagens algo que nos despertasse a atenção e nos provocasse a curiosidade a ponto de lermos o artigo na íntegra. Qualquer que fosse o gênero textual, o que nos tocou desde as primeiras páginas foi a constante presença do tema violência no jornal, seja ela de forma explícita ou implícita aos fatos discursivizados.

Trazemos duas materialidades (linguística/imagética) que tratam da violência. Na primeira, “Sobre a violência” (Figura-01), Rosivânia Espíndola⁶⁴ faz uma exposição da dimensão da violência numa das aldeias de Dourados. Aborda, no pequeno texto, questões

⁶⁴ ESPÍNDOLA, Rosivânia. Sobre a violência. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Segurança é preciso*. Dourados-MS, n.16, maio/jun. 2009. p. 10. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/16-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

gerais que direta ou indiretamente estão ligadas ao tema abordado: família, estudo, segurança, etc...

Sobre a Violência

Figura 04 – Notícia “Sobre a violência”

Nilcimar Morales⁶⁵ discute, no artigo “Falta de cuidado” (Figura-02), problemas relacionados à Escola Municipal Indígena Lacui Roque Isnard, localizada na Aldeia Bororó de Dourados.

Falta de Cuidado

Representantes de escolas da Reserva procuram a reportagem do Jornal AJINDO para denunciar falta de estrutura



Nilcimar Morales

A Escola Municipal Indígena Lacui Roque Isnard, localizada na Aldeia Bororó, na Reserva Indígena de Dourados, não vem sendo atendida pela Secretaria de Educação de Dourados, de acordo com o coordenador Izaque de Souza. Ele conta que fez pedido para a Secretaria reformar o campo de fu-

tebol e nada foi feito. O campo está coberto de mato, então as aulas de educação física têm de ser feitas em um gramado improvisado, atrás da escola.

Aproximadamente 80 alunos estão matriculados na Escola Lacui e eles reclamam por não ter um bom campo para jogar futebol. As crianças também não têm bola para a educação física e precisam improvisar a bola

Procurada pela reportagem do Jornal AJINDO, Marlene Vasconcelos, secretária de Educação de Dourados, disse que as melhorias para o campo da Escola Lacui estavam sendo providenciadas, mas, até o fechamento dessa edição, representantes da escola informaram que o conserto no campo de futebol foi feito pela Prefeitura de Itaporá, que estava fazendo reparos na estrada e acabou limpando o campo por cortesia.

Marlene Vasconcelos informou também que todas as escolas municipais receberam kits esportivos no começo do ano, com bolas, redes e outros equipamentos para esporte. A informação foi confirmada pelo coordenador da Escola Lacui, mas o kit não foi suficiente.

ESCOLA RAMÃO MARTINS

Outra reclamação veio da Escola Ramão Martins, na Aldeia Jaguapiru, que tem 310 alunos matriculados. A escola começou a funcionar este ano e tem uma sala preparada para receber computadores, mas os equipamentos nunca chegaram.

De acordo com a secretária de educação de Dourados, os computadores serão entregues ainda este ano. A demora se deve aos processos burocráticos de licitação, segundo Marlene.

Figura 05 – Reportagem “Falta de cuidado”

⁶⁵ MORALES, Nilcimar. Falta de cuidado. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Futebol para quem precisa. Dourados-MS, n.17, set/out. 2009. p. 06. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/17-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

Pela perspectiva dos indígenas, a falta de infraestrutura nas aldeias – e a escola parece ocupar um lugar de destaque – contribui para o aumento da violência. Muito embora, neste artigo, não se use uma única vez o termo “violência”, apontar problemas de ordem estrutural nas escolas é usado como argumento para reivindicar melhorias, justificando por conta também dos discursos sobre a violência. Em outros termos, se o jovem não está na escola, está na violência. Esta parece ser a lógica assumida por Tânia Porto, quando assina o texto “A violência nas escolas”⁶⁶ (Figura 03), nesta mesma edição.

Mesmo narrando práticas sociais diferentes, os artigos parecem mobilizar um único discurso temático – a violência.

O que propomos, diante de textos como estes, é problematizar a “violência” presente no *AJIndo*. Para compreendermos um pouco do funcionamento do discurso da violência, segundo o pensamento ocidental, mobilizamos a seguinte citação:

A violência, no mundo de hoje, parece tão entranhada em nosso dia a dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e viver o mundo do homem. [...] Contudo, quando falo de violência, ou quando nós falamos ou nos preocupamos com a violência, sua primeira imagem, sua face mais imediata e sensível, é a que se exprime pela agressão. Agressão física que atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui, seu corpo, seus bens, quanto naquilo que mais ama, seus amigos sua família. (ODALIA, 2006, p. 09).

Odália permite-nos inferir que o discurso da violência é incondicionalmente parte integrante, direta ou indiretamente, das relações sociais entre sujeitos, no contexto sócio-histórico em que vive.

No dicionário da Língua Portuguesa - Minidicionário Antonio Olinto da Língua Portuguesa - é possível encontrar a seguinte definição para violência: “s. f. 1. Estado daquilo que é violento; 2. Ato violento; 3. Ato de violentar; 4. Veemência; 5. Irrascibilidade. 6. Abuso da força; 7. Tirania; opressão; 8. Constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer; coação.” (ROCHA, 2005, p. 594). Concluimos, pela leitura, oito definições para o termo “violência”. Nosso objetivo é “desnaturalizar” esta forma de cristalizar os sentidos. Dito de outro modo, esperamos também mostrar que o conceito de “violência” extrapola as definições dicionarizadas.

Se o discurso da violência é definido a cada prática real do sujeito social, então, que cada sociedade tem seu modo de ver e conceber a violência. Dizemos, com isso, que o

⁶⁶ PORTO, Tânia. A violência nas escolas. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Futebol para quem precisa. Dourados-MS, n.17, set/out. 2009. p. 09. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/17-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

discurso da violência carrega consigo outras faces: da violência política, cultural, étnica, institucional, entre outras.

Para discutir um pouco mais o conceito de violência, tomemos o poema “Sobre A violência” de Bertolt Brecht (2003, p. 94):

"Sobre A Violência"

*A corrente impetuosa é chamada de violenta
Mas o leito do rio que a contem
Ninguém chama de violento.
A tempestade que faz dobrar as betulas
E tida como violenta
E a tempestade que faz dobrar
Os dorsos dos operários na rua?"*

De modo artístico, no poema, o entrelaçamento entre literatura e questões ideológicas se materializa na amplitude da significação. O discurso da violência ganha forma e sentido a partir de um *eu-lírico* que sofre com a relação saber-poder que cinge seu contexto sócio-histórico, ou melhor, suas práticas sociais e discursivas. Sob várias formas - política, social, econômica, física, psicológica, ecológica, o discurso da violência se define, esteticamente, pela contradição homem - natureza determinados por questões sociais, culturais, políticas, históricas e ideológicas latentes no indivíduo.

A partir da leitura do poema “Sobre A violência”, interpretamos a prática discursiva da violência como constitutiva das práticas sociais do homem em seu tempo, isto é, representar o funcionamento da “violência”. Sob as mais variadas materialidades, ela assume diversas roupagens: violência urbana; violência contra a mulher, contra o negro, contra o índio; no trânsito, na escola, na cidade; violência doméstica, física, simbólica e psicológica; homofobia; *bulling*; consumo e tráfico de drogas; prática de assalto, de roubo, de sequestro, de extorsão, de estelionato; etc. O que se observa é que, em várias matérias, parece que a “violência” está tão arraigada nas práticas discursivas que ela é utilizada como se seu sentido já-estivesse-lá. Utilizamos, a título de curiosidade, o *Google* para fazer uma pesquisa usando a frase “drogas e violências andam juntas” (e mesmo o contrário: “violências e drogas andam juntas”). Esse *site* de buscas não nos reportou a nenhum resultado, no entanto, ao retirarmos o plural de “violências”, houve um retorno de 32 (trinta e duas) ocorrências⁶⁷. Isso pode significar que o termo “violência” está sendo mobilizado pelos usuários da língua de modo genérico. Queremos aprofundar, na análise dos dados, essa discussão.

⁶⁷ Pesquisa realizada em 29 de setembro de 2012. Site: www.google.com.br.

Aparentemente, não é possível mapear e analisar todas as possibilidades de ocorrência do termo “violência”, considerando, de modo particular, uma dissertação de mestrado. Sabemos, sobretudo, que esse não é o objetivo. Desejamos, isso sim, compreender como um determinado termo pode produzir “*n*” sentidos em distintas situações enunciativas.

Voltando à noção-conceito de violência, se o sujeito é um ser socialmente construído e a violência é constitutiva da relação social entre sujeitos, então o discurso da violência se faz prática social entre sujeitos históricos em meio a constantes relações de poder e resistência. Em outros termos, “toda violência é social” (ODALIA, 2006, p. 37), assumindo formas diversas, presentes nas práticas sociais diárias do sujeito.

O sentido de “violência” muda conforme mudam os sujeitos e os momentos históricos de produção discursiva. Cada momento histórico concebe a “violência” sob uma determinada perspectiva. Nos dias atuais, o discurso da “violência” não é o mesmo para um juiz ou para um padre, não produz os mesmos efeitos se dito num tribunal ou numa igreja. Por isso, defendemos que só há construção de sentido a partir da condição sócio-histórica de produção do discurso, sobretudo das relações de saber/poder que determinam um discurso e não outro.

Retomemos aos artigos “Sobre a violência” (Figura 01) e “Falta de cuidado” (Figura 02). Sob a materialidade dos enunciados, destacamos o jogo de regularização, “que se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material (PÊCHEUX, 2010, p. 53)”, e desregularização, “o acontecimento discursivo que pode desmanchar essa regularização e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira” (idem, p. 52)”.

“Sobre a violência” (Figura 01) não faz uso de recursos imagéticos para reconstruir a realidade para o leitor, embora deixe explícito o termo “violência”. Com isso, podemos pensar que o texto jornalístico carrega um conteúdo forte de caráter informativo, deixando de lado um aliado da memória – a imagem.

Esse texto de Espíndola narra acontecimentos, caracterizados como violentos, do dia-a-dia dos indígenas na aldeia de Dourados. O enunciado conta fatos que aproximam o discurso da realidade atual do não índio, o da violência de outras zonas urbanas, em que se tornou perigoso sair à noite pelas ruas, com a realidade indígena. Os jovens indígenas saem em bandos à noite, pela estrada que liga a aldeia a Dourados, local onde brigam e praticam assaltos.

No artigo “Falta de Cuidado”, com o recurso de imagens – mesas, cadeiras, mostrando um lugar vazio – deparamos com uma prática discursiva diferente acerca da violência. O artigo informa a falta de estrutura na escola indígena. Estruturas – computadores, impressoras,

mobiliários, papéis, entre outros – discursivizadas por sujeitos que “atinge segmentos da população cuja capacidade de reivindicação é nula, o que facilita em muito esse desdém governamental” (ODALIA, 2006, p. 39). No Brasil, é comum encontrarmos textos tratando do descaso com que alguns “governantes” lidam com a distribuição de “recursos financeiros” para a manutenção, estruturação e construção de instituições de ensino. Esse ponto de vista, de certo modo, parece funcionar como um catalisador para produção de textos, tal qual o assinado por Nilcimar Morales.

Diferentemente de “Sobre a Violência”, no artigo de Morales encontramos outra forma de dizer a violência. Não mais uma violência física, e sim uma violência política, econômica, que não deixa de ser constitutiva de uma violência psicológica. A respeito desse posicionamento, Odalia afirma:

O problema da educação brasileira não está apenas no fato de ela não atender uma parte significativa da população – o mais grave é que os que por ela são atendidos são mal atendidos. [...] Uma educação precária, dada em condições precárias. [...] Se as condições do ensino, nas grandes cidades, são precárias, no interior do Brasil, chegam a ser dramáticas. (ODALIA, 2006, p. 42).

A violência pode ser relacionada a outros termos: segurança – noite – assalto – família – briga – medo – escola – etc. Sobretudo, a violência funcionando de diferentes formas em uma sociedade, neste caso, na sociedade indígena de Dourados - MS.

No artigo “Sobre a violência”, então, podemos relacionar a violência ao medo, à noite, à insegurança, ao assalto, às agressões físicas, à família, aos jovens, entre outros termos. Logo, no artigo “Falta de Cuidado”, a violência está também ligada à escola, à família, aos professores, aos alunos, aos governantes, à falta de materiais didáticos, de móveis, etc. A percepção desse imbricamento só é possível quando mobilizamos a história e a memória⁶⁸.

A memória possibilita acionarmos sentidos pela falta, articulando-os por meio da materialidade com a qual deparamos e a história seria a confirmação do memorável. Por meio de paráfrases⁶⁹ e remissões, mobilizamos sentidos para nossa interpretação. Deduzimos as

⁶⁸ “Memória e História: longe de serem sinônimos... tudo as opõe. A memória é a vida... ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas... suscetível a longas latências e repentinas revitalizações. A história é uma representação sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A história é uma representação do passado... A memória se enraíza no espaço, no gesto, na imagem, e no objeto. A história se apega tão somente às continuidades temporais”. (INDURSKY, 2011, p. 67).

⁶⁹ “A paráfrase é uma relação de equivalência entre dois enunciados, um deles podendo ser ou não a reformulação do outro. A equivalência se exprime em termos de co-referência, e mesmo de anáfora. [...] De uma maneira geral, a paráfrase exige uma continuidade semântica entre os dados que ela aproxima. Por mais óbvia que seja a ligação, sua presença é necessária para a manutenção da relação. A noção de paráfrase está

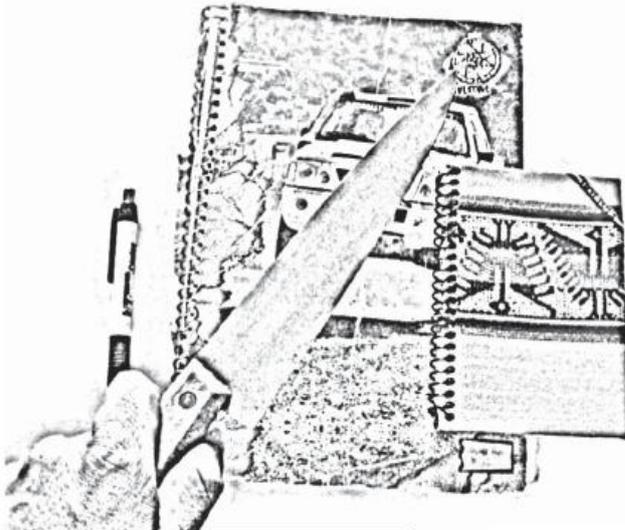
seguintes paráfrases dos destaques dos dois artigos (Figura 01 e 02): o índio está em perigo; indígenas sofrem agressões; perigo na aldeia; escolas indígenas sem estruturas; alunos sem materiais didáticos. Essas paráfrases só são possíveis por conta da história e da memória, que servem ao analista, e não ao texto e/ou enunciado. É resgatando/mobilizando uma memória e uma história que ele, o analista, constrói os sentidos possíveis de um discurso e falar sobre a violência faz com que sejam movimentadas redes de sentidos. Ao falarmos em memória, ela é “entendida não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador” (PÊCHEUX, 2010, p. 50).

3.1.2 Análise das materialidades linguística e imagética que constroem o discurso da violência no jornal

Ao lermos discursivamente o artigo “A violência nas escolas”⁷⁰ interpretamos que

nele há a presença de um constante jogo ideológico. Ele é formado por diferentes FD’s materializadas em uma complexa construção discursiva.

Tânia Porto, articulista jornalístico da reportagem, narra fatos ocorridos em escolas da Reserva Indígena de Dourados, em que discursos da instituição “Escola”, da “família” e dos “jovens” estabelecem uma relação de poder e resistência com a verdade construída no artigo. Caracteriza o encontro de vozes que, juntas, possibilitaram a construção do discurso da violência na escola indígena.



Problemas entre alunos se originam fora das escolas, mas são levados para dentro delas

Figura 06- Artigo “A violência nas escolas”

As vozes, além de provocar conflito entre diferentes discursos, podem marcar a produção de processos discursivos na materialidade linguística. Para Navarro-Barbosa, “na

indiretamente na origem da noção de paradigmas designacionais. Assim, como a reformulação, a paráfrase é o vetor pelo qual se marca a heterogeneidade no discurso, seja ela mostrada ou constitutiva”. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 366).

⁷⁰ PORTO, Tânia. A violência nas escolas. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Futebol para quem precisa. Dourados-MS, n.17, set/out. 2009. p. 09. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/17-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

produção jornalística é possível postular a materialização de processos discursivos que cruzam estrutura e acontecimento, bem como a manifestação de uma subjetividade que se dispersa nas diferentes posições de sujeito, que ora narra, ora descreve, ora julga” (2004, p.83).

A partir disso, temos, em primeiro plano, o discurso da violência física. Porto conta que na Aldeia Jaguapiru, em agosto de 2009, uma adolescente indígena esfaqueou outra em frente à escola Tengatuí Marangatu. O coordenador da escola, Elias Moreira, ao ser entrevistado por Porto, relaciona o fato a questões familiares a problemas sociais relacionados à família e à convivência entre pais e filhos resultam em violência física entre jovens na escola. E complementa: “muitas vezes os pais não dão carinho para os filhos, não conversam para saber o que eles estão sentindo, o que ele têm [...] (PORTO, 2009, p. 09)”. De encontro ao discurso da Escola, Porto traz vozes de sete jovens, entre 15 e 17 anos, posicionados, discursivamente, enunciando que a violência resulta da falta de educação e pedem mais atividades para que não se repita o incidente de agosto. A violência na escola, para os jovens, está relacionada a uma insatisfação com a educação curricular (esperam melhoria no currículo escolar: aulas de dança, modalidades esportivas variadas) e estrutural (faltam computadores, quadra esportiva), e não à relação de pais e filhos em casa.

Nesta relação de poder e resistência entre o discurso da escola e o dos jovens, desenha-se o da família. O discurso da instituição família não está materializado na reportagem, não há um locutor presente, embora esteja, ideologicamente, marcado no discurso da escola. Porto não entrevista pais de alunos envolvidos, tampouco pessoas inseridas no mesmo contexto social familiar: irmãos, vizinhos, tios, funcionários da escola, professores, entre outros que direta ou indiretamente participam da prática social e discursiva do discurso da família, ou seja, não há falas de personagens da família, porém seu discurso faz parte integrante de uma rede discursiva, retomado por pré-construídos e interdiscursos.

O discurso da família integrado a diferentes relações sociais e políticas entre sujeitos. Não há, por isso, como separar o discurso da escola e o da família, e sim refletirmos que o discurso escolar é permeado pelo discurso da família e vice-versa, ou melhor, são discursos diferentes e não opostos. O discurso da escola e o da família representam FD's em constante luta, construídas por diferentes discursos. Não há, por isso, como isolá-lo, pois não existe um discurso puro. Do mesmo modo, não podemos dizer que só há a ideologia da “classe dominante” ou que exista um “poder supremo”. Ao contrário, pensamos que eles são práticas discursivas construídas ao longo da história social e cultural do homem em constante relação de contradição.

Com isso, vemos desenhar-se uma tensão entre o discurso da escola, o dos jovens e o da família, presentes não só na materialidade discursiva (locutores posicionados discursivamente a partir do fato vivenciado), como em imagem fotográfica, a qual não tem um caráter assessorio, mas sim constitutivo. A fotografia constitui um conjunto de elementos materiais da produção de sentidos, é um dos recursos de que a mídia impressa dispõe para impressionar o leitor e confirmar a veracidade dos fatos. Segundo Foucault (1996, p. 34), “tanto em um como no outro sentido, a verdade será sempre usada como forma de controlar e regular a sociedade” (nesse caso, a opinião dos leitores do jornal *AJIndo*).

A foto da faca sobre o caderno (figura 03) traz, em uma primeira leitura, que violência e escola não combinam. Essa produção de sentido só foi possível porque consideramos a ordem de como os elementos, faca e caderno, se apresentam no enunciado imagético em conjunto com a materialidade linguística. Se a faca estivesse embaixo do caderno, atribuiríamos um novo sentido à imagem. Se pensarmos, ao longo da história social e política do homem ocidental, os sentidos que produzem os elementos que constituem o enunciado imagético, o caderno simboliza a busca pelo saber e melhores condições de vida para o indivíduo. Um saber-poder que o subjetiva, torna-o sujeito de direitos pertencentes a este lado da linha. Em contrapartida, a faca, o objeto usado pelo homem tanto para defender-se quanto para atacar, considerada “arma branca” pela lógica ocidental, simboliza a masculinidade, a vingança, a violência, o medo. Na foto ela representa a prática da violência entre jovens em escolas da Reserva.

Percebemos, assim, que o discurso do artigo “A violência nas escolas” difere do discurso da lógica ocidental, há discrepância entre aquilo que se vê e aquilo que se diz (SANTOS, 2003). O discurso construído por Porto, a partir de diferentes vozes que percorrem a materialidade linguística e imagética, define-se de modo diferente ao da lógica ocidental. Nele, a escola tornou-se um lugar violento, de práticas de violência, não um lugar de oportunidades, o passaporte para pertencer a este lado da linha e não ao outro. “Para além dela [deste lado da linha] há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética” (SANTOS, 2007, p. 04).

Entendemos, na notícia “O que será do futuro”⁷¹ (Figura 04) uma relação direta de sentido com a reportagem⁷² “A violência nas escolas” (Figura 03).

Nilcimar Morales resume a situação da comunidade indígena na Reserva de Dourados como preocupante.

Ela diz que a grande inquietação da população é de que a reserva se transforme numa favela do crime.

Para isso, cita indicadores para confirmar sua fala: o aumento da população indígena sobrevivendo em pequenos espaços de terra; ponto de vista de antropólogos baseados em teoria dos anos cinquenta relaciona a situação vivida pelos indígenas à falta de terras, perda da cultura indígena; Governo Federal e Funai aliados às teorias dos antropólogos⁷³. A autora ainda acrescenta que “o problema não é só falta de terra, mas também a dificuldade de se reconhecer a nova categoria entre os povos indígenas: os jovens” (MORALES, 2009, p. 02).

Na materialidade linguística, marcas de um enunciador não-índio, na seguinte passagem: “[...] as coisas mudaram. O mundo moderno, as necessidades econômicas, a tecnologia provocaram grandes mudanças nas comunidades indígenas [...]. (MORALES, 2009, p. 02). Uma dessas mudanças é a valorização, é a preocupação com os jovens: prática discursiva, até então, do não índio. A categoria “jovem” não fazia parte da prática social,

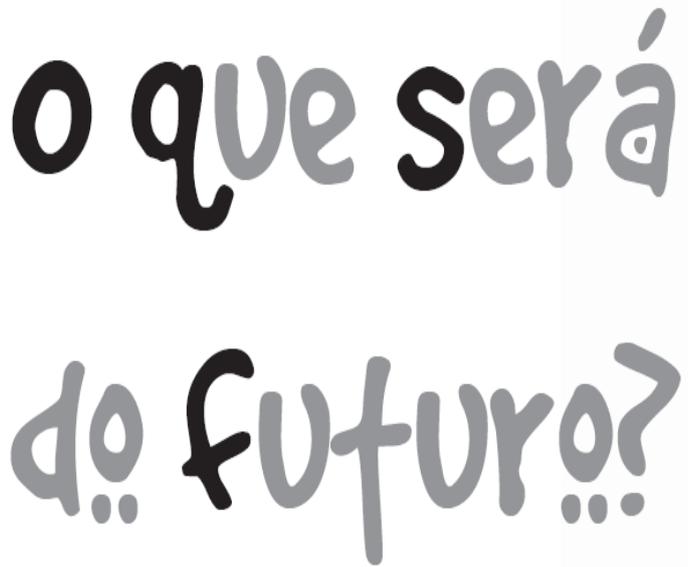


Figura 07- Notícia “O que será do futuro?”

⁷¹ MORALES, Nilcimar. O que será do futuro. JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Fotografar para crescer. Dourados-MS, n.18, nov/dez. 2009, p. 02. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/18-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

⁷² Refletimos acerca da definição de Navarro- Barbosa (2004, p. 89) para definirmos notícia e reportagem. Para o autor, “[...] notícia é o resumo informativo para a descrição jornalística de um acontecimento cujo limite é ele mesmo. Já a reportagem define-se como o relato jornalístico expandido. Forma e conteúdo conjugam-se, agora, desvendando contextos de situações, falas, fatos [...] que alteram, definem, explicam ou questionam a realidade”.

⁷³ “[...] A cultura [indígena] tem sido o tema central das discussões antropológicas no último século, embora os próprios antropólogos ainda não tenham chegado a um consenso a respeito do termo. Grosso modo, podem-se distinguir duas grandes abordagens em Antropologia que procuraram obter uma precisão conceitual mais apurada: as teorias que consideram a cultura como um sistema adaptativo e as teorias idealistas da cultura (cultura como sistemas cognitivo, estrutural e simbólico). Uma das grandes contribuições da Antropologia no século XX, sem dúvida, foi o desenvolvimento acerca da noção de padrões culturais”. (LACERDA; SILVA, 2006, p. 02).

histórica e cultural do indígena. As etapas de vida do indígena se definiam em ser criança e adulto, diferentes das do não-índio.

Retomemos, então, a relação direta de sentido entre a reportagem “A violência nas escolas” (Figura 03) e a notícia “O que será do futuro” (Figura 04). Nos dois artigos, existe a constante preocupação em pertencer a este lado da linha e não ao outro. A prática discursiva da notícia e da reportagem, (Figura 03) e (Figura 04), assinalam a prática da violência na Reserva como constitutiva do contexto social do sujeito índio, reflexo da busca pela identidade.

Isso posto, a materialidade linguística permite-nos construir sentidos outros que nos fazem pensar que há dois tipos de violência funcionando: violência social (‘perda da nossa cultura’) e física (‘uma adolescente esfaqueou outra’). Essa reflexão se confirma no artigo “Depois da Agressão”⁷⁴, reportagem produzida pelo sujeito jornalístico Jaqueline Gonçalves. Não mais uma violência que atinge, especialmente, os jovens, e sim a toda população indígena da Reserva.

Depois da agressão

Sequelas da violência que o indígena vai carregar para sempre

Figura 08- Reportagem “Depois da agressão...”

Gonçalves relata a realidade de vítimas da violência física na Reserva e diz que o número de indígenas agredidos por facões, em casas e estradas, preocupa a população.

O sujeito jornalístico, ora posicionado discursivamente como indígena e ora como não-indígena, diz que as vítimas da violência tornam-se pessoas inválidas, não podem trabalhar e dependem dos familiares para sobreviver e (con)viver socialmente. “Sequelas da violência que o indígena vai carregar para sempre” (GONÇALVES, 2009, p. 03).

Para materializar o discurso da violência, Gonçalves coloca, junto à materialidade linguística, a imagem de uma cadeira de rodas, que confirma a violência entre opressor e oprimido, e que se reflete na violência social: falta de segurança nas estradas. A foto da

⁷⁴ GONÇALVES, Jaqueline. Depois da agressão... *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Fotografar para crescer. Dourados-MS, n.18, nov/dez. 2009, p. 03. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/18-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

cadeira de rodas, objeto real, permite uma aproximação do oculto com a realidade construída, isto é, inscreve-se na FD do medo, insegurança e impunidade.

Do mesmo modo que há a foto da cadeira de rodas (Figura 05), há no artigo “Uma ponta de esperança pelo fim da violência”⁷⁵ (Figura 06), assinado pelo mesmo sujeito jornalístico, o uso de uma imagem fotográfica, supostamente manipulada através de artifícios da informática, funciona como representação da prática da violência.



Figura 09- Reportagem “Depois da agressão...”



Figura 10- Artigo “Uma ponta de esperança pelo fim da violência”

⁷⁵ GONÇALVES, Jaqueline. Uma ponta de esperança pelo fim da violência. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Dossiê especial. Dourados-MS, n.19, jan/fev. 2010, p. 09. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/19-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

Neste registro, é enunciado um olhar inominado. Parte de um rosto humano não identificável, não há como identificar e/ou classificar o indivíduo dono deste olhar, sua identidade, a que posição-sujeito pertence.

O que interrogamos, enquanto analistas do discurso, ao depararmos com a imagem, em especial, como ela se apresenta ao leitor, “[...] não é simplesmente a imagem da pessoa, mas o lugar discursivo e disciplinar de onde as questões de identidade são estratégica e institucionalmente colocadas” (BHABHA, 1998, p.81).

Ao constituirmos um lugar discursivo desse sujeito, até então, inominado, por meio de ícones que compõem a imagem: a cor preta de fundo, ao redor dos olhos, difusa ao longo da imagem, formando, no lado esquerdo, uma fenda com formato de lágrima derramada, delineia, com traços pesados, parte de um rosto de formas semelhantes à da arte abstrata. Uma pintura que limita nossa atribuição de sentidos, especialmente porque se favorece de características do abstrato, oculto, inominado, para instaurar-se na FD das vítimas da violência na Reserva indígena de Dourados, ainda que a imagem não permita uma identificação precisa desse sujeito.

Concluimos que a “noção tão apregoada da mídia de que a imagem retratada existe para mostrar-nos a realidade que não podemos ver” (SILVA; RAMÃO, 2009, p. 121) confirma-se, em partes, nesta imagem. Ao lermos a imagem junto ao contexto sócio-histórico em que foi produzida, é possível interpretar o efeito de sentido do medo, da impunidade, do invisível, da agressão, ou seja, a violência funcionando por meio de diferentes práticas discursivas na Reserva. Com isso, o discurso da violência apresenta-se na linguagem imagética como o *não-dito*, possibilitando-nos construir sentidos em sua opacidade, reconhecer um sujeito discursivo pelo equívoco da língua.

Outro exemplo da prática discursiva da violência pode ser visto no artigo “Terra é vida?”⁷⁶

Terra é Vida?

Em Mato Grosso do Sul, parece mais correto dizer que terra é morte

Figura 11- Artigo “Terra é vida?”

⁷⁶ MORAES, Kenedy. Terra é vida?. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Dossiê especial. Dourados-MS, n.19, jan/fev. 2010, p. 09. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/19-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

O artigo, “Terra é vida?”, assinado pelo sujeito jornalístico Kenedy Moraes, noticia conflitos entre índio (Guarani-Kaiowá, sul-mato-grossense) e não-índios, reflexo da constante luta dos indígenas por terra. Sabemos, por meio da história e da memória, que “terra” é sinônimo de vida para o sujeito índio. Mas, na materialidade linguística, o uso do verbo “ser” no presente do indicativo, juntamente com a construção de uma oração interrogativa, a qual convoca o interlocutor a refletir o hoje, o agora, isto é, posicionar-se ideologicamente, o sentido da palavra terra se desloca: terra era sinônimo de “vida”, agora ela significa “morte, medo, injustiça” para os indígenas do Estado.

A língua permite, ao analista, um primeiro contato com a prática discursiva da violência. O discurso da violência funcionando pelo equívoco e deslizos da língua, rompendo com a ideia de que os sentidos estão sempre lá junto à materialidade.

No decorrer do artigo o locutor se posiciona como um enunciador indígena, sujeito etnicamente social, integrante da população indígena, um “nós” que narra fatos violentos envolvendo índios no Estado, como no seguinte excerto: “vamos lembrar conflitos que envolveram a luta do povo Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul” (MORAES, 2010, p. 09). O enunciador indígena constrói o discurso de poder e resistência ao noticiar que:

em novembro de 2007 foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre o Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e lideranças indígenas para delimitar e demarcar 36 terras indígenas até 2010. (MORAES, 2010, p. 09).

Para confirmar sua posição discursiva, o sujeito jornalístico utiliza recursos imagéticos para comprovar o discurso de resistência (Figura 07) ao discurso da lógica ocidental.



Figura 12- Artigo “Terra é vida?”

A foto em preto e branco, arquivo AJI, materialidade discursiva imagética, registra o manifesto de indígenas pelas ruas de Dourados que pedem “Justiça e demarcação JÁ”, enunciado escrito em uma das faixas, possibilitando-nos sua identificação em primeiro plano. A manifestação dos indígenas caracteriza a prática social da resistência. Ao observarmos a cena, temos, em segundo plano, sujeitos indígenas, jovens, crianças e adultos, formando grupos pequenos e dispersos uns dos outros. Possivelmente, a cena caracteriza sujeitos pertencentes a uma determinada prática ideológica, no entanto ela é composta por diferentes FD’s (jovens, pais, lideranças indígenas, professores, alunos, etc.) em constante luta.

Identificamos, acerca desta observação, indivíduos ideologicamente interpelados em sujeitos indígenas, os quais reivindicam justiça e demarcação de terra “JÁ”. O advérbio de tempo escrito, no final da frase em maiúsculas, na faixa, a qual linguisticamente determina o sentido de um tempo presente e imediato, discursivamente representa a insatisfação dos indígenas com a demora na demarcação e com o que essa prática discursiva vem causando à população: mortes de indígenas no Estado. Pensada a partir do contexto sócio-histórico e político em que a palavra terra é produzida, a produção de sentido de que “terra” é vida deslocou-se para o de morte, “provocando desestabilização nos processos de regularização e formulação dos sentidos cristalizados” (INDURSKY, 2011, p. 76).

A prática discursiva da terra caracteriza a violência política⁷⁷ no artigo (Figura 07). “A violência política passa a ser compreendida e utilizada como instrumento de luta e um meio eficaz de combater a injustiça social, possibilitando, ao mesmo tempo, a ascensão ao poder [...]” (ODALIA, 2006, p. 49-50).

Mesmo que o objetivo do sujeito-jornalístico fosse construir apenas um sentido para o discurso da terra, a fim de naturalizá-lo a seu interlocutor por meio da materialidade linguística e imagética, conseguimos atribuir sentidos outros a partir do que não é dito: a prática da violência física – mortes de indígenas no estado – resultante da prática da violência política – distribuição desigual de terra. A análise das materialidades permitiu-nos desconstruir o discurso da terra em diferentes FD’s: jovens, pais, caciques, administração, FUNAI, TAC, Ministério Público, Ministério da Justiça, entre outras, constituindo a relação índio e não-índio por meio do funcionamento da violência física e política. Segundo Odália, “é uma violência política, o ato rotineiro e contumaz da desigualdade, das diferenças entre os

⁷⁷ “É preciso, contudo, desde logo, dizer que por violência política não se deve compreender tão somente a ação terrorista, de direita ou de esquerda, cujas atividades são abundantemente divulgadas, ou cuidadosamente escamoteadas. A violência política assume formas as mais diversas em uma sociedade [...]” (ODÁLIA, 2006, p. 47).

homens, permitindo que alguns usufruam à sociedade o que à grande maioria é negado” (2006, p. 29).

Na sequência do trajeto temático da violência, refletiremos o funcionamento da prática discursiva da violência institucional. Para isso dispomos da materialidade imagética e linguística que constituem o artigo “ou não tem computador, ou não tem professor”⁷⁸ para construção de sentidos.



Figura 13- Reportagem “Ou não tem computador ou não tem professor”

O artigo, escrito por dois sujeitos jornalísticos, Tânia Porto e Rosivânia Espíndola, é resultado de uma pesquisa encomendada pelo jornal *AJIndo*, com o objetivo de analisar como estão sendo ministradas as aulas de informática nas escolas da Reserva e, especialmente, identificar se as salas de informática estão equipadas com computadores e professores. Segundo o locutor, o resultado foi preocupante. Há escolas na Reserva equipadas com computadores, mas sem profissionais. E quando há professores não há infraestrutura (computadores, cadeiras, mesas, salas adequadas). Tanto o enunciado “ou não tem computador, ou não tem professor”, chamada do artigo, quanto a materialidade imagética,

⁷⁸ PORTO, Tânia; ESPINDOLA, Rosivânia. Ou não tem computador ou não tem professor. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Abril: mês do índio. Dourados-MS, n.20, mar/abr. 2010, p.03. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/20-edicao>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

foto de uma sala com mesas, cadeiras e computadores, guardam vozes contraditórias em sua não-transparência.

A repetição da conjunção “ou” e do advérbio de negação “não”, junto à foto que registra uma sala equipada, pronta para receber alunos e professores, no entanto vazia, constroem uma certa ironia ao leitor: “ter” e “não ter”. Ironia a qual nos remete, por meio de pré-construídos, à reconhecida frase de William Shakespeare "*Ser ou não ser, eis a questão*"⁷⁹.

Cria-se, então, uma relação complexa entre a FD da escola e FD dos alunos. Ao percorrermos a materialidade linguística, temos a FD dos alunos posicionada no lugar discursivo do não-índio, deste lado da linha, como na seguinte passagem em que o locutor indígena diz ao jornal: “Aula de informática é muito importante para nosso futuro” (PORTO; ESPÍNDOLA, 2010, p. 03).

A aula de informática simboliza o “poder-saber” de que os jovens indígenas querem apoderar-se. Ela é condição para pertencerem a este lado da linha, à maioria, ao certo, à globalização, enfim, executar práticas discursivas do pensamento ocidental. Por meio da memória e da história, pensamos que a educação institucionalizada – a Escola – não integra a cultura do sujeito indígena, e sim a do não-índio.

O pensamento ocidental caracteriza-se por uma dualidade de “ser” ou não “ser” do indivíduo. Produz um discurso unilateral, para pertencer a este lado o indivíduo, subjetivado em sujeito por uma determinada ideologia, precisa – “estudar para ter um futuro”, deixar de existir para o outro lado.

Ao atribuímos sentidos acerca da prática discursiva indígena – “ou não tem computador, ou não tem professor” – o funcionamento do discurso da violência configura a prática social da violência institucionalizada. A violência institucionaliza, caracteriza-se em ser uma violência simbólica, aceita como natural nos discursos e em práticas humanas. Ela configura a prática social e discursiva da desigualdade, da distinção entre os homens, da inclusão e da exclusão, sobretudo, a desigualdade surgiu a partir de práticas discursivas do pensamento ocidental.

A violência institucionalizada permeia práticas sociais e discursivas camufladas, naturalizadas ao longo da história social, política, econômica, histórica, étnica e cultural do

⁷⁹ A famosa frase "*Ser ou não ser, eis a questão*" (no original em inglês: *To be or not to be, that's the question*) vem da peça *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca*, de William Shakespeare. Encontra-se no *Ato III, Cena I* e é frequentemente usada como um fundo filosófico profundo. Sem dúvida alguma, é uma das mais famosas frases da literatura mundial. Disponível em: <http://www.citador.pt/textos/ser-ou-nao-ser-william-shakespeare>. Acesso em: 20 março 2013.

homem. “A naturalidade é apenas um disfarce, uma forma de camuflar o fato concreto de que a [violência institucionalizada] nasce de uma estrutura social” (ODÁLIA, 2006, p. 30), ou melhor, de práticas discursivas.

Ao refletirmos a prática discursiva da violência institucionalizada no artigo “ou não tem computador, ou não tem professor” (Figura 08), refletimos estar “o tempo todo, submetidos aos movimentos de interpretação/reinterpretação das mensagens midiáticas” (GREGOLIN, 2007, p. 17). Somos envolvidos em processos discursivos de poder e resistência que condicionam práticas sócio-históricas de sujeitos.

Para entendermos parte das produções de sentido a que somos submetidos pela mídia impressa, analisamos a foto de um sapato masculino, sujo de barro, sobre um tamanco feminino, registrado na primeira página da 21ª edição do jornal *AJindo* com a seguinte chamada: “Violência contra as mulheres”⁸⁰.



Figura 14- Capa da 21ª edição de 2010 “Violência contra as mulheres”

A fim de refletirmos a relação de poder e resistência entre o discurso do homem e o da mulher partimos do pressuposto de que “os sujeitos são sociais e os sentidos históricos, os

⁸⁰ JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados. *Violência contra as mulheres*. Dourados-MS, n.21, maio/jun. 2010, p. 1. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/21-edicao>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

discursos se confrontam, se digladiam, envolvendo-se em batalhas, expressando as lutas em torno de dispositivos identitários” (GREGOLIN, 2007, p. 17).

Partimos da interpretação da cena do sapato masculino, sujo, imponente, sobreposto, pisando no tamanco feminino, pequeno, frágil, de tom pastel, representando a fragilidade feminina em relação à austeridade masculina. Por meio da materialidade imagética, depreendemos sentidos constitutivos da prática discursiva do feminino e do masculino.

Ao longo da história e da memória social, a mulher existiu a partir de práticas discursivas do homem. “A maneira andocêntrica de identificar e de fazer das mulheres seres menores, a meio passo das crianças, é muito antiga, remonta à cultura grega” (COLLING, 2004, p. 02). As práticas discursivas do “ser mulher”, enquanto sujeito feminino é recente. Arelada às mudanças ocorridas no mundo, a pós-modernidade⁸¹ caracteriza o nascimento da prática discursiva do sujeito mulher. Nasce, assim, um sujeito que, até então, era ocultado, invisível, silenciado, existindo à margem do outro: o homem. Dizemos, então, que as práticas discursivas determinam o modo de ser, pensar e agir do sujeito homem.

Para refletirmos o jogo discursivo entre homem e mulher, mobilizamos a seguinte citação:

As representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos: a mãe, a esposa dedicada, a “rainha do lar”, digna de ser louvada e santificada, uma mulher sublimada; seu contraponto, a Eva, debochada, sensual, constituindo a vergonha da sociedade. Corruptora, foi a responsável pela queda da humanidade do paraíso. Aos homens o espaço público, político, onde centraliza-se o poder; à mulher, o privado e seu coração, o santuário do lar. Fora do lar as mulheres são perigosas para a ordem pública. [...] As transgressoras destas normas tornam-se homens, traíndo a natureza, transformando-se em monstros. (COLLING, 2004, p. 03).

O discurso, materializado na imagem estampada na primeira página do jornal, conforme ele se revela ao leitor, representa universos discursivos não estabilizados do sujeito homem e mulher, caracterizando FD’s, posicionadas ideologicamente em constante conflito a partir das relações de poder e resistência que estabelecem entre si.

O jogo de força presente na imagem (Figura 09), as negociações de sentido que permeiam o processo discursivo, o não-dito, materializam a prática social da violência física, psicológica, institucional e simbólica vivida pelas mulheres indígenas na Reserva. Na imagem

⁸¹ “O século XIX, que moldou a nossa modernidade, assiste também a modificações nas relações entre homens e mulheres. As mulheres, acreditando na universalidade da igualdade, perseguem e lutam ferozmente pela sua cidadania social e política, que lhes é vetada. Logo, percebem que a generalidade é reduzida à realidade de um único sexo e o universal é um ponto de vista unilateral”. (COLLING, 2004, p. 05).

fotográfica, a projeção de como estão dispostos os objetos, as cores, a aproximação da imagem dos objetos constituem ferramentas, utilizadas pelo sujeito-editor do jornal *AJindo*, e da mídia em geral, para a elaboração, a produção do sentido. Assim, confirmamos o histórico discurso masculino, unilateral, naturalizado, a ação ideológica de que o lugar do poder-saber pertence aos homens, construído na imagem.

Ao percorrermos o funcionamento da violência sob a materialidade imagética (Figura 09), problematizamos a chamada do artigo intitulado “Afinal, quem somos nós?”⁸², em sua não transparência, para compreendermos quais práticas sociais determinam o funcionamento da violência.



Figura 15- Artigo “Afinal, quem somos nós?”

“Afinal, quem somos nós?”, assinado pelo sujeito jornalístico Josimara Ramires Machado, não se configura uma materialidade linguística estruturada como uma notícia ou reportagem no jornal, por sua estrutura, ela caracteriza o gênero relato pessoal, depoimento.

O enunciador, no artigo, se posiciona como um jovem sujeito indígena da etnia Kaiowá que sofre com os efeitos do discurso da violência simbólica na Reserva de Dourados: o preconceito em ser desta ou daquela etnia, sociedade nacional ou indígena. A prática discursiva do preconceito se define, na materialidade linguística, no não reconhecimento das diferenças entre etnias na Reserva.

Com a proximidade do índio com o não-índio e com as diferentes etnias Guarani, Kaiowá, Nandeva e Terena, no estado, não é estranho um sujeito indígena casar-se com um sujeito não-índio ou de etnia diferente da sua. Os mestiços, como são chamados, filhos de índio e não-índio “[...] não são bem vistos na Reserva de Dourados”. [...] Dizem que ele é branco. [...] Além disso, quando o jovem tem a mistura de Guarani-Kaiowá com Aruak-

⁸² MACHADO, Josimara Ramires. Afinal, quem somos nós. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Duplicação perigosa. Dourados-MS, n.22, set/out. 2010, p. 10 Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/22-edicao>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

Terena ou Gurarani-Ñandeva também é visto de outra forma pelos que se dizem tradicionais” (MACHADO, 2010, p. 10), afirma o enunciador. A relação étnica da comunidade indígena sul-mato-grossense se torna complexa. Não há mais a preocupação em se definir em relação ao não-índio, e sim à nova categoria de sujeitos: os mestiços.

Pensamos que definir-se etnicamente para o indígena caracteriza-se em uma prática social na Reserva. Ela constitui uma organização política, FD's de sujeitos que partilham de uma mesma cultura, crença, língua, ideologia, entre outras características que os identifiquem a si mesmos e ao grupo, sobretudo a posição-sujeito que assumem em relação ao outro. Assim, buscam a homogeneização a partir do discurso da semelhança, da marca étnica, de um saber-poder que legitime seus discursos de forma eficiente para garantir a ordem, o controle de sua FD.

A cerca das “fronteiras (físicas e, principalmente, étnicas) que um grupo se afirma; os indivíduos farão uso de símbolos para se afirmarem perante o outro” (ESPÍNDOLA; URQUIZA; FIGUEIRA, 2009, p. 01). Quando a identidade do grupo está ameaçada pelo contato, proximidade com o “Outro”, a prática discursiva do preconceito legitima o discurso da violência na Reserva, sobretudo as relações sociais entre sujeitos de diferentes etnias se definem como não tranquilas no estado.

Isso considerando, pela prática discursiva do preconceito, no artigo, o enunciador materializa práticas discursivas de indígenas que lutam e resistem a uma nova categoria de sujeitos: os mestiços. A palavra “mestiço” é uma de muitas materialidades linguísticas veiculadas pela imensa rede discursiva que rege o discurso do preconceito. O preconceito “[...] produz entre lugares em que as identidades não podem se acomodar. Elas lutam no interior dos discursos” (GREGOLIN, 2007, p. 17) e das FD's que as constituem.

No artigo “Afiml quem somos nós?” (Figura 10), o discurso da violência se materializa por meio da prática discursiva e social do preconceito. Na reportagem “Drogas na adolescência”⁸³ (Figura 11), a prática discursiva da violência apresenta nova roupagem: ela se materializa por meio do discurso das drogas.

⁸³ PORTO, Tânia. Drogas na adolescência. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Gotas preciosas. Dourados-MS, n.23, nov./dez. 2010, p. 4. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/23-edicao>>. Acesso em: 05 jan. 2011.



Figura 16- Reportagem “Drogas na adolescência”

Tânia Porto, sujeito jornalístico, narra o drama de jovens da Reserva que querem se livrar das drogas e dos danos causados pelo seu uso, mas não conseguem. E completa que: “[...] o mais preocupante é que não só os adolescentes estão nessa situação, mas também crianças de oito, nove anos” (PORTO, 2010, p. 04). O discurso das drogas é construído no artigo como responsável pela prática social da violência.

Para legitimar o discurso das drogas na reportagem, o sujeito jornalístico faz uso de vozes - linguísticas e imagéticas - de diferentes FD’s: dos pais, dos jovens, da Escola, do Jornal *AJIndo*, posicionadas ideologicamente. Desse modo:

O discurso jornalístico se constrói numa aparente neutralidade que possibilita se enunciar e cotejar a palavra de diferentes sujeitos. O jornal se mostra comprometido com a apuração e divulgação do polêmico evento. Assim, procede a uma série de práticas discursivas no sentido de demonstrar sua eficácia em relação à verdade dos fatos. (CUNHA, 2011, p. 181).

Ao interpretarmos a cena imagética (Figura 11), atribuímos certa regularização de sentido com a materialidade linguística. A imagem carrega a representação do discurso da violência física causado pelo uso da droga. Com isso, em primeiro plano, vemos parte do corpo de um sujeito subjetivado em jovem indígena usuário de drogas pelo jornal. O sujeito, com a mão em repouso, segura um cigarro, unhas sujas, junto à seringa e a cor escura, compõem a cena que caracteriza a realidade dos jovens. O contexto de produção, a disposição

dos elementos na cena, permite-nos acionarmos sentidos que permeiam a memória e história social de que o uso de drogas se inscreve na prática social e discursiva da morte.

Para refletirmos o funcionamento do discurso das drogas com efeitos de sentido de morte do sujeito político e sócio-histórico na reportagem, mobilizamos a seguinte materialidade: “[...] não quero que minha filha vire assaltante, diz a mãe da jovem Guarani” (PORTO, 2010, p. 04). A fala do enunciador, que assume a posição-sujeito de mãe de jovem usuário de drogas, remete à prática social de seu filho – usuário de drogas – como consequência da falta de estudo. Para a mãe, o não frequentar a escola justifica, legitima à prática social de usuária de drogas de sua filha. E segue enunciando: “[...] eu penso que para minha filha sair dessa vida, ela teria que ocupar o tempo dela. Ela não está estudando porque não consegue ir todos os dias na escola, mas ela diz que vai estudar de novo o ano que vem” (PORTO, 2010, p. 04).

O fato de os jovens indígenas não frequentarem a escola e perderem a expectativa de futuro, de ser um sujeito “bem sucedido”, é atribuído ao discurso do consumo de drogas e bebidas alcoólicas na reportagem. A escola assume a relação saber-poder de que os sujeitos indígenas, usuários de drogas querem se apoderar. Contudo, dizemos que o discurso das drogas reverbera ao de morte do sujeito e o da escola ao de vida. Interpretamos no deslize da língua o deslocamento do sentido. Não apenas morte física, mas morte do sujeito social, político, histórico e cultural, étnico: não existir sob qualquer condição.

As práticas discursivas “estudar”, “assaltante”, “ocupar o tempo”, pensamos serem discursos construídos ao longo do tempo e da história constitutiva da ação ideológica do não-índio. Com isso, temos um sujeito que se posiciona como indígena – mãe de uma jovem indígena - mas enuncia o discurso do não-índio. Ou melhor, caracteriza o discurso da lógica dominante, a qual assevera que o estudo é sinônimo de um futuro de vida melhor para os jovens.

Ao considerarmos as leituras da materialidade imagética e linguística da reportagem (Figura 11), uma complementaridade de sentido entre elas, sobretudo que elas integram a rede discursiva do funcionamento do discurso da violência na Reserva de Dourados. Ao falarmos em drogas penetramos no universo discursivo materializado em diferentes práticas discursivas e sociais do indivíduo. Indivíduo que a todo tempo se subjetiva em ser ou não usuário desta ou daquela droga, assim assumindo uma determinada ideologia.

A partir da leitura da reportagem (Figura 11), observamos que o discurso da violência trabalha pelo discurso das drogas na Reserva. “Drogas” constitui a prática social da violência

física, psicológica e simbólica que sofrem os jovens, além de ser um discurso polêmico que engendra um tenso processo ideológico em sua produção.

Na sequência de nosso trajeto temático – violência - no artigo, “Triste descaso”⁸⁴ (Figura 12), o discurso da violência se apresenta por meio da prática discursiva e social do “abandono de crianças” no jornal.



Figura 17- Reportagem “Triste descaso”

O abandono de crianças caracteriza uma prática discursiva difundida pela mídia impressa, televisiva, radiofônica e eletrônica no Brasil e/ou no mundo. Como no Brasil⁸⁵ e no mundo, na Reserva indígena de Dourados ela tornou-se parte integrante das práticas discursivas dos indígenas.

O artigo, assinado pelo sujeito jornalístico Tânia Porto, relata a realidade de crianças indígenas abandonadas na Reserva. Segundo o enunciador “na Reserva indígena de Dourados [...] foram registrados 36 casos de crianças em abandono em 2010, de acordo com Kenedy de Souza, assistente social da Funai de Dourados” (PORTO, 2010, p. 08). O discurso do abandono de crianças caracteriza o funcionamento da violência física, psicológica, embora, essas sejam suas faces visíveis. O que não se diz é que elas são apenas a superfície da complexa relação de poder e resistência entre discurso da violência política – falta de terras – e institucionalizada – drogas, álcool, as quais permeiam as relações históricas, sociais e ideológicas do índio.

O locutor diz que “[...] a falta de terra, o envolvimento com drogas e álcool são alguns dos problemas que contribuem para a desestruturação familiar e podem resultar em abandono

⁸⁴ PORTO, Tania. Triste descaso. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Volta às aulas. Dourados-MS, n.24, jan./fev. 2011, p. 8. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/24-edicao>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

⁸⁵ Segundo matéria do Jornal Hoje, edição do dia 29 de maio de 2012, o “abandono de crianças corresponde a 40% das denúncias de violência. A cada seis minutos, uma denúncia de violência contra a criança chega à Secretaria Nacional de Direitos Humanos. No ano passado foram 82 mil ligações”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2012/05/abandono-de-criancas-corresponde-40-das-denuncias-de-violencia.html>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

das crianças” (PORTO, 2010, p. 08). A violência do abandono de crianças indígenas é definida como resultante das práticas sociais dos pais no artigo. O discurso da terra junto ao das drogas legitima a prática social e discursiva do abandono.

Pensamos ser necessário refletir o discurso do abandono como resultante da realidade sócio-histórica em que vivem os indígenas. Fatores que não nos remetem, a pensar que o fato de crianças serem abandonadas se deve somente à não estruturação familiar, e sim é consequência de diferentes práticas discursivas do funcionamento da violência na Reserva. A prática da violência deriva do processo discursivo e da ação ideológica em que é produzida.

Como no discurso da violência, materializado pela prática discursiva do abandono na reportagem “Triste descaso”⁸⁶ (Figura 12), legitimado acerca de práticas discursiva da terra e das drogas, no artigo “Caneta e diálogo” (Figura 13), é construído o discurso da resistência às práticas discursivas da violência na Reserva. No artigo a prática discursiva se materializa pelo discurso da diferença.



Figura 18- Artigo “Caneta e diálogo”

“Caneta e diálogo” (Figura 13), de autoria do sujeito jornalístico Nilcimar Morales, caracteriza o discurso de resistência contra a prática social e discursiva do discurso da diferença: a violência funcionando pela diferença na Reserva. No artigo o locutor narra que hoje os indígenas usam a “caneta” e o “diálogo” como armas para combater a violência

⁸⁶ MORALES, Nilcimar. Caneta e dialogo. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Homenagem ao dia do índio. Dourados-MS, n. 25 mar./abr. 2011, p. 4. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/25-edicao>>. Acesso em: 03 maio 2011.

simbólica da diferença. Não mais uma batalha com arcos e flechas para conquistar um espaço geográfico, e sim um espaço social.

A mobilidade de sentido da palavra “espaço”, no sentido geográfico, para o de espaço simbólico, o qual designa um lugar onde sujeitos assumem uma identidade, ou melhor, uma posição sujeito que legitime suas práticas discursivas e sociais, é definido pela AD como deslizamento do sentido. O sentido da palavra espaço se resignifica. Isso só é possível porque o contexto sócio-histórico e ideológico, em que ela era produzida, mudou. Nesse caso, o espaço social, produz o sentido de um espaço social legitimador do discurso do índio em relação ao do não-índio. Podemos concluir esta questão, a partir do que diz o enunciador indígena: “[...] nós, índios, temos a capacidade de ser médicos, astronautas, ou outro profissional qualquer. [...] Temos hoje vários indígenas intelectuais no Brasil para ajudar a romper as injustiças” (MORALES, 2011, p. 04).

Por meio da materialidade interpretamos, pela não transparência da linguagem, um enunciador indígena que “pensa” ser dono de seu discurso, no entanto, ele nada mais é que resultado da ação ideológica da sociedade dita nacional. Concluimos que a prática discursiva do conhecimento é produto da dita sociedade nacional, que por sua vez, não é a indígena. A prática discursiva do conhecimento caracteriza a prática social, histórica e política do não-índio.

Para refletirmos melhor o discurso da violência no artigo, analisamos a cena imagética, a qual pretende estabilizar o sentido pretendido sobre a realidade discursivizada. Num primeiro contato com a materialidade imagética (Figura 13), vemos que a mão, que segura uma caneta em posição de escrita e, ao lado, o desenho de dois bonecos de cores diferentes, sendo dispostos um ao lado do outro, sorrindo e de braços abertos, remete-nos a interpretação de que o boneco de cor clara representa o sujeito não-índio e, o de cor escura, o indígena. A disposição dos elementos na cena permite-nos construir sentidos outros. Não apenas o que a imagem diz – a mão de um sujeito que escreve e a representação de sujeitos, por meio do desenho de dois bonecos, que conversam felizes, e sim o que ela não diz. A relação complexa entre índio e não-índio no estado, a qual pela prática social e discursiva do conhecimento a injustiça chegará ao fim.

O discurso do conhecimento possibilita ao índio lutar e resistir às práticas sociais e discursivas da violência na Reseva. Desse modo, resistir à violência – discurso do diálogo em vez do discurso da desavença – e a luta por um espaço social – se materializam, no artigo, por meio do discurso do conhecimento e a ação ideológica que o constitui. O conhecimento “[...] sempre foi um instrumento privilegiado de dominação e isso é facilmente explicável por ser

um processo longo, contínuo [...]. Contudo, não deve ser tido como único instrumento de dominação [...]” (ODALIA, 2006, p. 55), e sim “um” de diferentes práticas sociais e discursivas do homem histórico. Assim, a prática discursiva do conhecimento, a partir das ações ideológicas que as constituem, representa, para os indígenas, a definir-se em relação ao outro. Ela punçiona o indivíduo a subjetivar-se em sujeito social, histórico e político que luta pelo fim da injustiça da violência social em que vive.

O funcionamento do discurso da violência social irrompe, novamente, por meio do discurso da fome no artigo “Crianças em estado de emergência”⁸⁷ (Figura 14), assinado pelo sujeito jornalístico Tânia Porto.



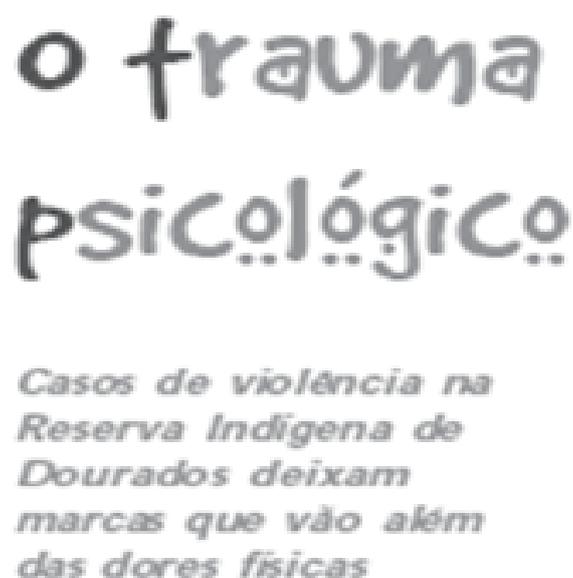
Figura 19- Artigo “Crianças em estado de emergência”

O locutor expõe a realidade de crianças indígenas que sofrem com a desestruturação familiar e saem da Reserva para pedir comida. Pelo e no discurso da fome ele se posiciona na FD do jornal *AJIndo* e diz: “são o retrato do descaso do poder público com essa população da segunda maior cidade do Estado” (PORTO, 2011, p. 03). A partir disso, percebemos um discurso de resistência que deseja desestabilizar o pronto, o acabado, para agir sobre o outro, mesmo que para isso tenha que subjetivar-se à prática discursiva do não-índio. Em síntese, o locutor atribui responsabilidade ao “poder público” e à “desestruturação familiar” enquanto geradores da fome. Contudo, pelo discurso da fome é construída a relação de poder e resistência entre o índio e sociedade “nacional”.

O discurso da fome, no artigo, registra uma das várias práticas da violência na Reserva. Violência física e psicológica, causando sequelas naqueles que a sofreram. No artigo

⁸⁷ PORTO, Tânia. Crianças em estado de emergência. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Lixo, um problema ainda sem solução. Dourados-MS, n.26, maio/jun. 2011, p. 3. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/26-edicao>>. Acesso em: 07 jul. 2011.

“O trauma psicológico”⁸⁸ (Figura 15), de autoria do sujeito jornalístico Jaqueline Gonçalves, o discurso da violência se materializa pela palavra “assassinato”. O locutor diz: “[...] mais da metade dos índios assassinados em 2010 eram de Mato Grosso do Sul. De 60 casos registrados, 34 ocorreram em MS. A Reserva Indígena de Dourados concentra a maior parte deles (10) [...]” (GONÇALVES, 2011, p. 08).



**O trauma
psicológico**

*Casos de violência na
Reserva Indígena de
Dourados deixam
marcas que vão além
das dores físicas*

Figura 20- Artigo “O trauma psicológico”

Novamente, lemos o funcionamento do discurso da violência – física e psicológica – no jornal enquanto manifestação da resignação do indígena em relação ao contexto sócio-histórico e ideológico em que vive.

Naturalizado pela ideologia, o discurso da violência, materializado pelo discurso do assassinato (Figura 15), significa no jornal por retomadas, pré-construídos, interdiscursos, um já dito em outro lugar que faz parte do processo da prática discursiva da violência no jornal.

Portanto, para encerrarmos nosso exercício de análise, interpretamos que há diferentes práticas discursivas que tratam da violência nos meios de comunicação, eletrônico, radiofônico, televisivo e impresso se fazem lugares de grande circulação de sentidos dessas

⁸⁸ GONÇALVES, Jaqueline. O trauma psicológico. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Operação Tekoha. Dourados-MS, n.27, ago./set. 2011, p. 8.* Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/27-edicao>>. Acesso em: 02 out. 2011.

práticas de que a palavra violência ressoa. Desta feita, as problematizações feitas por meio da materialidade da linguagem (Figuras 01 a 15) servem para pensarmos a multiplicidade de sentidos possíveis que podemos relacionar à violência discursivizada no jornal *AJIndo*: relacionar as várias faces do discurso da/sobre a violência em nosso trabalho em que o discurso se faz enquanto prática social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adentrarmos a “ordem do discurso” de nossa pesquisa e colocamos em prática nosso projeto, sabíamos que havia apenas um caminho a ser percorrido, isto é, caminho com método de elaboração pré-determinado, ordenado em começo, meio e fim, autorizando-nos determinada construção de sentidos e não outra pela FD de que fazemos parte, sobretudo porque pensamos que em toda pesquisa subjaz uma intencionalidade do pesquisador. Mas, lidar com o discurso e tê-lo enquanto objeto de pesquisa, traz naturalmente tais dificuldades, para não dizermos impasses.

Com efeito, refletimos sobre o discurso como prática social resultante das práticas discursivas, históricas, sociais, políticas e ideológicas do homem, sobretudo que a produção de sentidos se faz por meio dessas práticas. Eis a justificativa em problematizarmos nosso objeto de estudo e concebê-lo como algo em construção, inacabado.

Contudo, ao passo que concebemos o discurso como algo necessário, indispensável para o indivíduo definir-se sujeito social, étnico, histórico, assumimos, ao longo do trabalho, a posição de “problematizar” e não “analisar” nosso objeto de estudo, no sentido de não obtermos uma resposta e sim interpretarmos diferentes sentidos que irrompiam por meio de práticas sociais e discursivas de nosso objeto: discursos de indígenas materializados no jornal *AJIndo*.

Enquanto finalidade de trabalho, isso considerando, por meio dos estudos teóricos da Análise de Discurso Francesa, da arqueogenealogia de Michel Foucault e reflexões nos estudos pós-coloniais de Boaventura de Sousa Santos, nossa proposta de trabalho foi investigar quais eram as práticas discursivas de indígenas de Dourados, Mato Grosso do Sul, buscando compreender as relações de poder e resistência que determinam o que é dito no jornal *AJIndo*, em específico, por meio do enunciado a violência.

Mesmo com um objeto – o discurso da violência, prática social e discursiva de indígenas, em plena construção-desconstrução, afetado pelo equívoco, história e memória, isto é, enunciado que irrompe em meio ao complexo processo discursivo, pensamos a construção e interpretação de nossos dados enquanto proveitosos e reflexivos, do ponto de vista discursivo. O aparato teórico e metodológico de nossa pesquisa possibilitou-nos construirmos um *corpus* rico, inserindo-nos, a todo momento, no processo de construção do efeito de sentido.

Para ilustrarmos nossa prática discursiva, isto é, discursivisarmos reflexões alcançadas ao longo do trabalho, servimo-nos do poema, interpretado no capítulo 03, “Sobre a Violência” de Bertolt Brecht (2003, p. 94):

"Sobre A Violência"

*A corrente impetuosa é chamada de violenta
Mas o leito do rio que a contem
Ninguém chama de violento.
A tempestade que faz dobrar as betulas
É tida como violenta
E a tempestade que faz dobrar
Os dorsos dos operários na rua?"*

Como no poema, partimos da temática “violência”, sobretudo, o discurso da violência para construirmos e desconstruirmos a corrente impetuosa, de uma cadeia infinita, de constituição e produção de efeitos de sentidos, ressoantes de práticas sociais, históricas, ideológicas e discursivas materializadas no jornal *AJIndo*.

Ao percorrermos o contexto de produção - social, histórico, ideológico - do discurso da violência, construído pelo jornal *AJIndo*, jornal de circulação local, mensal, impresso e eletrônico, veículo de informação das práticas sociais e discursivas de sujeitos indígenas da Reserva de Dourados, MS, uma das reflexões que fizemos foi posicionar o jornal frente às demais práticas discursivas da imprensa Nacional. A “grande mídia”, enquanto “[...] mecanismo ideológico, funciona de modo a saciar a fome dos que pretendem a transparência dos sentidos unívocos e do discurso ilusoriamente sem sujeito [...]” (SILVA; RAMÃO, 2009, p. 118).

O jornal *AJIndo* constitui parte irrisória em relação à grande mídia Nacional – radiofônica, televisiva, eletrônica, impressa – por validar institucionalmente uma prática discursiva estranha à da “grande mídia”. Interpretamos, ao longo de nossas reflexões, que ele legitima práticas sociais de sujeitos até então pertencentes ao outro lado da linha, que lutam e resistem à prática discursiva da dita sociedade “nacional” – não-índia e legitima o dia-a-dia do índio, discursivizado no jornal, acerca de temas caros à sua cultura.

À medida que percorríamos as edições do jornal (16ª a 27ª), materialidade analisada, foi possível deflagrarmos, por meio da história e da memória, a corrente impetuosa dos diversos sentidos possíveis acerca do discurso da violência.

Ao nos deslocarmos rumo ao trajeto de constituição e produção de efeito de sentido do discurso da violência em nosso trabalho de dissertação, lemos diferentes formas de

apresentação de práticas discursivas que dela ressoam: medo, agressão física, fome, falta de professores e materiais escolares, drogas, álcool, abandono de crianças, desestrutura familiar, preconceito. São discursos que derivam de práticas sociais da violência materializadas no jornal.

O jornal, como um leito de rio, nada tem de impetuoso. Ele caracteriza-se suporte material onde cristalizam, naturalizam e circulam discursos construídos enquanto “verdades” para o público leitor, neste caso a sociedade douradense. Conquanto, as práticas discursivas que nele materializam-se são impetuosas, são “poder e resistência” de que indivíduos, interpelados ideologicamente em sujeitos discursivos, querem se apoderar.

O discurso da violência, ao longo de nossas problematizações, assumiu diferentes materialidades, linguísticas e imagéticas, e, a cada materialidade interpretada, foi possível constatar posições-sujeito discursiva diversos: sujeito índio e não-índio. Desse modo, o discurso da violência funda-se em práticas sociais e discursivas da lógica dominante. Discursos predominantemente do não-índio naturalizados pelo efeito da ideologia na materialidade jornalística. Concluímos que o discurso, materializado no jornal, caracteriza o poder e resistência do sujeito indígena em relação ao outro.

Aproximamo-nos desta reflexão, a partir de construções e (re)construção do funcionamento do discurso da violência acerca das regras de constituição de sua FD, indígena, e de como ela se relaciona com outras FD's, do não-índio, para compreendermos seu funcionamento. Muitas vezes, tal funcionamento nos deixou vulneráveis à violenta tempestade discursiva que encontramos ao longo da história e da memória de nosso objeto – o discurso da violência – conduzindo-nos a pensar que o sentido estava ali, sempre esteve. Mas o que realmente estava ali era o oculto, o não nominado, o invisível, a tempestade tida como não violenta, dobrando o dorso dos operários na rua.

Conceber o discurso enquanto objeto a ser analisado, nada mais é que expô-lo às condições sociais, históricas, culturais, políticas em que foi produzido. É romper, ou tentar romper a blindagem da linguagem, tornar possível a imersão no não dito.

Por fim, considerando o exposto, não pretendemos, com estas considerações, esgotar nossas interpretações e encerrarmos nosso trabalho, e sim propor reflexões passíveis de se tornarem objeto de estudos futuro. Somos conscientes, ou pensamos ser, de que a reflexão, por nós proposta neste trabalho, caracteriza-se como uma forma de muitas possíveis de interpretação do objeto de estudo – discursos materializados no jornal *AJIndo*, por meio do trajeto temático do discurso da violência. Afinal, não podemos esquecer do que disse Pêcheux (2008): “o discurso é efeito de sentido entre interlocutores” em uma cadeia infinita.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Grall, 1985.

ALVIN, Davis M. *Pensamento indomado: História, poder e resistência em Michel Foucault e Gilles Deleuze*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010, p. 193-207. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2530/2026>. Acesso em: 10 dez. 2011.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. *O invisível da responsabilidade social na estrutura polêmica do discurso*. 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/MariaVirginiaBorgesAmaral.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2011.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: São Paulo, 2004.

AYLWIN, José. *Os direitos dos povos indígenas em mato grosso do Sul: Confinamento e tutela no século XXI*. Tradução de Maria Regina Toledo Sader. São Paulo: IWGIA, 2009.

BACCHI, Machado. *A ideologia de Marx e o discurso de Foucault: convergências e distanciamentos*. Revista de Sociologias no. n. 23. Porto Alegre. Jan./Abr. 2010.

BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 45-62.

_____. *Efeito de sentido de pertencimento à análise de discurso*. 2005. Disponível em:

<<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/sentido/Roberto.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

BHABHA, Homi.K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1998.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956*. Tradução de Paulo Cesar Souza. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003. Disponível em: <<http://bbrechtpoesiateatroevinda.blogspot.com.br>>. Acesso em 22 mar. 2013.

CASTRO, Edgardo. *El vocabulario de Michel Foucault*. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/11414155/Castro-Edgardo-El-Vocabulario-de-Mfoucault>>. Acesso em: 01 maio 2011.

CHAMORRO, Graciela. *Língua, Identidade e Universidade: pistas para uma experiência intercultural a partir do conceito guarani da palavra*. In: *Tellus*, v. 7, p. 37-40, Campo Grande: UCDB, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do masculino e do feminino. In: *Gênero e cultura. Questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. *Curso Michel Foucault*. Dourados, MS: 2011.

CUNHA, Marcos André Dantas da. *Tão Longe, Tão Perto: a identidade paranaense construída no discurso da mídia do Sudoeste brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação de Letras Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Araraquara, 2011. 332 p.

DORNE, Vinícius Durval. *Práticas discursivas midiáticas na/sobre a identidade do jornalista sem diploma*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado. Maringá, PR, 2011. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/def_vinicius.htm>. Acesso em: 15 maio 2012.

ERIBON, Didier. *Foucault. Uma Biografia*. SP: Cia das Letras, 1990.

ESPÍNDOLA, Michely Aline; URQUIZA, Antonio Hilário Aguilera; FIGUEIRA, Jorge Dórico Lemes. *Quem são os índios? Um estudo sobre afirmação identitária e Processo de territorialização*. III Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes locais, educação e autonomia. Campo Grande: Programa Rede dos Saberes (UCDB, UFMS, UEMS e UFGD), 2009, p. 90.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UNB, 2001.

FANON, Frantz. *Pele negra máscara branca*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda (Orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Paulo: Claraluz, 2007.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *A arqueologia do saber*. 9. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa. *Constituição de identidade indígena na/pela lei 6.001: sujeito, história e poder, apresentado em forma de comunicação oral no II Encontro Nacional do GELCO*, 2003, Goiânia-GO. In: *Anais do II Encontro Nacional do GELCO*. Goiânia-GO: Editora da UFG, 2003.

_____. *De como a raposa encontra a serra do sol: discurso, memória e identidade*. Araraquara, 2007. 325 p. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/cp030081.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2012.

_____. *A língua portuguesa em contexto de fronteiras: reflexões discursivas e pós-coloniais*. 2009. Material resultado de trabalho/apresentação. Disponível em: <www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slg13/03.pdf>. Acesso em: 29 maio 2012.

_____. *Do silenciamento de línguas: algumas reflexões discursivas sobre a lei 6.001*. In: *Cadernos do CNLF*, v. XIV, n. 2, t. 1. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiv_cnlftomo_1/925-940.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2011.

GONÇALVES, Jaqueline. Depois da agressão... *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Fotografar para crescer. Dourados-MS, n.18, nov/dez. 2009, p. 03. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/18-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. O trauma psicológico. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Operação Tekoha. Dourados-MS, n.27, ago./set. 2011, p. 8. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/27-edicao>>. Acesso em: 02 out. 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. *A análise do discurso: conceitos e aplicações*. Departamento de Linguística. Faculdade de Ciências e Letras-UNESP. Araraquara, SP: Alfa, 1995, p. 13-21. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/3967/3642>>. Acesso em: 15 maio 2012.

_____; BARONAS, Roberto (orgs.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 3. ed. São Carlos, SP: Editora Clara Luz, 2007.

_____. *Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades*. Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo: vol.4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007b.

GUILHAUMOU, Jacques. *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montenegro. São Carlos, SP: Pedro & João editores, 2009.

_____; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. Tradução de Suzi Lagazzi e José Horta Nunes. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos*

de leitura: da história no discurso. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

HENRY, Paul. *Constructions relatives et articulations discursives*. *Langages*, Paris, número 37, p. 81-98, 1975. In: POSSENTI, Sírio. *Notas sobre o linguístico e o sentido*. Anais do 6º Encontro Celsul - Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Disponível em: <www.celsul.org.br/Encontros/06/Mesas%20Redondas/02.pdf>. Acesso em: 30 maio 2012.

_____. Aos fundamentos teóricos da análise automática do discurso. Tradução de Lourenço C. Filho e Manoel Gonçalves. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2010, p. 11-58.

HONÓRIO, Ceci-Maria Aparecida. Dos sujeitos incluídos na(s) sociedade(s): reflexões sobre o espaço multissocial brasileiro. In: NAVARRO, Pedro (Org.). *O discurso: nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2008.

IANNI, O. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Presidenta da República Dilma Rousseff e Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão. Miriam Belchior (Orgs.). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2012.

INDURSKY, Freda. A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda (Orgs.). *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Paulo: Claraluz, 2007.

_____. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (Orgs.). *Memória e História Na/Da Análise do Discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2011, p. 67-89.

JORNAL HOJE. *Abandono de crianças corresponde a 40% das denúncias de violência*. Glória Venique. São Paulo. 25 de maio 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2012/05/abandono-de-criancas-corresponde-40-das-denuncias-de-violencia.html>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

JORNAL NACIONAL. *Brasil tem população de quase 900 mil índios, aponta IBGE*. Central Globo de Comunicações, Edição do dia 10/08/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/08/brasil-tem-populacao-de-quase-900-mil-indios-aponta-ibge.html>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *A palavra etnia: nomear o outro origem e funcionamento do termo etnia no universo discursivo francês*. Université Paris 12. Val-de-Marne Céditec, EA 3119. 2011. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao22/artigo1.html>. Acesso em: 30 abr. 2012.

LACERDA, Léia Teixeira; SILVA, Giovanni José da. *Educação, Cultura e Tradição: Contribuições Teóricas ao Debate Sobre Educação Escolar Indígena em Mato Grosso Do Sul, Brasil*. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional: fronteiras étnico-culturais e

fronteiras da exclusão. Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI. UCDB: Campo Grande, MS, 2006. Disponível em: <<http://www.neppi.org/eventos.php>> . Acesso em: 22 de mar. 2013.

MACHADO, Josimara Ramires. Afinal, quem somos nós. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Duplicação perigosa. Dourados-MS, n.22, set/out. 2010, p. 10 Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/22-edicao>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Solange Maria Ledda Gallo e Maria da Glória vieira de Moraes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni Orlandi Puccinelli. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____; NORMAND, Claudine; ROBIN, Régine. Discurso e ideologia: base para uma pesquisa. Tradução de Bethania S. C. Mariani. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2010, p. 61-97.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: introdução*. Coleção Ridendo Castigat Mores, 2007. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/aideologiaalema.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábula, 2007.

MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 503-540.

MORAES, Kenedy. Terra é vida?. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Dossiê especial. Dourados-MS, n.19, jan/fev. 2010. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/19-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

MORALES, Nilcimar. O que será do futuro. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Fotografar para crescer. Dourados-MS, n.18, nov/dez. 2009, p. 02. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/18-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

MOTA, Sara dos Santos. *As Línguas de fronteira sob a perspectiva do enunciador fronteiriço*. Disponível em: < www.ufsm.br/corpus/txts_profes/TXTS_SENALE/sara_mota.pdf>. Acesso em: 30 maio 2012.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: UNB, 2002.

NAVARRO-BARBOSA, P. *Navegar foi preciso? O discurso do jornalismo impresso sobre 500 anos do Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação de Letras Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Araraquara, 2004.

NAVARRO, Pedro. *Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentos e discursos líquidos*. In: NAVARRO, Pedro (Org.). *O discurso: nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra*. Tradução de José Mendes de Souza, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/zara.pdf> Acesso em: 21 out. 2011.

ODALIA, Nilo. *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros Passos: 85.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. *Michel Pêcheux e a análise do discurso*. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas: Labeurb, IEL, mai. 2005. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/seer/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/4/3>. Acesso em: 10 out. 2011.

PÊCHEUX, Michel. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. Traduzido por José Horta Nunes. In. *Cadernos de Estudos Linguísticos* n. 19. Campinas/SP: IEL/UNICAMP, p. 7-24 jul.-dez., 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. *Semântica e Discurso*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.

_____. *Papel da memória*. In: ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 3. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. *Análise do discurso três épocas (1983)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pechêux*. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2010. cap. VII, p. 307-315.

_____; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva (1975). Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2010. cap. IV, p. 159-249.

_____. Especificidade de uma disciplina de interpretação. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

PORTO, Tânia. A violência nas escolas. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Futebol para quem precisa. Dourados-MS, n.17, set/out. 2009. p. 09. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/17-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. Crianças em estado de emergência. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Lixo, um problema ainda sem solução. Dourados-MS, n.26, maio/jun. 2011, p. 3. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/26-edicao>>. Acesso em: 07 jul. 2011.

_____; ESPINDOLA, Rosivânia. Ou não tem computador ou não tem professor. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Abril: mês do índio. Dourados-MS, n.20, mar/abr. 2010, p.03. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/20-edicao>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

POSSENTI, Sírio. *Observações sobre interdiscurso*. Revista Letras, Curitiba, n. 61, especial. Editora UFPR Universidade Estadual de Campinas. 2003. p. 253-269. Disponível em: <ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/download/2890/2372>. Acesso em: 01 jun. 2012.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Milton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Berta. *O índio na história do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Global, 2009.

ROCHA, Antonio Olinto da. *Minidicionário Antonio Olinto da Língua Portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Afrontamento, 2003. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2011.

_____. *Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de Setembro de 2004. Disponível em:

< http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2012.

_____. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-94.

_____. Para além do pensamento abissal. In. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2007. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF>. Acesso em: 15 fev. 2011.

SILVA, Francisco Paulo da. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In:

SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2004.

SILVA, Renata. *Linguagem e ideologia: embates teóricos*. Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 9, número 1, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0901/07.htm>>. Acesso em: 05 maio 2012.

SILVA, Jonathan Raphael Bertassi da.; RAMÃO, Maria Sousa. *Análise discursiva das legendas e fotografias do jornal Brasil de fato*. Significação, n 31. 2009, 111-127.

VOSS, Jefferson. *O conceito de formação discursiva de Foucault e o tratamento de objetos da mídia: sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado. Maringá, PR, 2011. Disponível em: < http://www.ple.uem.br/defesas/def_jefferson_voss.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

REFERÊNCIAS⁸⁹

ACHARD, Pierre *et. al.* *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *As interfaces da Análise do Discurso no quadro das Ciências Humanas* (Projeto de Pesquisa). 2010. Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/impresao.php?id_article=3 . Acesso em: 8 fev. 2011.

JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Segurança é preciso*. Dourados-MS, n.16, maio/jun. 2009. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/16-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Futebol para quem precisa*. Dourados-MS, n.17, set/out. 2009. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/17-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Fotografar para crescer*. Dourados-MS, n.18, nov/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/18-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Dossiê especial*. Dourados-MS, n.19, jan/fev. 2010. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/19-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Abril: mês do índio*. Dourados-MS, n.20, mar/abr. 2010. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/20-edicao>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Violência contra as mulheres*. Dourados-MS, n.21, maio/jun. 2010. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/21-edicao>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Duplicação perigosa*. Dourados-MS, n.22, set/out. 2010. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/22-edicao>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Gotas preciosas*. Dourados-MS, n.23, nov./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/23-edicao>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Volta às aulas*. Dourados-MS, n.24, jan./fev. 2011. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/24-edicao>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

⁸⁹ Títulos utilizados, mas não citados no corpo do trabalho.

JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Homenagem ao dia do índio. Dourados-MS, n.25 mar./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/25-edicao>>. Acesso em: 03 maio 2011.

JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Lixo, um problema ainda sem solução. Dourados-MS, n.26, maio/jun. 2011. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/26-edicao>>. Acesso em: 07 jul. 2011.

JORNAL AJINDO: *Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Operação Tekoha. Dourados-MS, n.27, ago./set. 2011. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/27-edicao>>. Acesso em: 02 out. 2011.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 39-62.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. *Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault*. Centro de Ciências Humanas – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Estudos Linguísticos XXXV. São Carlos, SP: p. 181-190, 2006. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/vmos.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

ANEXOS

ANEXO 01 – Notícia “Sobre a violência”

 **AJIndo** Ação de Jovens Indígenas de Dourados

Sobre a Violência

Rosivânia Espíndola

A violência existe muito aqui na aldeia. Precisa de segurança aqui na aldeia. Muitos jovens saem pela noite, assaltam na estrada à noite. Os jovens não querem saber sobre a família, só pensam em sair à noite, brigam muito na estrada. Até as pessoas que estudam à noite têm já medo. Às vezes, os jovens não querem saber de conversa dos pais e até das mães. Talvez o filho sai escondido à noite dos pais. Quando chega sábado, já estão na estrada, se juntam. É o que eles vão fazer à noite. Alguns jovens não querem estudar, só querem sair à noite. Talvez até o pai mesmo briga com o filho e ele depois já sai à noite e começa fazer coisa errada. Talvez de tão bravo vai se enforcar por causa de briga com os pais. Por isso que acontece muito suicídio na aldeia e é assim que os jovens vivem aqui na aldeia.



Fonte: ESPÍNDOLA, Rosivânia. Sobre a violência. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Segurança é preciso.* Dourados-MS, n.16, maio/jun. 2009. p. 10. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/16-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

ANEXO 02 – Reportagem “Falta de cuidado”

06 AJIndo Ação de Jovens Indígenas de Dourados

Falta de cuidado

Representantes de escolas da Reserva procuram a reportagem do Jornal AJIndo para denunciar falta de estrutura



Nilcimar Morales

A Escola Municipal Indígena *Lacui Roque Isnard*, localizada na Aldeia Bororó, na Reserva Indígena de Dourados, não vem sendo atendida pela Secretaria de Educação de Dourados, de acordo com o coordenador Izaque de Souza. Ele conta que fez pedido para a Secretaria reformar o campo de fu-

tebol e nada foi feito. O campo está coberto de mato, então as aulas de educação física têm de ser feitas em um gramado improvisado, atrás da escola.

Aproximadamente 80 alunos estão matriculados na *Escola Lacui* e eles reclamam por não ter um bom campo para jogar futebol. As crianças também não têm bola para a educação física e precisam improvisar a bola

Procurada pela reportagem do Jornal AJIndo, Marlene Vasconcelos, secretária de Educação de Dourados, disse que as melhoras para o campo da Escola Lacui estavam sendo providenciadas, mas, até o fechamento dessa edição, representantes da escola informaram que o conserto no campo de futebol foi feito pela Prefeitura de Itaporã, que estava fazendo reparos na estrada e acabou limpando o campo por cortesia.

Marlene Vasconcelos informou também que todas as escolas municipais receberam kits esportivos no começo do ano, com bolas, redes e outros equipamentos para esporte. A informação foi confirmada pelo coordenador da *Escola Lacui*, mas o kit não foi suficiente.

ESCOLA RAMÃO MARTINS

Outra reclamação veio da Escola Ramão Martins, na Aldeia Jaguapiru, que tem 310 alunos matriculados. A escola começou a funcionar este ano e tem uma sala preparada para receber computadores, mas os equipamentos nunca chegaram.

De acordo com a secretária de educação de Dourados, os computadores serão entregues ainda este ano. A demo-stra se deve aos processos burocráticos de licitação, segundo Marlene.



Fonte: MORALES, Nilcimar. Falta de cuidado. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Futebol para quem precisa. Dourados-MS, n.17, set/out. 2009. p. 06. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/17-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

ANEXO 03: Artigo “A violência nas escolas”



Problemas entre alunos se originam fora das escolas, mas são levados para dentro delas

A Violência nas escolas

Tânia Porto

Os problemas de violência envolvendo jovens no Brasil são bastante conhecidos e noticiados. Na Reserva Indígena de Dourados não é diferente e até mesmo nas escolas há brigas entre jovens. Em agosto deste ano, um caso chamou a atenção da comunidade: uma índia de 14 anos esfaqueou outra em frente à escola Tengatui Marangatu, localizada na Aldeia Juguapitu, em Dourados.

Elias Moreira, coordenador da escola Tengatui, relaciona o problema da violência a questões familiares. “Muitas vezes os problemas são familiares e nós não conseguimos controlar. De algum modo, transmitimos conhecimento para a comunidade, mas muitos pais confundem educação escolar com educação familiar. As famílias não compreendem que a violência começa dentro de casa”, alerta.

Uma das possibilidades para diminuir essa violência é o diálogo. Muitas vezes, os pais não dão carinho para os filhos, não conversam para saber o que eles estão sentindo, o que eles têm. Os pais também têm que ouvir os filhos.

“O que nós fazemos com os alunos

violentos? Conversamos e perguntamos por que ele está agindo daquela maneira. Muitas vezes temos que administrar e se for preciso chamamos os pais. As brigas são raras. Este ano ocorreu apenas um caso de briga bem pesado, que teve origem fora da escola, mas os alunos acabaram trazendo para dentro da escola”, conta Elias.

Segundo o coordenador da Escola Tengatui, quando ficam sabendo de problemas relacionados a violência, tentam fazer o mapa para localizar suas casas, conhecer suas famílias. “Agora, as pessoas que não estudam na escola não são autorizadas a entrar. Deixamos a porta fechada para evitar brigas. Se aparece alguma criança ou jovem que não estuda ali, conversamos educadamente e explicamos que se não for fazer atividades tem que se retirar”, reforça Elias.

O LADO DELES

A reportagem do Jornal AJIndo entrevistou sete alunos da Reserva com idade entre 15 e 17 anos. Eles pediram para não ser identificados. Na visão deles, as pessoas praticam violência por falta de educação. “Eles já são bem grandinhos pra saber o que estão fazendo, já sabem o que é bom e o que é

ruim. Têm que ter um pouco de vergonha”, defendeu um aluno.

Outro aluno afirma não ser violento por não ter motivo para ficar brigando na escola. “Eu venho na escola pra estudar, não pra brigar. Eu acho um absurdo brigar na escola. Deviam se juntar e praticar alguma atividade”, sugere. “Eu só reajo se eu vejo que aquela pessoa veio para me matar. Mas para que ficar brigando se tem várias coisas de bom pra fazer?”, indaga.

Há quem diga, ainda, que foge de briga e não se importa para o que vão dizer. “Quando uma pessoa vai brigar comigo, eu como ou vou embora, não importa o que eles vão falar depois. Eu penso no meu futuro, em terminar o meu estudo e fazer faculdade, ter minha profissão para não depender de ninguém depois. Eu gostaria de ser enfermeira, e gostaria que tivesse na escola uma quadra de vôlei de areia, um campo de futebol, uma escola com bastante atividade, um professor de basquete, um professor de capoeira um professor de dança”, revela um jovem.

Essas são as palavras dos alunos. No meio de tanta violência, existe ainda uma possibilidade de diminuí-la dentro da escola: através de atividades.

ANEXO 04: Notícia “O que será do futuro?”

02 **AJIndo** Ação de Jovens Indígenas de Dourados

o que será do futuro?



Uma das grandes preocupações da comunidade é como será o futuro na Reserva Indígena de Dourados

Nilcimar Moraes

Muitos dizem que o futuro da Reserva de Dourados é se tornar uma grande favela do crime. Com a população chegando a 15 mil pessoas em um espaço de 3,5 mil hectares e a criminalidade que vem ocorrendo nas aldeias Jaguapiru e Bororó, em sua maioria entre os jovens, acaba-se chegando a esse tipo de conclusão.

Uma questão problemática é o ponto de vista de antropólogos que trabalham com a Reserva Indígena de Dourados de que a situação vivida pelas comunidades é em decorrência da falta de Terra.

No entanto, o problema não é só a falta de terra, mas também a dificuldade em se reconhecer a nova categoria entre os povos indígenas: os JOVENS. Não havia entre os índios a classificação de jovens, porque nos modos tradicionais meninos e meninas se casavam muito cedo e de crianças já viravam adultos.

Então, é um atraso muito grande para Reserva Indígena de Dourados que antropólogos queiram continuar falando de teorias dos anos 50 para aplicar em nosso meio hoje em dia. Ainda dizem que estamos perdendo a nossa cultura. Nós não a perdemos, ela se transforma a cada dia.

Mas o Governo Federal e a própria Funai [Fundação Nacional do Índio] continuam se baseando nessas ideias que os Antropólogos descreveram há 60 atrás. As coisas mudaram. O mundo moderno, as necessidades econômicas, a tecnologia provocaram grandes mudanças nas comunidades indígenas.

O Estado continua omissa perante a Reserva Indígena de Dourados. E se essa situação persistir, há mesmo grandes chances de que a Reserva se torne uma favela do crime.

Jornal AJIndo
Ação de Jovens Indígenas de Dourados

www.ajindo.blogspot.com / e-mail: ajindorad@yaho.com.br

O Jornal AJIndo é uma publicação da Ação Jovens Indígenas, da Reserva Indígena de Dourados, produto da Oficina de Jornalismo sob a orientação da jornalista Natália Costa.

Tiragem:
1.000 exemplares

Editoração e
Produção Gráfica:
Jackson Yamasaki - 9677.3682

Fotolia e Impressão:
Editora Feijal Ltda
Fernandópolis - SP

EXPEDIENTE

USO DA INFORMAÇÃO: O conteúdo do Jornal AJIndo pode ser livremente utilizado e reproduzido em qualquer meio de comunicação impressa, eletrônico, televisivo e eletrônico, desde que acompanhado dos créditos gerais e da assinatura dos responsáveis pelas matérias reproduzidas.

Fonte: MORALES, Nilcimar. O que será do futuro. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Fotografar para crescer. Dourados-MS, n.18, nov/dez. 2009, p. 02. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/18-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

ANEXO 05: Reportagem “Depois da agressão...”

Ação de Jovens Indígenas de Dourados **AJIndo 03**

Depois da agressão

*Sequelas da violência que o indígena vai carregar para sempre*Jaqueline Gonçalves

A violência presente todos os dias nas aldeias Bororó e Jaguapiru, que compõem a Reserva Indígena de Dourados, tem deixado muitas marcas para sempre na vida de inocentes. A violência cresce cada vez mais e não há uma ação para amenizá-la.

O Jornal Ajindo fez entrevistas exclusivas com indígenas que já sofreram atos de violência na própria casa e nas estradas da aldeia e hoje estão dependendo de familiares para viver.

“A grande maioria dos que sofreram tentativas de homicídio hoje está inválida”, diz Tibúrcio Oliveira Fernandes, liderança na aldeia Bororó, onde tem feito rondas com mais 15 pessoas por conta própria e sem muito apoio dos órgãos governamentais.

O indígena Guarani conta ainda que só no mês de outubro de 2009 aconteceram 12 tentativas de homicídios só na aldeia Bororó, resultando em duas mortes, ambas por golpes de facão.

O indígena Argemiro Pana, 52 anos, hoje está sofrendo as consequências da violência na pele. Em abril deste ano, ele foi vítima de vários cortes de facões e foices. Ficou em coma por 20 dias. Para a felicidade da família hoje ele está de volta em casa, mas com sequelas para o resto de sua vida.

Argemiro conta que tinha ido até a cidade e na volta, perto da escola Agostinho, ele foi atacado. Os acusados estão foragidos até hoje. “Eu trabalhava muito e hoje não tenho mais forças para trabalhar, fiquei inválido, a minha mão não presta mais, e sinto muita dor na cabeça e nos braços”, conta o índio Kalowá.

“O meu tio perdeu a voz com o que aconteceu com ele, é muito triste porque hoje ele só pode ficar em casa, não há como fazer nada

nem que ele tente”, confirma Vilma Ramires Pana, sobrinha de Argemiro.

Ela diz ainda que em frente à sua casa crianças e adolescentes decifram de facão, foices e ninguém faz nada. “Eu tenho medo até de sair de casa à noite, mas a vida continua, temos que deixar isso de lado”, completa Argemiro.

Valmir Veron, 29 anos, diz que o excesso de bebida alcoólica tem levado muitos indígenas a praticar atos violentos. Ele foi mais uma das vítimas em sua própria casa. “O meu vizinho era assassino e toda vez que bebia ele me provocava, dizendo que iria me matar”, diz o indígena Kalowá. Veron conta que estava arrumando a carroça na sua casa quando foi atingido com um golpe de facão no pescoço, e logo outros pelo corpo todo.

“Eu não posso mais trabalhar, os cortes ainda me doem muito, lanho muita febre. E tive que mudar de casa, pois lamo muito pelas minhas crianças”, conclui Veron, que é casado e tem seis filhos. O vizinho de Valmir Veron está pre-

so, mas infelizmente isso não resolve as sequelas da agressão que ele cometeu.

O jovem Dorivaldo de Souza Fernandes, 20 anos, conta que foi vítima de agressão quando voltava de um passeio para casa. “Passei em uma estrada e tinha aproximadamente 20 pessoas. Lá me atacaram, nem havia motivos”, explica Dorivaldo. Ele teve a cabeça, o braço, o rosto e a mão atingidos com golpes de facão. Dorivaldo hoje recupera a sua vida em casa sem poder trabalhar, pois os braços e as mãos não ajudam mais. Antes de ser atacado ele trabalhava em uma usina.

“Dessas 20 pessoas que me atacaram só um está preso. O cara que foi preso pelo menos está com saúde e eu não posso mais nem fazer forças, sinto muita dor”, completa.

Tibúrcio Fernandes conta que a FunaI interrompeu a ação que fazia na Reserva: patrulhas que desarmavam as pessoas durante a noite. “Com isso, a violência cresce cada vez mais, e grande parte dos agressores são crianças e adolescentes”, explica.

O médico Elder Lucio Ganancin, que atende a comunidade indígena no Posto de Saúde Zeilik Trajber, na aldeia Bororó, confirma que a grande maioria das vítimas desse tipo de violência é composta por adolescentes e homens adultos jovens. Segundo o doutor Elder, em muitos casos esses homens não se recuperaram mais, e não podem voltar a trabalhar.

“O tratamento das pessoas que foram atingidas é variado, depende muito do estado da pessoa. Se o caso for muito grave, infelizmente não tem recuperação. Mas há lesões mais simples que não atingem muito os tendões e músculos e encaminhamos para o tratamento de fisioterapia, cirurgia, aí ameniza um pouco as sequelas. Aqui na Reserva, a maioria das pessoas é atingida nos membros superiores e na cabeça, o que pode resultar em sequelas neurológicas muito graves para toda a vida”, explica Elder Ganancin.



ANEXO 06: Artigo “Uma ponta de esperança pelo fim da violência”

06 AJindo Ação de Jovens Indígenas de Dourados



Uma pelo

*Um dos temas mais abordado:
Indígena. Uma*

Jaqueline Gonçalves

O tema violência na Reserva Indígena de Dourados foi um dos mais abordados no jornal AJindo ao longo de 2008 e 2009, retratando assassinatos, assaltos e brigas, muito recorrentes já que desde 2008 a Reserva não conta com nenhum tipo de policiamento.

Rosivânia Espíndola escreveu na página 10 da edição 16 Jornal AJindo (Malo/Inho), sobre a violência nas estradas dentro da aldeia. Segundo seu relato, os filhos não obedecem seus pais e saem na rua à noite. “Quando chega sábado já estão na estrada...”, relatou Rosivânia.

O professor João Machado diz em seu artigo publicado na página 4 da edição 17 (Setembro/Outubro) que os jovens são sempre acusados de serem responsáveis pela violência que assola a Reserva de Dourados.

“Nas assembleias de lideranças indígenas e/ou autoridades governamentais em Dourados, as discussões são sempre as mesmas. Jovens violentos, se drogando, à noite os adultos não podem mais sair pelas aldeias porque adolescentes andam pelas estradas das aldeias armados com facção, folco pedaço de madeira e ameaçam...”.

No entanto, Machado pondera que a culpa é da falta de vontade política e de sensibilidade humanitária, concluindo que a juventude é apenas vítima das mazelas sociais.

A violência em 2009 foi tão longe que atingiu até as escolas. “Os problemas envolvendo jovens no Brasil são bastante conhecidos e noticiados. Na Reserva Indígena de Dourados não é diferente e até mesmo nas escolas há brigas entre jovens”, diz a matéria de Tânia Porto, na

página 9 dessa mesma edição.

Ela explica que jovens brigam fora da escola e essas brigas vão parar lá dentro, o que chegou a resultar em uma briga com estaqueamento em frente à Escola Tongatui Marangatu, envolvendo adolescentes menores de idade.

O AJindo teve ainda o depoimento de um aluno indígena que preferiu não se identificar sobre a violência na escola, publicado na página 10 da Edição 18. “O que adianta? Eles revistam os alunos e assim mesmo os alunos levam facas e armas. E quando eles querem brigar ninguém segura”.

Na mesma edição, a matéria de Jaqueline Gonçalves, na página 3, traz entrevistas feitas com pessoas que foram vítimas da violência e que ficaram com graves sequelas no corpo, alguns sem esperança de recuperação.

Possibilidade de mudança

Em meio a tanta violência, tanto sangue derramado e vidas se perdendo por motivos banais, finalmente uma mudança parece estar acontecendo.

Depois de muitas reuniões, chegou-se a um acordo para que fosse eleito um representante na aldeia Bororó e outro na aldeia Jaguapiru. Os eleitos seriam as novas lideranças, pessoas responsáveis por fazer acontecer a segurança nas duas aldeias que compõem a Reserva Indígena de Dourados. Foi a solução encontrada pela comunidade enquanto os órgãos competentes não oferecem policiamento na Reserva.

No dia 20 de Dezembro de 2009, aconteceu a eleição que escolheria os representantes da Reserva. Na Aldeia Jaguapiru foi eleito Vilmar Machado e na Aldeia Bororó, César Isardie, que tomaram posse na primeira semana de janeiro de 2010.



Fonte: GONÇALVES, Jaqueline. Uma ponta de esperança pelo fim da violência. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Dossiê especial. Dourados-MS, n.19, jan/fev. 2010, p. 06-07. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/19-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

ANEXO 07: Artigo “Uma ponta de esperança pelo fim da violência”

Ação de Jovens Indígenas de Dourados **AJIndo 07**

Uma ponta de esperança pelo fim da violência

pelo Jornal AJIndo, a violência é uma grande preocupação dos moradores da Reserva organização interna que se inicia pode ser o começo de uma mudança

Desde a posse, então, os capitães fazem rondas durante a noite na Reserva. Menores de idade não podem ficar na rua depois das 22 horas na aldeia Jaguapiru.

“As leis internas ainda não foram implantadas na Bororó porque um regimento ainda precisa ser aprovado. Sem esse regimento a ação pode ser barrada pelo Ministério Público, ou a própria comunidade pode ir buscar seus direitos e aí podemos ser processados”, explica César Isnardi, capitão da aldeia Bororó que faz ronda de noite com mais dezois pessoas.

As leis internas prevêm abordagem das pessoas que estiverem nas ruas à noite. Se estiver armada, a pessoa é desarmada. E se estiver na rua além do horário permitido, a pessoa é punida.

A punição funciona da seguinte maneira: o capitão e seus parceiros de trabalho pegam o nome e o endereço da pessoa abordada. No dia seguinte o abordado deve se apresentar para o capitão para cumprir uma tarefa, como carpir os matos (meninos) ou varrer (meninas) em locais definidos pelas lideranças.

César acredita que as punições não são pesadas, mas são necessárias. Para ele, a aplicação desse método já amenizou muito a violência na aldeia. Ele faz um apelo para que a comunidade ajude a aprovar o regimento interno.

Enquanto as punições estão suspensas, eles fazem a abordagem e no dia seguinte a pessoa abordada deve ir até o capitão para ouvir um conselho.

Na aldeia Jaguapiru o processo é o mesmo, mas as leis internas estão funcionando. Quem não cumpre as leis está sendo punido.

“Hoje eu me sinto mais segura caminhando pela aldeia. Não tem mais

aquilo movimento de pessoas que tiram a nossa paz”, diz a dona de casa Mirtes Porto, 46 anos. A índia Kalowá diz que agora pode ficar em paz até dentro de sua casa, pode ir à igreja e dormir em paz, pois antes não podia por causa da música alta e das pessoas armadas que andavam nas estradas de noite.

Loomar Mariano Silva, assessor do capitão da Jaguapiru Vilmar Machado, diz que está muito satisfeito com o trabalho de segurança na aldeia. E a comunidade está apoiando.

“Salimos às dez horas da noite para fazer a abordagem. No início, encontrávamos muito adolescente na rua armado, com bebida alcoólica. Decidimos aplicar essa punição de serviço alternativo àqueles que desrespeitam as leis internas, só para eles verem que não estamos de brincadeira, e

para terem noção de que o que eles fizeram não estava certo”, reforça Loomar.

O assessor conta que já houve casos dos pais denunciarem seus filhos, que saem sem o consentimento do pai ou da mãe. Então, por escrito, esses pais autorizam o capitão a punir seus filhos.

Loomar explicou ainda que vai ser realizada na Aldeia Jaguapiru uma reunião com professores, agentes de saúde, pais, enfim, a comunidade indígena em geral para ser montado de vez, o regimento interno.

A comunidade está se envolvendo cada vez mais porque está percebendo os resultados. Há apenas uma frente em que os novos capitães não se arriscam em atuar: os pontos de venda de drogas, pois para isso seria preciso um apoio de policiais, que os capitães ainda não conseguiram.

...quem não obedece a lei da aldeia, hoje tem uma punição...



Fonte: GONÇALVES, Jaqueline. Uma ponta de esperança pelo fim da violência. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Dossiê especial. Dourados-MS, n.19, jan/fev. 2010, p. 06-07. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/19-edicao>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

ANEXO08:Artigo”Terravida?”

Ação de Jovens Indígenas de Dourados **AJIndo 09**

Artigo

Terra é Vida?

Em Mato Grosso do Sul, parece mais correto dizer que terra é morte

Kenedy Moraes

A demarcação de terras indígenas é um assunto polêmico. O jornal *AJIndo* tratou desse assunto diversas vezes, principalmente nas matérias sobre o Abril Indígena, um evento que reúne povos indígenas de todo o País em Brasília. A *AJI* participou em 2008 e 2009 e as discussões sobre demarcação foram o centro das atenções nesses dois anos.

Nesse artigo, vamos lembrar conflitos que envolveram a luta do povo Guarani-Kaiowá pela terra em Mato Grosso do Sul (MS).

Com o objetivo de resolver os problemas de terra dos índios Guarani-Kaiowá de (MS), em 12 de novembro de 2007 foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai) e lideranças indígenas.

Após a assinatura desse termo, foram constituídos seis grupos técnicos que tinham a missão de identificar e delimitar 36 terras indígenas em MS. Entretanto após uma reunião entre o presidente da Funai Márcio Meira e o governo estadual, os estudos antropológicos foram temporariamente suspensos, atendendo assim aos protestos dos produtores rurais sul-mato-grossenses.

A partir desse TAC, a previsão era que as questões fundiárias dos Guarani-Kaiowá estariam resolvidas até 2010, no entanto, do modo como essa questão tem se desdobrado, é muito pouco provável que isso aconteça.

Um termo bastante utilizado ultimamente em Dourados é “Terra é vida”, mas em Mato Grosso do Sul não é isso que ocorre: as lutas pela terra já provocaram a morte de 48 indígenas.

Segundo dados do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), só no ano de 2007, 76 indígenas foram mortos no Bra-



sil em confrontos por posse de terras. Um dos últimos casos em que houve mortes ocorreu no dia 30 de outubro de 2009, na aldeia Pirajuf, localizada na cidade de Paranhos (sul de MS), em que dois professores índios foram mortos. Ambos acompanhavam o grupo de indígenas que havia ocupado a fazenda São Luiz.

Outro evento envolvendo questões fundiárias que resultaram em mortes ocorreu em Coronel Sapucaia (sul de MS), quando cerca de 250 indígenas da etnia Guarani-Kaiowá entraram em uma área que fica a 5 quilômetros da fazenda Madama.

Durante um despejo em 2007, seguranças particulares assassinaram Judite Lopes, de 70 anos. Em dois anos, além de Judite, foram assassinados Otíz Lopes, também em 2007, e Osvaldo Lopes, em maio de 2009. Nenhum dos inquéritos referentes a esses casos foram concluídos e nenhuma área foi demarcada, nem reconhecida como indígena.

Nas condições em que vivem os índios hoje em Mato Grosso do Sul é ingênuo e romântico dizer que demarcando terras indígenas problemas como desnutrição, violência, suicídio, baixa estima

e pobreza serão sanados.

As várias transformações que envolvem toda a sociedade e sua reorganização cultural apontam novas estratégias de sobrevivência dos povos indígenas que não necessariamente essa ligada à terra.

Na contemporaneidade, as buscas indígenas seguem outras tendências, como melhorar a educação, ter uma profissão, ter saúde de qualidade e ser respeitado como cidadão. O que tem acontecido nesse processo de devolver a terra aos povos indígenas, é que as lutas políticas se instauram, não se demarcam terras e os povos indígenas são mortos, além de serem alvos de discriminação ainda mais forte.

O direito à terra está previsto na Constituição Brasileira, é um direito reconhecido pelas leis do Estado brasileiro, que se comprometeu em tratados de nível internacional a solucionar as pendências territoriais. Cabe então aos povos indígenas lutar para que o Estado brasileiro cumpra o que está em sua Constituição.

Mas é justo uma criança, um jovem, um velho morrer por um direito que já está garantido?

Visite o blog e o fotolog da *AJI*

www.ajindo.blogspot.com
www.fotolog.com/ajidourados

ANEXO 9: Reportagem “Ou não tem computador ou não tem professor”



Tânia Porto e Rosivânia Espindola

Saber lidar com computador hoje em dia é muito importante e é cada vez mais comum que as escolas ofereçam aulas de informática aos alunos para que eles estejam preparados para o mercado de trabalho.

Na Reserva Indígena de Dourados não é diferente, por isso o Jornal AJIndo fez uma pesquisa nas escolas para saber como estão as aulas de informática ali oferecidas.

Na escola municipal Ramão Martins, os computadores deveriam ter chegado no início deste ano, mas, de acordo com a coordenadora Florinda Souza da Silva, isso ainda não havia acontecido até o fechamento desta edição.

“Se tivéssemos computadores, isso enriqueceria as aulas, os alunos estariam mais motivados”, reconhece a coordenadora.

“Aula de informática é muito importante para o nosso futuro. Quando formos trabalhar, é importante saber usar computador. Eu tenho esperança que um

dia possa ter computador na minha escola”, disse um aluno da escola Ramão Martins que não quis ser identificado.

Já a escola municipal Tengatui Marangatu tem computador e sala de informática, mas não tem professor. “Por isso não temos aula de informática”, conta a administradora assistente Renata Souza.

“Eu sei que se eu fizer aula de informática na minha escola vou sair bem formado para trabalhar em outros lugares”, diz a aluna da Tengatui S.C.S., 14 anos.

Um outro aluno da Tengatui que pediu para não ser identificado diz que é muito ruim ver que existem computadores, mas não é possível ter aulas por falta de professor. “Já era para termos aprendido muita coisa no computador”, diz o aluno.

A situação também é complicada na escola municipal Araporã, onde há computadores, mas a sala de computação virou sala de aula, em função da falta de espaço da escola, conta a coordenadora Cristiane Alves Machado. De qualquer maneira, se houvesse laboratório de informática, a Araporã não tem

professor para dar essas aulas.

O NAM da Ajidela Jaguapiru oferece aulas de informática, mas conta com apenas seis computadores e um professor voluntário.

“Temos aula todo dia no período vespertino, mas como há muitos alunos por turma, é preciso colocar três para cada computador”, explica a professora do NAM Odaléia Reginaldo.

“Temos um prazo para que no mês de maio as aulas de informática comecem a funcionar em todas as escolas. Precisamos de quatro professores e estamos dando preferência para indígenas, mas tem que ser um profissional”, explicou o coordenador de educação indígena da Secretaria de Educação de Dourados, Aguilera de Souza.

Além disso, de acordo com Aguilera, há previsão de que seis escolas municipais tenham acesso à internet ainda este ano, além da Tengatui, que já conta com esse serviço.

As promessas estão feitas, cabe à comunidade da Reserva Indígena cobrar que elas saiam do papel.

ANEXO 10: Capa da 21ª edição de 2010 “Violência contra as mulheres”



Fonte: GONÇALVES, Jaqueline. Violência contra as mulheres. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados*. Violência contra as mulheres. Dourados-MS, n.21, maio/jun. 2010, p. 1. Disponível em: <<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/21-edicao>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

ANEXO 11: Notícia “Afinal, quem somos nós?”

AJIndo Ação de Jovens Indígenas de Dourados

Afinal, quem somos nós?

Josimara Ramires Machado
(Kunhã Poty Rory)

Sou uma jovem indígena da etnia Kalowá. Bom, eu me considero Kalowá, porque assim está na minha identidade, só que na verdade eu já venho da mistura das três etnias Guaraní-Randava, Aruaq-Terena e Guaraní-Kalowá. E ainda tem alguns casos de mistura com brancos (kara).

Como diz minha vovó, hoje em dia nós, a juventude de hoje, somos tudo jopará (mestiços). E eu vejo que os jopará sofremos preconceito na Reserva Indígena de Dou-

rados. Por exemplo, o jovem que tem pai branco e a mãe Avá (índia), não é bem aceito pelos que se dizem super tradicional, pois dizem que ele é branco.

Além disso, quando o jovem tem a mistura de Guaraní-Kalowá com Aruaq-Terena ou Guaraní-Randava também é visto de outra forma pelos que se dizem tradicionais. Quando vão numa reunião geral (atyguasú) com as lideranças Guaraní-Kalowá, são vistos pelas lideranças como Terena, quando vão em reuniões com lideranças Terena são vistos como Guaraní e vi-

vem nesse impasse.

Eu mesma já passei várias vezes por isso, pois a minha mãe é Guaraní-Kalowá e meu pai é Guaraní-Kalowá com Aruaq-Terena.

Muitos criticam os jovens jopará por causa da língua (he'e), dizendo que eles não falam mais a língua guarani, que não preservam mais a cultura, o modo de ser Guaraní-Kalowá. Mas essas pessoas que criticam não fazem nada para reverter essa situação, porque querendo ou não nós fazemos parte dessa comunidade desse conjunto desse lakohá.

Eu mesma fui batizada

no ritual Guaraní-Kalowá (Ne'emogara) quando tinha um ano de vida. Um cacique da aldeia Takara, que hoje já é falecido, me deu o nome indígena de Kunhã Poty Rory por isso que eu me identifico muito como Kalowá.

Na verdade, não devemos discriminar uns aos outros, mas sim fazer políticas públicas indígenas para abranger todo mundo sem privilegiar só alguns porque desse jeito nunca teremos uma aldeia unida.

Espero que um dia possamos viver no nosso modo de ser (Toko) com muita paz e harmonia.

Primeiro Fest Music nas aldeias de Dourados



Nicimar Moraes

O primeiro Fest Music aconteceu no dia 14 de agosto na Escola Tengatui, localizada na Reserva Indígena de Dourados, e reuniu 1.200 pessoas.

Participaram 14 bandas indígenas, das quais sete eram de outras aldeias: Amambá, Pirajui, Paranhos, Caarapó, Lagoa Rica, Sidrolândia e Miranda. Todos participaram com o objetivo de alegrar sua tribo através da música Gospel.

O Fest Music foi registrado e posteriormente será lançado um DVD com a gravação feita ao vivo.

Segundo organizador do evento Esael Reginaldo, o objetivo é mostrar ao Brasil que existem pessoas talentosas nas

aldeias indígenas de Mato Grosso do Sul, eles só precisam de oportunidades.

Ele também destacou a importância da participação de não-índios no evento, mostrando que a Reserva Indígena é pacífica, e agradeceu o apoio da Escola de Música Santa Cecília e da Toja Musical.

Além dos shows, foi realizada também uma oficina de música instrumental para os participantes, com o professor Samuel, do Rio de Janeiro.

O presidente das Igrejas Presbiterianas Indígenas do Brasil Jaison Moraes disse que esse evento era muito esperado e vai ser ainda melhor no próximo ano. Ele acredita que festas como essas são importantes para os jovens, porque a música “espanta a tristeza”.

ANEXO 12: Reportagem “Drogas na adolescência”

04 **AJIndo** Ação de Jovens Indígenas de Dourados

Drogas na adolescência



Jovens indígenas contam que querem se livrar, mas não conseguem

Tânia Porto

Existem muitos jovens na Reserva Indígena de Dourados e, infelizmente, uma boa parte deles consome drogas ou bebida alcoólica.

A nossa Reserva se divide em duas aldeias: Bororo e Jaguapiru, onde existem jovens das etnias Guarani, Katowá e Terena. Temos poucas opções de lazer e os jovens acabam se divertindo do jeito que conseguem. É aí que se envolvem com as drogas e bebidas.

Esses jovens precisam de ajuda, não são todos que estão na escola, muitos estão sem estudar e gastam o seu tempo usando drogas ou passando o dia bebendo. O mais

preocupante é que não só os adolescentes estão nessa situação, mas também crianças de oito, nove anos. Precisamos ocupar esses jovens e crianças.

O jornal AJIndo esteve entrevistando alguns desses jovens para falar um pouco sobre a vida que estão levando.

Uma adolescente de 14 anos da etnia Guarani que mora na Aldeia Jaguapiru e não quis ser identificada conta que não está estudando porque não consegue ir à escola todos os dias. Diz que não pensa no futuro, mas tem alguns planos e gostaria de ser alguma coisa em sua vida.

“Se eu tiver alguma oportunidade de alguém me ajudar, com certeza um dia vou

sair dessa. Eu só não consigo, mas não desejo para ninguém a vida que estou levando. Você vira escravo de você mesmo ou então da droga, que é uma coisa muito ruim, estraga muito a sua vida”, conta a jovem.

Sua mãe conta que desconfiou no começo, mas não tinha certeza e a filha não conversava com ela.

“Hoje eu converso com ela, mas não adianta mais. Não quero que a minha filha vire assaltante”, diz a mãe da jovem guarani. “Eu penso que para a minha filha poder sair dessa vida, ela teria que parar o tempo dela. Ela não está estudando porque não consegue ir todos os dias na escola, mas ela diz que vai estu-

dar de novo ano que vem. Um dia ela vai saber qual é a verdadeira tragédia da droga”, completa.

“Eu tenho certeza que um dia vou conseguir sair, hoje é a coisa que mais quero na minha vida”, diz a adolescente ao jornal AJIndo.

Outro jovem de 13 anos da etnia guarani que está usando drogas diz que estudava e parou no quinto ano, mas espera voltar a estudar, porque ele gosta e pensa em seu futuro às vezes. Ele também diz que pensa em parar de usar drogas, mas não sabe se vai conseguir.

“Eu queria dizer para quem está começando para sair enquanto há tempo”, alerta o menino.



Fonte: PORTO, Tania. Drogas na adolescência. *JORNAL AJINDO: Ação de Jovens Indígenas de Dourados. Gotas preciosas. Dourados-MS, n.23, nov./dez. 2010, p. 4.* Disponível em:

<<http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-ajindo/23-edicao>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

ANEXO 13: Reportagem “Triste Descaso”

 **AJINDO** Ação de Jovens Indígenas de Dourados

Triste descaso.

Em 2010, foram registrados 36 casos de crianças em estado de abandono na Reserva Indígena de Dourados



Tânia Porto

Ser abandonado é um grande trauma para uma criança. Quando ouvimos histórias de abandono de crianças nos perguntamos como um pai ou uma mãe podem fazer uma coisa dessas. Elas não podem para vir ao mundo, para que o abandono? Crianças são tão alegres, é o que mais faz as pessoas se sentirem bem nas horas difíceis. Muitas mães e muitos pais não pensam nisso, nem no quanto seus filhos são importantes em suas vidas.

Na Reserva Indígena de Dourados, que reúne a segunda maior população indígena do Brasil, foram registrados 36 casos de crianças em estado de abandono em 2010, de acordo com Kennedy de Souza, assistente social da Funai em Dourados.

O problema é que a criança abandonada não consegue se virar sozinha, fica sem ter o que comer, sem saber o que fazer da vida, passa fome e muitas vezes acaba sendo mais uma vítima da desnutrição.

A. Benites foi abandonado pelos pais aos seis meses de idade e hoje, com 15 anos diz que vive bem com a família que o adotou, mas não consegue perdoar os pais biológicos.

“Eu estive muito feliz com meus pais, é como se eles fossem pais de verdade para mim. Pelos meus pais verdadeiros não sinto nada, é como se fossem estranhos para mim. Já tentei perdô-los, mas não consigo”, A. Benites conta.

De acordo com Kennedy de Souza, a falta de terra, o envolvimento com drogas e álcool são alguns dos problemas que contribuem para a desestruturação familiar e podem resultar em abandono das crianças.

ANEXO 14: Artigo “Caneta e diálogo”

04 **AJIndo** Ação de Jovens Indígenas de Dourados



Nilcimar Moraes

Antigamente nossos ancestrais usavam arco e flecha para defender os povos indígenas. Faziam grandes reuniões, criavam estratégias para brigar a favor de seus territórios e garantir vida para todos. Porém, as grandes mudanças no mundo nos levaram a encontrar outra maneira de conquistar nossos espaços, o mínimo de dignidade de garantir a vida e o bem-estar social dos povos indígenas.

Hoje usamos as novas armas que temos: a caneta e o diálogo. E para que elas se tornem ainda mais eficientes, precisamos da unidade entre os povos.

Essas são as armas mais poderosas de todas as nações do mundo, é a partir delas que podemos conquistar a riqueza do mundo e a liberdade do povo.

O mundo moderno trouxe um novo modelo e nós temos a obrigação de aprender e caminhar conforme a situação, não podemos ficar para trás. Nós, índios, temos capacidade de ser médicos, astronautas, ou outro profissional qualquer. Só não podemos ficar de braços cruzados, assistindo. Temos hoje vários indígenas intelectuais no Brasil para ajudar a romper as injustiças.

No passado, nos deixaram de fora do planejamento de

desenvolvimento econômico e social, fato que tem feito a comunidade indígena sofrer. Mas ela não desistiu de seus valores e costumes, nem de sua luta para garantir o futuro da nação indígena.

Se nosso povo tivesse tido uma única chance nos tempos passados de ser ouvido, ter seus anseios atendidos e sendo protagonista reconhecido pelo governo brasileiro, a nossa sociedade não estava passando o que se vê na imprensa: só são veiculadas notícias ruins das aldeias.

Temos o dever de garantir os nossos direitos através de nossos “representantes políticos” porque tudo começa por aí, é através da política que podemos interpretar a intenção do Governo. Essa é umas das principais armas que devemos ter hoje.

É preciso não desistir de nossos sonhos. É preciso ter perseverança para concretizar um sonho, ser forte para vencer as batalhas da vida. Todos nós temos que ter um sonho para não ficar sem ação futura.

Se em algum momento passamos por dificuldades, devemos conversar com um parente, trocar ideia, com certeza encontrará solução para o problema, vamos juntos ser solidários e construir uma comunidade mais forte, com pensamento de vitória e com futuro melhor para todos.



ANEXO 15: Artigo “Crianças em estado de emergência”

Ação de Jovens Indígenas de Dourados **AJindo** 03

Crianças em estado de emergência

Crianças indígenas sofrem com famílias desestruturadas e precisam ir para a cidade pedir comida.

Tânia Porto

Sara* tem quatro anos. É a mais nova de uma família com oito filhos. É a mais uma criança indígena da Reserva de Dourados que sofre as consequências de ser membro de uma família desestruturada. Acompanhada de dois irmãos, um de seis e outro de oito anos, Sara estava na Feira de Dourados em um sábado pedindo comida.

Ela relatou sua situação ao jornal *Ajindo*: em casa, não há comida suficiente para alimentar todos. Eles recebem a cesta básica, mas não é o suficiente para o mês inteiro. A mãe trabalha lavando roupa “por aí”, mas o ganho é pouco. O pai trabalha nas usinas de álcool que ficam nas redondezas de Dourados, mas gasta grande parte do dinheiro com bebida.

Na cidade, muitas pessoas ajudam dando pão, bolacha, doce e outras coisas que eles dividem e comem por aí mesmo. Na Feira, conseguem alimentos para levar para casa.

“Quando eu crescer, vou trabalhar para ajudar minha mãe. O meu irmão mais velho ajuda minha mãe. Vou ser igual ele”, diz Sara.

A reportagem do jornal *Ajindo* também encontrou uma menina de sete anos que vai da Reserva para a cidade vender milho e aproveita para pedir comida para levar para casa, onde vive de maneira precária com os pais.

Um indígena um pouco mais velho, de 16 anos, contou que vem para a cidade oferecer serviços de jardineiro e também trabalha com serviços rurais às vezes, o que garante uma aju-

da à sua mãe. Ele conta que só entrou na escola aos onze anos, por conta da situação complicada de sua família, composta de oito filhos, que mora toda em uma casa doada pelo governo. Ele revela que até sonha com um futuro melhor, mas não tem condições de muita coisa.

Histórias como essas infelizmente não são raras entre moradores da Reserva Indígena de Dourados. São o retrato do descalço do poder público com essa população da segunda maior cidade do Estado. Não podemos nos acostumar com esses casos e achar que são normais, é preciso encontrar uma solução o quanto antes para evitar o sofrimento desses jovens.

Fica registrado aqui o apelo do jornal *Ajindo*.

* Nome fictício

ANEXO 16: Artigo “O Trauma psicológico”

08 AJIndo *Ação de Jovens Indígenas de Dourados*

O trauma psicológico

Casos de violência na Reserva Indígena de Dourados deixam marcas que vão além das dores físicas

Jaqueline Gonçalves

O Relatório “Violência contra os Povos Indígenas no Brasil 2011”, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e divulgado no dia 30 de junho, aponta que mais da metade dos índios assassinados em 2010 eram da Mato Grosso do Sul. Dos 60 casos registrados no ano passado, 34 ocorreram em MS. A Reserva Indígena de Dourados concentra a maior parte deles (10), seguida pelos municípios de Amambai (8) e Caarapó (4).

Por trás dos dados, as pessoas afetadas por esses casos de violência, pais que perderam seus filhos, filhos que perderam seus pais, carregam consigo medo e angústia para o resto de suas vidas. Sem falar nos casos em que as vítimas de violência sobrevivem, mas com sequelas.

Uma indígena de 45 anos da etnia Guarani-Kalowá, moradora

da Reserva Indígena de Dourados e que não quis se identificar, conta que perdeu dois filhos assassinados com golpes de facão, um em 2008 e outro no ano seguinte.

“Eu me lembro perfeitamente, como se fosse hoje. Criar um filho é difícil, mas foi não fácil perder eles em uma pancada só”, diz a mãe. Ela relata que chora sempre, sente uma dor muito forte e teme muito pela vida de seus outros filhos. “Tenho mais dois filhos adolescentes, todas as vezes que eles saem, eu fico com o coração na mão”, desaba a índia Kalowá.

Ela conta, ainda, que o pai de seus filhos passou a ingerir muita bebida alcoólica depois que perdeu os dois filhos. “Ele se tornou um homem amargo, carrega no coração dele o ódio a e a vingança, eu apenas rezo pelos filhos que tenho do meu lado e que tudo possa correr bem”, diz a indígena.

Além do trauma psicológico, muitos indígenas que sofreram graves lesões não conseguem mais trabalhar devido às sequelas e se tor-

nam dependentes das famílias ou de pessoas mais próximas. Um adolescente de 17 anos da etnia Guarani-Nandeva, também morador da RID, que em 2010 teve parte do seu corpo atingido por golpes de facão inclusive na cabeça, contou sua história ao Jornal AJIndo. “Sou um dos poucos que consegui sobreviver, mas não queria estar nesta situação”, diz ele com muita dificuldade.

O adolescente relata que foi atingido em uma briga que aconteceu em uma festa e sente muita dor até hoje. “Acho que a pior coisa é você poder fazer tudo na vida, comer, sair, jogar, e de uma hora para outra ficar assim dependendo de remédios, com marcas que nunca vão sumir, e ainda impossibilitado”, diz.

O adolescente conta que tem vergonha, não quer sair porque quando sai todos ficam olhando para ele. Hoje ele não estuda, fica em casa e diz que o apoio de sua mãe é essencial. Ela o ajuda muito, o incentiva a viver, mas o trauma que ele carrega é enorme.

Inelizmente a aldeia de Dourados está cheia de pessoas com traumas psicológicos e ainda não existe uma maneira de isso ser amenizado. Ainda não há um plano para que as pessoas com graves sequelas ou graves traumas psicológicos recebam algum tipo de assistência, seja ela para se reintegrar à sociedade, seja para superar os problemas com sucesso.

Muitos casos são gritantes, que geram uma dor infinita, que consomem o lado psicológico do indígena. São dores que sempre existirão, consequências da violência que acontece com os Guarani-Nandeva, Guarani-Kalowá e Terena da Reserva Indígena de Dourados.

